**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

MARIA CRISTINA MATHIAS

**Concepções psicanalíticas sobre os processos de decisão: um estudo com
magistrados**

São Paulo

2013

MARIA CRISTINA MATHIAS

**Concepções psicanalíticas sobre os processos de decisão: um estudo com
magistrados**

(versão original)

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como pré-requisito
para obtenção de título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Investigações em
Psicanálise

Orientador: Christian Ingo Lenz Dunker

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Mathias, Maria Cristina.

Concepções psicanalíticas sobre os processos de decisão: um estudo com magistrados / Maria Cristina Mathias; orientador Christian Ingo Lenz Dunker. -- São Paulo, 2013.

142 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Decisão 3. Psicopatologia 4. Magistratura 5. Tomada de decisão 6. Metapsicologia 7. Angústia I. Título.

RC504

MATHIAS, M. C. - **Concepções psicanalíticas dos processos de decisão: um estudo com magistrados.** Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Livre Docente Christian Ingo Lenz Dunker

IPUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Doutora Miriam Debieux Rosa

IPUSP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Doutora Christiane Whitaker

UNIP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha filha Mariana, com amor.

Aos meus pais, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido orientador e amigo, Christian Dunker, pela abertura para receber meu projeto, por sua atitude constantemente generosa e paciente diante das minhas inúmeras dificuldades, pela valiosa ajuda nos momentos críticos desse trabalho e por acreditar sempre em mim, mesmo quando eu pensava ser impossível chegar ao fim dessa jornada.

Às Professoras Christiane Whitaker e Miriam Debieux Rosa, pelos importantes comentários e preciosas sugestões apresentadas durante o exame de qualificação, os quais nortearam meu caminho até aqui.

Aos queridos amigos do grupo de orientação, com quem muito aprendi: Letícia, Marcelo, Rafael, Jonas, João, Pedro, Luciana, Danielle, Hugo, Beto, Clóvis, Karen, Madalena pelo acolhimento e leitura atenta dos meus textos e por proporcionarem ricas discussões.

Ao meu analista, Mauro Mendes Dias, pela aposta no meu desejo de passar por esta experiência.

Aos juízes que participaram dessa pesquisa, por sua boa vontade, gentileza e disponibilidade nas entrevistas.

À Diretora do Serviço Psicossocial Vocacional, Maria Tereza Rabello, à chefe do Setor de Psicologia, Antonia de Lourdes S. Chiacone e à chefe do Serviço Social, Leni da Costa Ribeiro pelo grande apoio e incentivo para a realização deste trabalho ao longo desses três anos, e por autorizarem minha saída em férias e licença prêmio, quando tive necessidade.

Às queridas amigas e companheiras do Setor de Psicologia Ana Luísa F. Lima, Elenice P. Navas, Gislene N. Magalhães, Idinea M. Ciaramello, Lucimar R. Campos, e Sônia Regina R. Ribeiro que, além das palavras de estímulo, suportaram carinhosamente minhas incertezas e dissabores nos momentos mais difíceis. Um agradecimento especial a Lucilena Vagostello, pelos conselhos acadêmicos e por sua disponibilidade em me ajudar em muitos momentos desse percurso e a Monica de Lurdes L. Carteiro, pelos livros emprestados que foram de grande valia.

Às estimadas colegas e parceiras do Setor de Serviço Social, Ana Atuko O. Mautari, Antonietta A. Amodeo, Dalva A. Gueiros, Iara Cristina M. S. Vidal, Maria Valéria B. Castanho, Monica Giacomini, Nilcemary O. de Sousa, Silvana I. Barbosa, Silvia M. Crevatin e Vilma Setsuko M. N. dos Santos, por sempre torcerem por mim.

Aos colegas do Setor Administrativo, Anderson Madurera, Isabel Cristina F. C. Lugli, Kheila F. S. Segui, Marcelo F. Gala, Marina F. Gala e Wendel G. Teixeira, pela gentil colaboração nas ocasiões em que solicitei algum tipo de auxílio e pelos esclarecimentos sobre assuntos jurídicos.

À minha filha Mariana, pelo carinho, pela força e, especialmente, pela compreensão nos momentos em que estive mais ausente.

À minha irmã, Maria Antonieta, pela cuidadosa revisão do texto e pela ajuda com o cotidiano da vida.

Aos meus irmãos, Maria Luísa e Roberto, cunhados e sobrinhos, pela torcida e por relevar minhas ausências.

Ao Fabio, pela presença, pelos bons momentos e pela música.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

Cora Coralina

RESUMO

MATHIAS, M. C. **Concepções psicanalíticas sobre os processos de decisão: um estudo com magistrados.** 2013. 140f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

O objetivo deste estudo é compreender os elementos de ordem psíquica envolvidos nos processos de tomada de decisão. Para tanto, foram percorridos dois caminhos. De um lado, realizou-se uma pesquisa teórica sobre o tema visando colher material suficiente para uma definição conceitual e operacional em diferentes áreas, de modo a contemplar a universalidade dos processos de decisão, em sua dimensão objetiva e subjetiva. De outro, foram feitas entrevistas com juízes em início de carreira, vinculados ao Tribunal de Justiça de São Paulo. A partir das experiências relatadas pelos magistrados procedeu-se à análise de discurso tomando como base o método psicanalítico. Ponderou-se que na prática judicante a decisão é um elemento fundamental, cotidiano e determinante para as ações judiciais em curso e a realidade dos magistrados se mostra profícua para a abordagem dos problemas de decisão e das razões pelas quais uma decisão se vê tolhida por impedimentos, adiamentos ou precipitações. Este levantamento permitiu a elaboração de um modelo lógico e descritivo para o entendimento dos processos decisórios, inspirado na metapsicologia psicanalítica, o qual se mostrou útil para a leitura e interpretação das narrativas apresentadas pelos juízes ingressantes e para a compreensão do que se definiu por psicopatologia da decisão, ou seja, o exagero ou a anulação das etapas que compõem o trabalho de decisão; a suspensão, o retardamento ou a aceleração dos tempos da decisão; e a presença (ou ausência) de angústia excessivamente pregnante ou recorrente na passagem de uma fase a outra durante o curso da decisão. Com o fundamento nas concepções freudianas sobre a formação de juízos e sobre a angústia, de um lado, e na teoria de Lacan sobre o tempo lógico e sua relação com o ato e a angústia, de outro, considerou-se que as irrupções patológicas da subjetividade num processo de decisão são efeito do atravessamento dos mecanismos inconscientes no decorrer do trabalho de decisão, sendo, por isso, expressão da divisão do sujeito da decisão. Desse modo, caracterizaram-se como patológicas as maneiras estereotipadas, exageradas ou diminuídas dos processos de “solução” ou de “destino”, ainda que parcial ou circunstancial a esta divisão, evocada pelo processo judicativo. A análise do material obtido nas entrevistas levou à conclusão de que o caminho para uma boa decisão não se limita à pura racionalidade de quem decide e à análise objetiva dos dados que compõem a situação a ser resolvida. Portanto, não pode haver uma separação entre os processos formais, abstratos e puramente cognitivos de formação de juízos e os processos particulares e circunstanciais dos conteúdos psíquicos do julgador nos quais estes se apresentam.

ABSTRACT

MATHIAS, M. C. **Psychoanalytical concepts on decision processes: a study with magistrates.** 2013. 140f. Thesis (Master). Institute of Psychology. University of São Paulo. São Paulo. 2013.

The objective of this study is to understand the elements of psychic order involved in decision-making processes. For that, two paths were explored. On one side, there was a theoretical research on the subject, aimed at gathering enough material for a conceptual and operational definition in different areas, in order to contemplate the universality of decision processes, in their objective and subjective dimension. On the other, interviews were conducted with judges attached to the Court of Justice of São Paulo who were beginning their careers. From the experiences reported by the magistrates, discourse analysis was performed based on the psychoanalytic method. It was considered that in the adjudicative practice, the decision is an everyday element, fundamental and decisive for ongoing judicial actions and the reality of magistrates proves to be fruitful in addressing the problems of decision and the reasons why a decision is hampered by impediments, delays or precipitations. This survey provided the development of a logical and descriptive model for the understanding of the decision-making processes, inspired by psychoanalytic metapsychology, which proved to be useful for reading and interpreting the narratives presented by the new judges and the exaggeration or cancellation of steps that comprise the work of decision; suspension, delay or acceleration in the decision timings; and the presence (or absence) of anxiety excessively clear or recurrent in the passage from one phase to another during the course of decision. Based on Freudian concepts on formation of judgment and on anguish, on one side, and on Lacan's theory on logical time and its relationship with act and anguish, on the other, it was considered that the pathological outbursts of subjectivity on a decision process are effects of crossing unconscious mechanisms during the work of decision, being, therefore, the expression of the division of the subject of decision. Thus, the stereotyped, exaggerated or diminished of the processes of "solution" or "destination" manners were characterized as pathological, even if partial or circumstantial to this division, evoked by the judicative process. The analysis of the material obtained through the interviews led to the conclusion that the path for a good decision is not limited to pure rationality of who decides and to objective analysis of the data that compound the situation to be resolved. Therefore, there can be no separation between the formal, abstract and purely cognitive processes of formation of judgment and the particular and circumstantial processes of the judge's psychic content in which they present themselves.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1. A experiência no judiciário e os problemas de decisão.....	10
1.2. O trabalho nas Varas de Infância e Juventude.....	11
1.3. O Serviço Psicossocial Vocacional.....	15
1.3.1. A avaliação de candidatos à Magistratura.....	16
1.3.2. O acompanhamento de juízes ingressantes.....	19
1.3.3. Orientação profissional a adolescentes.....	23
2. Objetivo e método.....	27
3. O estudo sobre a decisão em diferentes áreas.....	37
3.1. A decisão nas organizações empresariais.....	40
3.2. A decisão pela visão das neurociências.....	45
3.3. A decisão do ponto de vista da psicologia cognitiva.....	51
3.4. A prática jurídica da decisão.....	56
4. Elementos para uma concepção psicanalítica da decisão.....	65
4.1. A formação de juízos em Freud.....	70
4.2. O tempo lógico em Lacan.....	73
4.3. Ato e angústia.....	84
4.4. Modelo para uma psicopatologia da decisão.....	89
5. Análise das entrevistas com magistrados.....	92
5.1. Modalidades de decisão.....	104
5.2. Vicissitudes da decisão.....	108
5.3. Efeitos do trabalho de decisão.....	110
5.4. O tempo lógico da decisão judicial.....	112
5.5. Patologias da decisão.....	124
6. Conclusão.....	129
Anexo.....	135
Referências.....	138

1. Introdução

1.1. A experiência no Judiciário e os problemas de decisão

Há quatorze anos ingressei no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) como psicóloga judiciária. Por onze anos trabalhei em Varas de Infância e Juventude da Capital e nos últimos anos passei a atuar no Serviço Psicossocial Vocacional da mesma Instituição. Em minha experiência pude conviver com algumas faces da realidade judiciária, as quais têm impulsionado um número crescente de estudos que correlacionam Direito e Psicanálise¹. Ao longo desse percurso, o problema da decisão chamou minha atenção de forma recorrente, o que motivou a elaboração desta dissertação. Inicialmente, em razão de diversos casos que atendi que me colocaram diante de impasses, dificultando minhas próprias decisões e posicionamentos e, também, por certas decisões de alguns juízes que, do meu ponto de vista, pareciam questionáveis. Posteriormente, já no Serviço Psicossocial, comecei a indagar sobre o impacto psíquico ao qual um juiz se submete em sua prática cotidiana que consiste essencialmente em tomar decisões. Que efeitos poderiam ser verificados pela interferência ou pela suspensão permanente das disposições de personalidade nas decisões. Evidentemente que o tema da decisão é fundamental e determinante para todos os atos processuais realizados no âmbito da instituição judiciária e coloca questões referentes à interpretação das leis, a relação entre Direito e Justiça, tão amplamente debatidas e estudadas no campo da Filosofia do Direito. Mas entendo que esse tema lança alguns problemas os quais, em minha opinião, deveriam ser explorados para além do entendimento jurídico: por exemplo, por que uma mesma situação, ao ser julgada por dois juízes, pode ter desfechos completamente diferentes, se a lei é a mesma? Será apenas uma questão de conflito de interpretação do texto normativo? Ou existiriam outros fatores que influenciariam posicionamentos diversos? A partir da

¹ De fato, o número de pesquisas e trabalhos acadêmicos voltados para a intersecção entre os campos do Direito e da Psicanálise vem crescendo significativamente nos últimos anos. Como exemplo disso, há em São Paulo o Núcleo de Estudos e Pesquisa *Violência: Sujeito e Política* (NEVIS) ligado ao programa de Pós-Graduação da PUC, sob a coordenação da Professora Miriam Debieux Rosa, que vem desenvolvendo um interessante trabalho que acompanha a implantação do Projeto de Justiça Restaurativa, como forma alternativa de aplicação da lei, em parceria com a Vara Criminal da Comarca de São Caetano (SP). Também existem ações bem sucedidas em outros estados como o Núcleo de Direito e Psicanálise de Curitiba, ligado ao Curso de Pós-Graduação da UFPR, que tem promovido jornadas e produzido publicações voltadas para a articulação entre Direito e Psicanálise, mediada pela literatura; a parceria entre a Faculdade de Direito de Vitória e a Escola Lacaniana de Psicanálise de Vitória (ES), cuja experiência desde 2005 tem revelado resultados expressivos. Há ainda iniciativas de formação compartilhada, como é o caso do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica, ligado ao Departamento de Pós-Graduação em Psicanálise da UERJ, voltado para o estudo de temáticas ligadas à família, infância e juventude, sociedade e violência.

hipótese do inconsciente, consideramos que há um sujeito da decisão que ultrapassa o indivíduo que tem a função de aplicar as normas e as sanções legais. Conforme o entendimento de Whitaker:

O sujeito para a psicanálise, ao contrário do indivíduo para o Direito não é livre de seus atos, tal como o livre arbítrio é sustentado pelas teorias legais. O sujeito é condicionado pela cultura, pela sociedade, pela economia, por seu inconsciente e suas pulsões, o que implica que seus impasses não se resolvem como também não se constroem, por uma simples autodeliberação. Mas essa mesma causalidade psíquica a que nos referimos é o que faz dele responsável por todo e qualquer ato, dos quais ele não pode se elidir, escapar ou se retirar.²[1]

Desse modo, partimos do pressuposto de que uma decisão envolve outros aspectos que vão além da racionalidade soberana do sujeito que decide.

Mas, antes de aprofundarmos esse assunto, para que o leitor possa conhecer uma amostra desse universo jurídico, parece-me necessário descrever, de forma sucinta, o trabalho desenvolvido tanto nas Varas de Infância como no Setor Psicossocial Vocacional.

1.2 O trabalho nas Varas de Infância e Juventude

As Varas de Infância e Juventude da capital³ contam com setores técnicos interdisciplinares formados por profissionais de Psicologia e de Serviço Social, subordinados diretamente ao juiz titular. Dentre as várias atribuições, a eles compete avaliar as demandas que envolvem crianças e adolescentes em situação de risco (abandono, negligência, violência física ou sexual) ou em vias de colocação em lar substituto (mediante guarda ou adoção). Além disso, devem proceder à avaliação de casais interessados em fazer parte do Cadastro Nacional de Adoção. De acordo com a particularidade de cada situação, os profissionais realizam acompanhamento dos casos, orientação, encaminhamento aos serviços da comunidade e um trabalho de prevenção, geralmente por intermédio de parcerias com outras

² WHITAKER, C. **O Campo Infracional**: sistema de justiça e prática judiciária à luz da Psicanálise. Casa do Psicólogo, p. 232. São Paulo. 2010.

³ Na capital existem onze Varas de Infância e Juventude com equipes técnicas completas (assistentes sociais e psicólogos), além de quatro Varas Especiais que contam com um único corpo técnico que atende exclusivamente adolescentes em conflito com a lei. No litoral e no interior não há varas especializadas, elas são cumulativas e os profissionais geralmente ficam nas sedes das circunscrições. Existem 317 fóruns distribuídos em 257 comarcas, sendo que em 222 não há psicólogos e em 13 não há assistentes sociais nem psicólogos. Nos lugares em que não há técnicos, as avaliações são conduzidas por funcionários do poder executivo municipal os quais prestam serviço ao poder judiciário. Em razão do grande número de aposentadorias recentes e da falta de concursos que visam à reposição de pessoal, as equipes técnicas - tanto da capital como do interior e do litoral - encontram-se com número muito defasado de profissionais, o que vem trazendo problemas de sobrecarga de trabalho. (fonte: Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça de São Paulo).

instituições. O psicólogo e o assistente social, assegurada a livre manifestação técnica de cada um, fornecem à autoridade judicial uma análise aprofundada do caso (por meio de relatórios que são anexados aos autos ou, verbalmente, nas audiências) a fim de esclarecer as peculiaridades e conflitos inerentes ao processo e apontar os procedimentos mais indicados a serem adotados, de modo que o juiz amplie e enriqueça os elementos necessários para formar seu juízo e fundamentar suas decisões. É como se esses estudos funcionassem como uma espécie de bússola que orienta o magistrado na busca de caminhos alternativos, especialmente nos processos considerados difíceis em que, por vezes, existem indeterminações e as normas são pouco claras ou abrangentes demais, suscitando dúvidas quanto à melhor decisão a ser tomada ou controvérsias quanto à interpretação da legislação.

No que se refere à experiência das Varas de Infância, podemos destacar algumas situações complexas e dilemas que cotidianamente se apresentam aos profissionais da justiça envolvidos.

Por exemplo, em casos de negligência familiar ou violência contra crianças ou adolescentes (maus tratos ou abuso sexual), quais seriam os sinais de que os pais ou responsáveis negligenciaram os cuidados dos filhos ou lhes infligiram castigos físicos ou, ainda, que alguém cometeu abuso sexual contra determinada criança? Como averiguar isso? O discurso da criança seria expressão da realidade dos fatos ou de uma manipulação de adultos em beligerância? Como conquistar a confiança da criança de modo que ela possa falar sobre uma provável vivência dolorosa e traumatizante, sem que isso seja outra forma de vitimização⁴? Caso os profissionais se convençam de que houve violência contra essa criança, que medidas devem ser tomadas para sua proteção e para garantir que ela fique livre da situação de risco? Afastar o agressor ou abusador do lar seria a primeira medida a se pensar, mas como garantir que ele realmente se mantenha afastado, já que muitas vezes ele é o provedor do lar e conta com a convivência da companheira ou ainda subjuga os outros membros da família? O uso da força policial nesses casos seria de fato eficaz? Por quanto tempo? Se essa opção é duvidosa, é preciso considerar alternativas que conjugadas possam evitar uma medida extremada. Talvez tentar localizar algum membro da família extensa ou,

⁴ É preciso lembrar que atualmente vem sendo adotada, em vários tribunais criminais do Brasil, a prática de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência, também conhecida por depoimento sem dano. O depoimento é tomado por um técnico de psicologia ou serviço social em uma sala especial conectada à sala de audiência, por equipamentos de áudio e vídeo, onde o juiz, o advogado de defesa, o promotor e o réu encontram-se presentes e assistem à inquirição em tempo real. O técnico possui um ponto eletrônico por meio do qual o juiz faz perguntas a serem dirigidas à criança ou ao adolescente. A finalidade desse aparato é a produção de prova que será anexada aos autos, visando à punição ou não do acusado. Tal prática é bastante polêmica e não é aceita pela maioria dos profissionais de psicologia e de serviço social, uma vez que coloca o técnico na posição de inquiridor e não garante que a criança fique protegida.

eventualmente, um vizinho que tenha condições emocionais e materiais, além de disposição para assumir a guarda e a responsabilidade pelos cuidados da criança, enquanto a família procura se reestruturar de modo a viabilizar o afastamento do agressor. Além disso, encaminhar os envolvidos para atendimento psicológico e assistencial - não deixando de levar em conta a precariedade quase que institucionalizada da rede pública. Mas nem sempre esses passos são exequíveis em curto prazo e o caso exige uma medida mais radical — afastar a criança do seu núcleo familiar e encaminhá-la a um abrigo, a fim de protegê-la da situação de risco como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Mesmo que em caráter temporário, a institucionalização traz um custo emocional à criança, já que ela é separada das pessoas que lhe trazem segurança afetiva (familiares, amigos, escola) e sua rotina se altera completamente por ser inserida em ambiente estranho, nem sempre acolhedor e com uma inconstância de pessoas à sua volta, fato que reforça seus sentimentos de desamparo e dificulta a formação de novos vínculos. Esse exemplo mostra como uma situação jurídica pode referir-se a uma cadeia complexa de co-determinações, onde as escolhas e decisões variam e se afetam mutuamente. Avaliar o risco e a vulnerabilidade psicológica ou social faz parte da decisão jurídica. Nesse sentido, é preciso pensar em opções viáveis, considerando a realidade socioeconômica em que a criança está inserida, a dinâmica psicológica familiar e o potencial dos responsáveis legais de reverterem o quadro caótico que deu origem aos autos.

O conjunto de situações aqui apresentadas pode levar ao entendimento de que a maioria dos casos que chegam à Vara de Infância e Juventude tem grande complexidade e, portanto, as decisões a serem tomadas são sempre difíceis. De fato, os casos em sua maioria são complexos e, não raro, comovem os técnicos e os outros atores da cena jurídica. Contudo, muitas situações se delineiam de tal forma (tanto para o lado positivo, como para o negativo) que não deixam dúvidas quanto ao desfecho a ser dado e a decisão se torna fácil e segura, ainda que dolorosa quanto às suas consequências. Nesse sentido, um caso dramático que exige uma medida urgente de proteção pode levar a uma decisão simples e rápida, se o contexto estiver suficientemente claro. Assim pode-se chegar à conclusão de que a criança ficará sob a Guarda de uma tia materna ou retornará para a família de origem, ou ainda, que a melhor opção, por incrível que pareça, é o abrigo.

Quanto aos pedidos de adoção, a decisão pode ser considerada sob dois aspectos. Primeiro é possível observar de perto as vicissitudes e interveniências que envolvem a difícil escolha que é, para algumas pessoas, ter filhos e de fazê-lo por meio de um processo de adoção, que pode despender tempo e energia psíquica consideráveis.

Segundo, existe a decisão que é tomada por técnicos e pelo juiz responsável pelo caso, que é a inclusão ou não dos requerentes no Cadastro Nacional de Adoção. Assim, em uma avaliação de pretendentes à adoção analisa-se a decisão dos requerentes de ter filhos, para que o juiz decida se eles estarão aptos ou não a adotar.

Nessa avaliação procura-se compreender o que leva alguém a optar por uma adoção e o que representa um filho na vida dessa pessoa. Por isso, as indagações não são menores: haveria de fato um desejo de exercer a paternidade e a maternidade, ou adotar seria uma solução para aplacar a solidão e ter uma companhia, uma forma de substituir alguma perda significativa (de outro filho, por exemplo) ou um vazio existencial? Os requerentes estariam tomados pela ilusão de que após a adoção, um filho biológico poderá ser gerado, depois de tantas tentativas fracassadas? O candidato teria condições psicológicas, maturidade e disponibilidade para assumir tal responsabilidade? As motivações evidenciadas pelos adotantes seriam consistentes a ponto de se recomendar que uma criança que, no passado viveu situação de abandono, maus tratos e rompimento de vínculos fundamentais, seja entregue a eles? Os requerentes seriam capazes de lidar com as marcas profundas do sofrimento da criança (ou grupo de irmãos) muitas vezes expressas por sintomas de ansiedade acentuada, agressividade, dificuldade de fazer contato com o outro, rejeição ao adulto ou por manifestação de doenças, problemas de aprendizagem ou de comportamento? Não é possível ter plena segurança de que os requerentes serão pais adequados; é preciso fazer uma aposta ao recomendá-los ao Cadastro Nacional de Adoção. Seria impraticável estabelecer critérios que autorizem ou recomendem a adoção, contudo, em situação real, surgem diversos fatores que, de forma imperativa e conclusiva, contraindicam ou desaconselham esta experiência para um sujeito.

Pensando agora pelo lado da criança. Existe uma luta contra o tempo, já que a institucionalização produz efeitos deletérios à medida de seu prolongamento⁵ — crianças consideradas mais velhas (acima de três anos) têm poucas chances de serem adotadas e, dependendo da idade, somente a adoção internacional se apresenta como opção⁶. Desse modo, premidos pela urgência em solucionar o caso, os técnicos avaliam se a criança estaria “preparada” para ser inserida em família substituta. Dentre inúmeros questionamentos que surgem cotidianamente poderíamos citar alguns: ela está disposta a receber a nova família ou

⁵ Lembramos que a Lei nº 12.010/09 prevê um prazo máximo de dois anos para a permanência de crianças em abrigo e propõe mecanismos que visam a acelerar os procedimentos de colocação de crianças em lar substituto por meio da adoção.

⁶ Também há um limite etário nos casos de adoção internacional - dificilmente crianças acima de dez anos são escolhidas por casais estrangeiros.

ainda alimenta esperanças de retornar à família de origem? Como vem lidando com as perdas sofridas? Que marcas psíquicas ela carrega?

Na fase em que a criança começa a se relacionar com os requerentes outras questões surgem: ela se mostrou receptiva aos adotantes? Está se adaptando à rotina do novo lar ou está insegura? Os “novos pais” estão sendo adequados nos cuidados e na relação com a criança? É preciso ter a convicção de que a criança também adotou os requerentes e que ela demonstra segurança junto deles. É comum que nesses momentos certos aspectos apontados na avaliação anterior à inscrição no Cadastro se confirmem; por vezes, devem ser revistos. Em grande parte dos casos, nota-se que a criança e os requerentes em pouco tempo estabelecem bom contato afetivo, o que leva a crer que os vínculos se constituirão de forma promissora. Porém, em outras situações, em que se evidenciam sérias dificuldades na relação entre os adotantes e o adotando, há a necessidade de um acompanhamento sistemático maior. Nos casos extremos, quando há a convicção de que a criança poderá vivenciar nova situação de risco ou de abandono, é preciso retirá-la do convívio dos adotantes e encaminhá-la novamente ao abrigo, o que é lastimável, porque isso significa outro rompimento de vínculo e uma nova experiência de desamparo. Embora, por exigência da lei, haja um período de acompanhamento do caso antes que se formalize a adoção — o chamado estágio de convivência — em geral, sua duração não ultrapassa um ano⁷. Aqui também se trata de um risco que deve ser assumido pelos técnicos e pelo juiz, já que a adoção é uma medida irreversível.

Assim, apesar de a decisão final ser de competência exclusiva do magistrado e fruto de sua reflexão solitária, pode-se dizer que nas Varas de Infância e Juventude os psicólogos e assistentes sociais, dentro da especificidade de seu campo de atuação, participam ativamente do processo decisório do juiz e compartilham várias decisões.

1.3 Serviço Psicossocial Vocacional

O Serviço Psicossocial Vocacional do Tribunal de Justiça de São Paulo, formado por assistentes sociais e psicólogos, foi criado em 1998, com o objetivo de realizar a avaliação psicossocial de candidatos participantes de concurso público para ingresso na Magistratura estadual paulista e posterior reavaliação de juízes ingressantes. Em 2001 ampliou suas atividades para a implantação do Programa de Orientação Profissional a adolescentes,

⁷ Em casos de adoção internacional, na prática, o estágio de convivência tem duração máxima de um mês.

direcionado a filhos e netos de servidores da justiça estadual. A partir de 2003, passou a desenvolver o trabalho de acompanhamento psicossocial de juízes em estágio probatório, durante os dezoito primeiros meses do exercício profissional. Atualmente o Serviço desenvolve regularmente essas três atividades. Portanto, o problema da decisão aparece sob três perspectivas.

1.3.1 Avaliação de candidatos à Magistratura

O processo avaliativo de candidatos à Magistratura tem duração de cinco dias para cada grupo composto por seis a oito candidatos. A metodologia consiste em duas dinâmicas de grupo, entrevista psicológica, teste psicológico, entrevista social e redação de temas de cunho social. As entrevistas são individuais e semidirigidas.

Na avaliação, os técnicos têm como meta analisar aspectos sócio-relacionais e psicológicos do avaliando — maturidade, aspectos emocionais, estrutura de personalidade e, especialmente, se ele apresenta conflitos psíquicos acentuados ou sinais de patologias que venham a impedir ou a prejudicar seu desempenho laboral; além disso, espera-se identificar algumas condições necessárias ou desejáveis para o exercício da função de juiz.

Desse modo, é necessário conhecer o histórico familiar, a formação cultural e o percurso profissional do postulante, na tentativa de apreender seus modelos de identificação. Na medida do possível, tenta-se compreender as motivações, conscientes e inconscientes, que o levaram a escolher essa carreira, assim como sua visão sobre a magistratura e a rotina judicante, sobre o papel do juiz na sociedade e sobre os aspectos éticos inerentes ao exercício de poder que o cargo pressupõe. Ademais, é esperado que o avaliando, além do conhecimento jurídico⁸, saiba lidar com conflitos e situações de pressão; tenha flexibilidade de pensamento, visão crítica sobre a realidade brasileira e abertura para enfrentar situações inesperadas; que seja capaz de ouvir e de colocar-se no lugar do outro, como também tenha dinamismo e

⁸ Evidentemente, o conhecimento técnico jurídico é verificado pela Banca Examinadora do Concurso por meio de provas às quais os candidatos são submetidos em 04 etapas do concurso que pode durar até um ano e meio: 1ª fase – prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório; 2ª fase – duas provas escritas (elaboração de sentenças), de caráter eliminatório e classificatório; 4ª fase - prova oral, de caráter eliminatório e classificatório; 5ª fase – avaliação de títulos, de caráter classificatório. No último concurso, por determinação do CNJ, os candidatos precisaram mostrar conhecimento sobre temas de áreas humanísticas como Filosofia, Sociologia, Psicologia, Ética e Política, além de um posicionamento frente a questões da atualidade. Privilegiou-se ainda a capacidade de o candidato apresentar um raciocínio jurídico bem fundamentado, em vez da memorização de leis e normas previstas nos diferentes códigos do nosso ordenamento jurídico.

disponibilidade para trabalhar em equipe, além de segurança em suas decisões, aspecto este fundamental e cada vez mais valorizado pelo Tribunal de Justiça⁹.

Nem sempre se consegue observar todas as condições acima citadas. Geralmente os candidatos sentem-se pressionados com a situação de avaliação e ansiosos por obter resultados favoráveis. Desse modo, muitos se fecham em atitude defensiva e distanciada ou procuram ressaltar suas qualidades e minimizar suas deficiências; outros agem de acordo com o que imaginam que seja esperado deles, mantendo uma postura um tanto artificial. O desafio é ponderar o peso dos aspectos positivos e dos negativos dentro do que foi possível perceber sobre o candidato bem como avaliar em que medida alguns de seus atributos se ajustam às exigências da carreira ou se ele tem potencial para desenvolver as habilidades necessárias que lhe permitirão exercer a função almejada de forma eficaz.

Existem muitas variáveis nesse trabalho que dificultam o entendimento da dinâmica psicológica e social do avaliando e, por consequência, geram dúvidas quanto à posição que os técnicos devem assumir. O maior dilema é quando não se tem uma visão clara sobre o candidato e certos dados levam a suspeitas de que há algum tipo de dissimulação de aspectos problemáticos que possam levar a imposturas ao longo da carreira. Às vezes, o candidato apresenta um percurso profissional consistente e um discurso dentro do que se espera para alguém que almeja tal posição, porém, transparece em sua fala e em suas atitudes diante da situação de avaliação, certos traços que inspiram desconfiança – um comentário sedutor, um gesto que parece buscar cumplicidade, um tom arrogante, um olhar desafiador ou uma postura corporal não condizente com o que foi verbalizado - elementos que requerem escuta e semiologia clínica para serem ponderados. Mas como justificar a formação de tais juízos? Pessoalmente, passei por vários momentos em minha experiência em que fui tomada por dúvidas do tipo: *“ele parece um bom candidato, mas tem alguma coisa estranha nessa pessoa, que eu não sei o que é; seria um preconceito de minha parte ou algum traço ligado ao inconsciente apreendido pela minha escuta?”* Caso eu considerasse a segunda opção, *“tal aspecto implicaria em risco para o exercício da função judicante ou seria algo que não comprometeria necessariamente seu desempenho?”* ou *“será que estou sendo exigente demais?”* Nem sempre é possível aprofundar algumas questões que surgem pelos limites de

⁹ Um dos grandes problemas enfrentados pelo Tribunal é a constatação de muitos juízes que não conseguem decidir. Porém, o trabalho do magistrado não se limita à leitura dos processos e manifestação de suas decisões. Ele também exerce funções administrativas como, por exemplo, o gerenciamento de servidores cartorários, fiscalização de abrigos de crianças e de idosos, fiscalização e correição de presídios, coordenação da logística de transporte de armas apreendidas para local seguro para posterior destruição, dentre tantas outras.

tempo a que a avaliação está sujeita. Nesse sentido, a decisão em recomendar ou não um candidato à magistratura se torna angustiante para o profissional.

Para se chegar a uma definição é preciso refletir sobre todos os pontos observados em relação ao que o candidato apresentou. Ao mesmo tempo, é necessário atenção aos componentes transferenciais e contratransferenciais envolvidos na relação entre avaliador e avaliado. A possibilidade de se estabelecer uma identificação com os candidatos não é pequena - alguns encantam, outros incomodam - e é preciso distância para ajuizar o valor clínico de tais efeitos. Por isso a importância de se compartilhar as impressões obtidas com os colegas e analisar o discurso e a produção dos candidatos nas reuniões específicas para discussão de caso, de modo a apreendermos o que se diz de forma indireta e pouco evidente.

A responsabilidade nesse trabalho é muito grande e há a preocupação de não se cometer algum erro que venha a prejudicar o candidato ou a instituição. Afinal, esses concursos são muito longos, difíceis e desgastantes para os candidatos¹⁰. Alguns investem muitos anos nos estudos e chegam a participar de vários concursos até conseguirem ingressar na Magistratura. Por outro lado, o Tribunal de Justiça precisa de pessoas que ocupem esse cargo com responsabilidade, ética e preocupação em promover a justiça na sociedade.

A partir dos elementos circunstanciais obtidos na avaliação e da discussão sobre o caso, elabora-se um laudo psicossocial que irá subsidiar a decisão da Banca Examinadora do Concurso¹¹. Nesse laudo, o psicólogo e o assistente social registram suas observações em relatórios separados, mas o parecer conclusivo é conjunto e reflete a decisão da dupla de avaliadores que recomenda ou não o ingresso do candidato na Magistratura. Os prejuízos sociais e psicológicos gerados por uma posição patológica, diante da exposição aos processos decisórios de natureza jurídica, são evidentes e de alta periculosidade para o futuro juiz e para os envolvidos em seus processos.

Finalizada essa fase, disponibiliza-se ao interessado um encontro para entrevista devolutiva, a se realizar após a última etapa do concurso, que é o exame oral. Nessa ocasião,

¹⁰ O último concurso iniciado em 2011 teve duração de dezoito meses.

¹¹ A Comissão de Concurso é formada por 04 desembargadores do TJ e 01 representante da OAB. A avaliação psicossocial oferece subsídios para a decisão dos examinadores, a qual é soberana na aprovação ou não do candidato. Muitas vezes as profissionais manifestam parecer desfavorável ao ingresso de alguns candidatos, o que não impede que eles sejam aprovados. A partir de 2011, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, a avaliação psicológica passou a fazer parte da 3ª etapa do Concurso que consiste em 03 eixos: 1- inscrição definitiva e investigação da vida pregressa do candidato; 2 - exames que atestam a saúde física e mental do candidato; 3 – avaliação psicossocial. O conjunto dessas avaliações tem caráter eliminatório. (cf. Edital do 183º Concurso de provas e títulos para ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, de 07/12/2010).

os profissionais têm a oportunidade de expor as impressões obtidas nos limites circunstanciais da avaliação e refletir com o candidato sobre o que foi apontado. A experiência do Serviço tem mostrado que esse momento é rico e favorece a constituição de uma relação de confiança, necessária para o desenvolvimento das atividades do acompanhamento funcional dos juízes ingressantes.

A avaliação de candidatos à magistratura tal como apresentada acima, põe em evidência o problema da decisão a partir da experiência dos profissionais. Os técnicos elaboram um parecer em que indicam se o candidato reúne condições ou não para exercer a função de juiz que inclui, dentre várias atribuições, a prática de tomar decisões cotidianamente. Porém, o laudo técnico é um elemento dentre outros que participam da formação de juízo dos examinadores da banca do Concurso, os quais têm a competência de decidir sobre o ingresso ou não do candidato na Justiça estadual. Nesse sentido, esse trabalho de avaliação é homólogo ao realizado nas Varas.

1.3.2 Acompanhamento de juízes ingressantes

Nessa atividade o psicólogo e o assistente social assumem outra posição diante dos juízes, não mais de subordinação como nas Varas, havendo uma inversão de lugares. Os profissionais oferecem ao novo juiz um espaço que privilegia a escuta, o acolhimento e a orientação no decorrer do estágio probatório.

Assim, o trabalho de acompanhamento é realizado em cinco etapas ao longo de um período de dezoito meses, com início logo após o juiz assumir o cargo e término seis meses antes do vitaliciamento¹². Cada etapa consiste em uma dinâmica de grupo e entrevistas individuais (psicológica e social). Na etapa final, realiza-se uma dinâmica de grupo e uma entrevista psicossocial de fechamento do trabalho de acompanhamento. Nesses encontros, além de compartilharem suas experiências com os pares, em diferentes fases da carreira, e, assim, aprimorarem o aprendizado profissional, os novos magistrados têm a oportunidade de expor suas dificuldades, conflitos e angústias relacionados à adaptação ao contexto

¹² O vitaliciamento é a efetivação do Juiz no quadro da Magistratura do TJ, após dois anos de seu ingresso. O estágio probatório é de responsabilidade da Corregedoria do TJ. Conforme as normas do regimento interno do Tribunal de Justiça, nos últimos três meses do estágio, com base no prontuário de cada juiz, o Conselho Superior da Magistratura apresentará ao Órgão Especial parecer sobre a idoneidade moral, capacidade intelectual e adequação do juiz ao cargo. Se o parecer for favorável, o juiz é vitaliciado; se eventualmente for negativo, será instaurado procedimento administrativo e o juiz terá quinze dias para apresentar sua defesa. Nos quinze anos de funcionamento do Serviço Psicossocial Vocacional nenhum juiz deixou de ser vitaliciado.

institucional e à prática judicante, especialmente no tocante ao contínuo e extenso trabalho de tomada de decisões.

Observa-se que, a despeito do excelente preparo técnico que os vitaliciandos tenham e do empenho em se tornarem bons magistrados, para alguns o impacto emocional decorrente da extenuante rotina de trabalho não deixa de ser significativo. Alguns motivos explicam isso.

A Instituição é extremamente burocrática e conservadora em muitos aspectos e, não raro, adota posturas arbitrárias, inclusive com os próprios magistrados. A expectativa social e o código de conduta que se espera do tipo social representado pelo magistrado conduzem ao incremento continuado de idealizações, enrijecimento de identificações e fortalecimento de interpelações superegóicas. Em alguns ambientes as disputas por poder são acirradas, prevalecendo certo conflito político. Nesse contexto, alguns vitaliciandos sentem-se desconsiderados, pouco valorizados e, às vezes, humilhados por juízes mais antigos.

Deve-se levar em conta ainda que a rotina dos magistrados é pesada, o tempo é exíguo frente a uma quantidade de processos extremamente volumosa¹³ para um número escasso de profissionais; além disso, a pressão por produtividade tem-se acentuado cada vez mais nos últimos anos, especialmente em virtude das recentes resoluções do Conselho Nacional de Justiça, cujo objetivo é tornar a justiça mais célere.

Os testemunhos apresentados na experiência de acompanhamento sugeriram que muitos juízes, mesmo aqueles com vasta experiência, chegam a adoecer em virtude da excessiva carga de trabalho – são comuns os quadros de estresse, ansiedade acentuada e depressão; muitos desenvolvem doenças que em pouco tempo se tornam crônicas ou mesmo fenômenos psicossomáticos. Em situações de maior pressão, alguns chegam a se descontrolar e a adotar posturas rígidas, autoritárias e, por vezes, abusivas na administração dos funcionários. Há os que se sentem sozinhos e desamparados pela Instituição ou que visivelmente se isolam, escondendo-se nas pilhas de processos. Eventualmente alguns magistrados chegam a ser afastados por problemas de ordem psiquiátrica.

¹³ O número de ações em andamento na Primeira Instância em agosto de 2012 foi de 19.416.547. Deve-se ponderar que atualmente mínimas queixas se transformam em uma ação judicial, havendo uma excessiva judicialização. De fato, de uns anos para cá, as pessoas vêm adquirindo maior consciência de seus direitos e recorrem à Justiça para lutar por eles, o que é louvável. Porém, muitos casos chegam ao Poder Judiciário, quando poderiam ser resolvidos nas suas esferas de origem ou de forma privada. Por exemplo, é comum chegar à Vara de Infância queixas de escolas de que alguns alunos não têm disciplina e os pais não tomam as devidas providências. Para solucionar a questão, que poderia ser resolvida no contexto escolar ou familiar, são mobilizados inúmeros profissionais: oficial de justiça, assistente social, psicólogo, promotor e o juiz na resolução de uma lide. Parece um exagero.

Considerando essa realidade é fácil imaginar que o trabalho contínuo de tomar decisões seja afetado. Nesse sentido, podemos pensar em suspensões, inibições, atrasos ou precipitações do processo decisório. Alguns juízes se perdem em reflexões intermináveis, levando um tempo maior do que o habitual para concluir o trabalho de decisão. Outros, ao contrário, se deixam engolir pelo ritmo alucinante das varas que os impele a aderir a decisões padronizadas — nesse aspecto, a decisão se torna apenas o simples ato de inclusão do caso à regra — ou tomam decisões de forma precipitada. Existem aqueles que se paralisam diante de algumas situações que lhe são apresentadas e simplesmente não conseguem decidir — ou criam artifícios para postergar as decisões ou as deixam em suspenso de modo que outro juiz (geralmente um substituto) decida por eles, deslocando assim a responsabilidade pela decisão. Em casos extremos, há quem desenvolva rituais obsessivos que primam pela procrastinação e pela escrupulosidade e que, por vezes, se tornam impeditivos do processo decisório.

Apesar de o foco do acompanhamento ser o apoio e a escuta acolhedora ao novo magistrado, paradoxalmente existe um objetivo avaliativo dessa atividade. A Corregedoria do Tribunal de Justiça exige que, ao final do estágio probatório, os profissionais de Psicologia e Serviço Social elaborem um laudo técnico em que se analisa o percurso do juiz nesse período e como ele enfrentou os desafios da carreira. Nesse laudo deverá constar um parecer psicossocial com indicação se o juiz reúne ou não condições para prosseguir na Magistratura.

Em relação a esse aspecto avaliativo, é provável que em alguns momentos os juízes fiquem tomados pela fantasia de não corresponderem ao que se espera deles. Temem que se expuserem suas dificuldades ou falhas poderão comprometer sua imagem perante os técnicos e prejudicar seu vitaliciamento¹⁴.

A escrita do laudo é um momento delicado para os técnicos porque, de um lado, por razões éticas, deve-se proteger o sigilo do que foi abordado durante o trabalho com os juízes para evitar mal entendidos e possíveis constrangimentos perante a instituição e, de outro, considerando a responsabilidade dos juízes na prestação do serviço público, não se pode deixar de apontar aspectos que lhes exigirão um cuidado maior, a fim de prevenir eventuais problemas no atendimento aos jurisdicionados. Portanto, é fundamental escolher com critério o que vai ser exposto e limitar o conteúdo do laudo às impressões obtidas no decorrer do

¹⁴ Apesar disso, nos últimos anos, esse trabalho tem sido bastante valorizado e reconhecido pelos juízes, a ponto de alguns mostrarem-se sensíveis à importância de buscarem ajuda por meio de tratamento psicanalítico ou psicoterápico ou mesmo solicitarem atendimento eventual, meses ou anos após o vitaliciamento. Muitos chegam a sugerir a ampliação do prazo de acompanhamento ou, ainda, a inclusão de magistrados mais antigos no programa, visto que vários deles apresentam dificuldades importantes e que eventualmente emperram o funcionamento das varas. Sabe-se que um dos grandes problemas que o TJ vem enfrentando refere-se a juízes que apresentam sérios problemas para decidir e, por essa razão, postergam a conclusão dos processos ou criam artifícios para que outro juiz decida por eles.

acompanhamento. Alguns exemplos: existem juízes muito ansiosos e mostram uma tendência centralizadora, geralmente são excessivamente exigentes consigo e, por isso, trabalham exageradamente e acabam negligenciando os cuidados com a saúde; em pouco tempo, adoecem. Existem aqueles que, ao contrário, são mais detalhistas em suas análises, mostram-se menos seguros em relação a temas de menor domínio e, por isso, mantêm um ritmo de trabalho mais lento, obtendo baixa produtividade e provocando acúmulo de processos. Para outros, ainda, a tarefa de tomar decisões representa um peso maior do que imaginavam e, dependendo da gravidade do caso, ficam tomados por angústia e na tentativa de resolver a questão reduzem suas análises. Finalmente, há os que tomam um distanciamento excessivo do caso, prendendo-se a aspectos puramente técnicos do processo e decidem de forma legalista, justamente para evitar a angústia.

Esses são casos típicos em que a leitura atenta da situação e a intervenção dos profissionais são necessárias seja questionando o estilo de trabalho dos juízes seja apontando os limites de cada um e os cuidados a serem tomados. Em situações em que se verifica maior sofrimento, é comum que eles sejam orientados a procurar psicoterapia ou análise. Aqui, devemos apontar que a magistratura, pode ser comparada a outras profissões que envolvem alto e continuado grau de precisão e exigência subjetiva (como a medicina de urgência, a pilotagem de aeronaves e as atividades que envolvem risco continuado à vida) e, por isso, demanda acompanhamento psicológico sempre que possível.

O trabalho de atendimento aos vitaliciandos coloca em evidência a grande responsabilidade dos técnicos quanto ao caráter formativo, por vezes, terapêutico de suas intervenções, ao acolherem e orientarem os juízes em suas dificuldades e problemas enfrentados no cotidiano da judicatura e da prática decisória. Ao mesmo tempo, nota-se que os profissionais de Psicologia e de Serviço Social também enfrentam problemas de decisão seja nas estratégias adotadas nos atendimentos, tal como numa situação clínica, seja na elaboração dos referidos laudos.

No fundo, do ponto de vista clínico, o único critério geral que se pode intuir como habilitante da prática decisória continuada é a capacidade de o juiz colocar-se e recolocar-se em divisão subjetiva¹⁵ diante de seu fazer profissional. As diferentes movimentações

¹⁵ O conceito de divisão subjetiva foi desenvolvido por Lacan a partir da associação de dois conceitos: 1) *Spaltung* (divisão, clivagem), apresentado por Freud no artigo *A cisão do Eu no processo de defesa* (1938). [2] Na concepção de Freud, o Eu é constituído por uma parte inconsciente e outra consciente que atendem de forma antagônica os desejos pulsionais e às exigências da realidade, respectivamente. 2) “Sujeito da psicanálise”, que ele formulou a partir do sujeito do cogito cartesiano, fundado no “penso, logo sou”. Em sua leitura, o sujeito cartesiano coincide com o sujeito da ciência. Na visão de Lacan a psicanálise também trabalha com o sujeito da ciência, mas de uma forma subvertida. Para Lacan, a divisão do sujeito da psicanálise se baseia na divisão entre

patológicas, que indicamos anteriormente, são, inequivocamente, formas de elidir esta divisão, maneiras de evitar o trabalho psíquico que ela produz ou extensões da angústia que tal divisão pode vir a precipitar. É nesta divisão subjetiva que se pode considerar e reconsiderar a posição do desejo no sujeito, na relação deste com aquilo que ele faz. As dificuldades que se apresentam aqui são, por isso, homólogas às que encontramos entre os adolescentes diante de sua escolha profissional.

1.3.3 Orientação profissional a adolescentes

O elemento fundamental para apreciar tanto os riscos psíquicos da exposição continuada à situação de decisão, gerados pelo trabalho na magistratura quanto seu potencial de resiliência derivam de como o desejo comparece na relação do sujeito com seu fazer laboral. Ou seja, a escolha de tornar-se juiz não deve ser pensada apenas como um momento passado e superado no processo vital, mas como uma questão que se recoloca continuamente em sua prática. Por isso, as razões e determinações dessa escolha são pontos muito importantes a serem considerados na avaliação de candidatos e no acompanhamento dos vitaliciandos. Nesse sentido, podemos dizer que a atuação do psicólogo nessas atividades é correspondente à do orientador profissional no trabalho realizado com adolescentes. Vejamos o porquê.

A fase de decisão de uma profissão geralmente é vivida pelo jovem com grande ansiedade. Surgem muitas dúvidas sobre quem ele é e quem irá se tornar, como também sobre quais as profissões existentes e as possibilidades de aderir ao mercado de trabalho. É um momento de incertezas quanto ao futuro, mas, ao mesmo tempo, é uma fase crucial, pois aí começa a ser delineado o projeto de vida de cada um. É como se fosse um ritual de passagem em que definitivamente o adolescente deixa a infância para trás e entra no mundo adulto¹⁶ [5].

saber e verdade. Assim, o sujeito da psicanálise não é o sujeito da razão, mas aquele que surge pelas falhas do discurso, nos tropeços da fala, nas manifestações do inconsciente. Desse modo, o sujeito da psicanálise é marcado pela linguagem, que é sempre equivocada, polissêmica e submetida a mal-entendidos. Quando o sujeito fala, em seu discurso aparece indiretamente outro discurso que ele não se dá conta que é seu. Nesse sentido, há uma separação entre seu enunciado e sua enunciação, entre o que ele diz e o que ele quer dizer, entre o que ele disse e aquilo que ele não sabe que disse [3]. Assim, o sujeito para a psicanálise é sempre definido a partir dessa divisão entre o Eu e o Inconsciente como efeito do funcionamento da linguagem. Conforme Bruce Fink [4], essa separação é radical, as duas partes não têm nada em comum: o Eu nega os pensamentos inconscientes e o inconsciente não está preocupado com a aprovação do Eu.

¹⁶ PAIM, R.M. de O. – A escolha profissional sob um olhar psicanalítico. **Revista Recrearte**, nº 07, seção VI - julho/07 – texto recolhido pela internet em www.revistarecrearte.net em 06.04.12.

O Programa de Orientação Profissional, dirigido a filhos e netos de servidores do Tribunal de Justiça, tem como objetivo oferecer aos adolescentes um espaço que lhes permita conhecer-se mais e refletir sobre o que é uma profissão, quais os fatores que interferem num processo de escolha profissional e os meios pelos quais ela se torna possível.

Trata-se também de um trabalho interdisciplinar realizado por assistente social e psicólogo. A metodologia consiste na formação de grupos de adolescentes que se encontram duas vezes por semana por um período de dois meses. São propostas dinâmicas de grupo, *role playings*, dramatizações, filmes, palestras e leitura de textos que visam a motivar a participação ativa do adolescente e favorecer as discussões. Após o último encontro, é agendada uma entrevista individual em que a dupla de profissionais aprofunda alguns pontos observados durante as atividades em grupo e apresenta suas impressões ao adolescente.

As atividades propostas durante o programa se articulam a partir de três eixos principais:

1. O conhecimento sobre si mesmo – o jovem é incentivado a refletir sobre si mesmo e a identificar algumas características que ele acredita que definem sua personalidade — desejos, motivações, interesses, preferências, habilidades e temperamento — bem como suas influências mais determinantes, ligadas à família, amigos ou professores. Também é convidado a pensar sobre seus ideais e as expectativas que tem a seu respeito em relação ao futuro e sobre o que imagina que os outros esperam dele.

2. O sentido do trabalho e o significado da escolha – por meio de debates tenta-se explorar temas como a função do trabalho na sociedade e na formação da identidade, uma vez que a profissão é uma forma de representação do sujeito no campo social. Propõe-se uma visão do trabalho a partir de uma perspectiva voltada para a construção de um projeto de vida pessoal e que leve o sujeito a reconhecer-se naquilo que faz. Busca-se também trabalhar as angústias do jovem quanto às incertezas desse momento, assim como a percepção das perdas e dos ganhos envolvidos em qualquer escolha e dos fatores que podem facilitar ou trazer obstáculos ao percurso profissional.

3. Conhecimento sobre as profissões e sobre o mercado de trabalho – os participantes são estimulados a buscarem informações detalhadas sobre as profissões de interesse por meio de diferentes pesquisas (jogos, *sites* de universidades, guia de profissões, feiras, palestras, entrevistas com profissionais) e a identificarem as exigências e limites de cada área de atuação, bem como as possibilidades de inserção no mundo do trabalho e as tendências do mercado. Também é esperado que o adolescente possa correlacionar tais informações ao que

foi abordado anteriormente, fazendo comparações e aproximações com suas características e disposições pessoais.

Nota-se que alguns jovens procuram esse atendimento mesmo quando já têm uma opção feita – alguns querem reafirmar sua escolha, outros comparecem para obedecer aos pais e diminuir a pressão que estes exercem sobre eles.

Geralmente o adolescente inicia o programa com uma visão relativamente ingênua e idealizada a respeito das profissões. Ao se projetarem no futuro, vários jovens visualizam uma profissão que magicamente lhes traria felicidade - conceito que para eles se traduz por fazer o que se gosta, ter uma família e sucesso profissional, este sendo sinônimo de reconhecimento dos outros e a conquista de uma boa posição financeira: *“se eu fizer o que gosto, serei feliz; se eu for feliz, me dedicarei mais ao trabalho; se me dedicar bastante, serei reconhecido, terei sucesso e ganharei dinheiro”* (sic), como se o percurso de uma profissão tivesse essa ascendência simples e linear. Aos poucos, eles vão conseguindo pensar com mais profundidade sobre o significado de se fazer escolhas e como elas determinam os rumos de uma vida.

Muitos percebem que, ao participarem de uma orientação profissional, estão numa posição privilegiada em relação aos pais que não tiveram a mesma oportunidade, nem condições de abraçar uma profissão com a qual se identificavam na juventude, geralmente pela necessidade de garantir a sobrevivência. Há aqueles que inicialmente se mostram completamente perdidos frente às inúmeras possibilidades profissionais e inseguros diante do fantasma da vida adulta. Ao mesmo tempo, sentem-se no dever de não decepcionar os pais e de retribuírem todo o investimento que estes fizeram sobre eles, tanto afetivo como financeiro.

De certo modo, a maioria se compromete com o trabalho e consegue tirar bom proveito dos encontros; amadurecem ou reformulam seus pontos de vista e descobrem aspectos desconhecidos sobre si mesmos, principalmente quem não tem o hábito de pensar sobre sua vida, seus anseios e projetos futuros. Alguns adolescentes chegam ao término do programa sem ter uma definição profissional, mas pelo menos começam a vislumbrar uma direção a seguir.

Essa experiência parece confirmar que a escolha de uma profissão, assim como qualquer escolha, não se restringe à quantidade de informações que o jovem obtém a respeito das profissões; ela está condicionada à confluência de vários elementos: de um lado, a história pessoal, a configuração familiar, a formação cultural, os laços sociais e as diferentes vivências; de outro, as determinações do inconsciente, a estrutura de personalidade e a ação

dos mecanismos de defesa. Assim uma escolha pode ser a expressão do desejo que se constituiu na relação com o Outro ou uma reação sintomática, fruto de estruturas neuróticas, projeções, identificações positivas ou negativas.

A partir do exposto, podemos afirmar que o trabalho de orientação profissional com adolescentes faz um contraponto à avaliação de candidatos à magistratura uma vez que coloca em relevo os motivos que levam alguém a escolher a profissão de magistrado. Ao mesmo tempo, põe em discussão o próprio tema da decisão, fundamental para o exercício judicante, assim como os fatores intervenientes no processo decisório e os diferentes caminhos pelos quais uma decisão é construída.

O panorama aqui apresentado trouxe alguns exemplos relativos ao cotidiano de uma pequena parcela do universo da judicatura paulista. Contudo, acredito que sejam representativos dos problemas e vicissitudes que envolvem diferentes escolhas e decisões, tanto as que se referem ao trabalho direto dos juízes e de outros profissionais envolvidos nas diferentes demandas que chegam à Justiça como um todo, quanto aquelas de ordem pessoal, como no caso dos requerentes à adoção e de adolescentes em busca de uma definição profissional.

2. Objetivo e método

O objetivo deste estudo é compreender os elementos de ordem psíquica envolvidos nos processos de tomada de decisão. Para tanto, pesquisamos dificuldades, impasses e impossibilidades que surgem de modo recorrente no curso decisional. Procuramos isolar as razões pelas quais uma decisão se vê tolhida por impedimentos, adiamentos ou precipitações, de modo a propormos ao final o que chamamos de psicopatologia da decisão. O termo psicopatologia foi por nós definido nesta pesquisa como:

- 1- A fixação em um dos pontos do processo de tomada de decisão que pode aderir o sujeito à sua indecisão, em uma cadeia interminável de critérios, séries e metadecisões ou impulsioná-lo em atos desligados das cadeias de justificativas ou eventualmente em contradição com estas. Por exemplo, a dilatação da dúvida em uma série indeterminada de razões e motivos ou, inversamente, a intolerância ou a impossibilidade de colocar-se em dúvida, acarretando a suspensão do ato decisório; ou, ainda, a emergência de decisões “reativas” (sem ponderação entre meios, fins ou consequências do ato) e a remissão ou substituição da responsabilidade decisória a instâncias auxiliares.
- 2- A inibição, o atraso ou o apressamento dos tempos que compõem o curso de uma decisão como também a exageração ou a supressão das etapas envolvidas no processo decisório as quais revelam a dificuldade de passar da divisão subjetiva ao ato decisório. Por exemplo, decisões tomadas para livrar-se da angústia ou da culpa causada pela temática ou pelo tipo de conflito mobilizado pelas circunstâncias do processo (modelo do *acting out*), ou decisões efetuadas pela substituição imaginária do sujeito da decisão pelos elementos querelantes (modelo da identificação), ou ainda, respostas decisórias altamente carregadas de impulsividade, compulsividade ou coartação de afeto.
- 3- A evitação ou a presença de formações de angústia relativas à evolução das formas subjetivas que acompanham o processo de decisão - a passagem da certeza à crença, da crença à convicção, do saber ao juízo e do juízo ao ato decisório - pela dificuldade de produzir ou de se responsabilizar pela divisão subjetiva. Por exemplo, o julgamento protocolar e não circunstanciado dos casos, apenas como repetição de formas pré-constituídas e categorias de ação pré-estabelecidas - incluem-se aqui os que julgam de forma militante, tendenciosa ou acrítica como

também, inversamente, aqueles que objetivam uma imparcialidade ou uma abstração além dos limites e contingências reais dos processos decisórios.

Embora os problemas de decisão sejam pertinentes ao dia a dia de quase todas as profissões, optamos por abordá-los a partir da realidade dos magistrados. Isso se justifica pelo fato de que na prática judicante a decisão é um elemento fundamental, cotidiano e determinante uma vez que ela pode encerrar uma ação judicial e alterar substancialmente o destino das pessoas envolvidas - no caso de ser uma decisão definitiva - ou mudar os rumos do processo - se for uma decisão interlocutória. Assim, o contato com a experiência dos juízes nos coloca em situação bastante propícia para o estudo da lógica das decisões em geral, já que eles desenvolvem conhecimento prático e teórico sobre os problemas, efeitos e injunções envolvidos nos processos de tomada de decisão. Para os magistrados há uma consciência muito próxima, por exemplo, de que uma decisão torna-se imutável depois de transitada em julgado¹⁷. Ao mesmo tempo, a dimensão formal e pública das decisões judiciais nos proporciona uma visibilidade das intercorrências dos processos decisórios que dificilmente encontraríamos em outros contextos de decisão. Ademais, a explicitação das regras de decisão presentes nos códigos jurídicos vigentes se contrapõe ao caráter implícito e individual que cerca o ato de decidir, mas que, não obstante, pode ser compreendido se considerarmos algumas categorias de decisão, estabelecidas a partir de relatos de juízes sobre suas vivências na magistratura.

A princípio, realizamos uma pesquisa teórica sobre os conceitos componentes, as condições objetivas e os estados subjetivos envolvidos nos processos de decisão. Colhemos material necessário para uma definição conceitual e operacional suficientemente extensa em diferentes áreas que nos permita contemplar a universalidade do processo de decisão, em sua dimensão objetiva e subjetiva.

Este levantamento nos levou, num segundo momento, a elaborar um modelo lógico e descritivo para o entendimento dos processos decisórios, inspirado na metapsicologia psicanalítica. Isso será potencialmente útil para a leitura e interpretação dos relatos de entrevistas realizadas com juízes ingressantes no Tribunal de Justiça. Finalmente, sugerimos elementos derivados desse modelo para ampliar a compreensão do que vem a ser uma psicopatologia da decisão.

¹⁷ É importante ressaltar que a imutabilidade das decisões tem um caráter relativo, já que o artigo 485 do Código de Processo Civil prevê situações que permitem a revisão da sentença. Além do que, sempre existe a possibilidade de recurso da decisão em instâncias superiores.

Desse modo, vamos privilegiar em nosso estudo dois aspectos da teoria de Lacan, a saber:

- 1- sua conceituação sobre o tempo lógico, sintetizada no artigo “*O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*”, de 1945;
- 2- sua elaboração sobre a relação entre o ato e a angústia, desenvolvida no Seminário *X A angústia*, de 1959.

A escolha dessa referência teórica justifica-se em função da definição operacional que tomamos em conta nesta pesquisa. Consideramos que uma decisão desenvolve-se necessariamente segundo um arco temporal e se define inicialmente pela colocação de seus termos (a demanda jurídica, a instrução do processo, a habilitação e a tipificação do conflito), passa pela apresentação dos motivos para a tomada de decisão (apresentação de evidências, provas e testemunhos argumentados ao modo de teses) e termina com uma conclusão, ou seja, um ato que leva a uma consequência geradora de comportamentos ou disposições para novas ações (a sentença, a coisa julgada, a decisão concluída). Excluimos de nossa definição, portanto, as decisões que estão colocadas de modo mais ou menos permanente sob a forma de regras de ação, normas institucionais ou hábitos morais, nos quais a tomada de posição subjetiva circunstanciada não se coloca como também os movimentos decisórios organizados em processos grupais ou de massa. Ou seja, estudamos a decisão quando ela assume uma forma individualizada, especialmente quando ela se furta à mera aplicação protocolar de casos particulares a princípios ou a leis gerais. Nesse sentido, entendemos que nosso objeto de pesquisa remete aos estados derivados do que Lacan chama de divisão do sujeito.

Importante ressaltar que neste estudo com magistrados consideramos que a decisão não se restringe à sentença proferida pelo juiz a qual leva a termo uma determinada ação judicial. Em sentido mais amplo compreendemos por decisão, em nossa investigação, todo o processo que abrange tanto os procedimentos técnicos¹⁸ quanto o envolvimento dos aspectos subjetivos do julgador que motivam e permeiam sua interpretação, sua convicção e seu ato na conclusão do julgamento.

Se, por um lado, é inquestionável que as decisões judiciais, para terem legitimidade, devem ser fundamentadas em normas e leis que compõem o ordenamento jurídico e o julgador deve manter-se imparcial nas decisões, a fim de garantir a equidade e a promoção da justiça, por outro, devemos abandonar uma posição ingênua e fortemente identificada ao

¹⁸ Como procedimentos técnicos são considerados: o recolhimento de provas, as argumentações das partes, a confrontação das teses, a formação de juízo, a fundamentação jurídica, o julgamento do mérito e a sentença proferida pela autoridade judiciária.

senso comum de que o magistrado se posiciona de forma absolutamente neutra nos julgamentos, prescindindo de suas experiências de vida, de seus valores morais, culturais e ideológicos, como também de suas disposições afetivas sujeitas às determinações do inconsciente.

A ideia de que “o juiz deve ser a boca da lei”, isto é, de que a decisão judicial se reduz à simples aplicação da norma ao caso concreto, tal como as teorias positivistas apregoavam, já não exerce tanta força mesmo no campo jurídico, constituindo em si mais um ideal do que efetivamente a expressão real do processo decisório. Atualmente, alguns juristas e estudiosos do Direito compartilham da noção de que a subjetividade do magistrado tem valor significativo no trabalho de decisão.

Evidentemente as provas produzidas são o principal item influenciador da decisão do juiz. Porém não basta a simples produção das provas para conhecer-se o resultado final do processo. Imprescindível atentar-se aos elementos subjetivos – pessoais e ideológicos – que motivam o magistrado para a procedência, improcedência ou parcial procedência do pedido. Veja-se, por conseguinte, que conforme os caracteres subjetivos daquele que tem o poder/dever de decidir, dar-se-á a observação dos fatos apresentados, a valoração das provas, a interpretação da norma e, consequentemente, a decisão.¹⁹[6]

Certos teóricos, como Ricaséns Siches²⁰ e Miguel Reale, ressaltam a importância da influência dos atributos psicológicos do magistrado sobre a decisão como o sentimento, a intuição e a capacidade de colocar-se no lugar do outro. Siches afirma que o juiz decide pela intuição, “por uma certeza que se forma de modo direto e não em virtude de um raciocínio”²¹, o qual seria a ferramenta para explicitar e tornar público os motivos da decisão. Já na visão do jurista brasileiro Miguel Reale apresentada por Prado, o juiz “sofre uma tensão ético-psicológica” no ato de sentenciar, tensão esta “que vem de seu íntimo, do que ele sente e sabe por experiência própria e dos valores sociais que incidem sobre sua personalidade.”²²[7]

Diferentes estudos ligados às neurociências e à psicologia cognitiva também apontam

¹⁹ BARCELLOS, A. L. Berg – A Sentença judicial e sua fundamentação. **Revista da Escola de Direito**. Pelotas, Jan-Dez/2004, p. 399.

²⁰ Luis Ricaséns Siches, adepto do raciovitalismo que concebeu a teoria da lógica do razoável na interpretação jurídica.

²¹ Siches, L.R apud PRADO, L. R. A. **O juiz e a emoção**: aspectos da lógica da decisão judicial. Editora Millenium, 2003. Campinas/SP.

²² Prado, L. R. A. – op.cit.

que as decisões de modo geral não resultam de um esforço exclusivamente racional, elas dependem da associação de componentes racionais, emocionais, intuitivos e experienciais.²³

Assim, é possível afirmar que embora as decisões judiciais se orientem basicamente por uma lógica racional própria à consciência – que faz um percurso que vai desde a análise dos fatos, das provas e das argumentações até a formulação da sentença –, elas também estão condicionadas aos aspectos subjetivos do magistrado. Contudo, admitir a participação de processos psicológicos ou subjetivos é pouco se não formos capazes de apresentar um entendimento do que isso significa, efetivamente, no interior dos processos de decisão. Nossa hipótese é de que o trajeto de determinação de uma decisão envolve a retomada e a conjunção de processos próprios ao inconsciente e, portanto, as decisões sofrem a interferência dos conteúdos psíquicos do juiz os quais revelam a lógica do inconsciente estruturado como linguagem, assim como sua condição de sujeito dividido, submetido à ordem simbólica da castração.

No exercício de suas funções, não é possível que o juiz, ao tomar suas decisões, abdique de sua relação com o Outro e com a Lei simbólica, sob o risco de incorrer em imposturas. A aplicabilidade das leis ou de suas sanções depende de um conjunto de fatores que norteiam os magistrados na forma de interpretar as leis, as quais apresentam muitas lacunas e ambiguidades em seus enunciados. Segundo Figueiredo²⁴[8] existem pelo menos duas possibilidades de posicionamento diante das indeterminações legais:

1 - quando o juiz toma uma decisão, tendo como ponto de partida a sua própria vontade, confundindo-se com o legislador e sem considerar minimamente o texto normativo, sinalizando com isso uma “impostura da lei”²⁵;

2 - quando há um questionamento ético, “capaz de conduzir alguém ao encontro com a falta que o habita. Não se pode tudo.”, reconhecendo, assim, “um limite ao gozo, em si e no outro, como uma expressão de uma legalidade”.²⁶

No entanto, ao interpretar as leis e tomar suas decisões, não há como o juiz isolar os traços que constituíram sua personalidade ou mesmo anular a ação do recalque, dos

²³ Cf. KAHNEMANN, D. **Rápido e Devagar**: duas formas de pensar, Ed. Objetiva, 2012. Rio de Janeiro e DAMÁSIO, A. R. – **O erro de Descartes**: emoção, razão e cérebro humano. Companhia das Letras, 1996/2010, São Paulo.

²⁴ FIGUEIREDO, V.V. Legalidade/Subjetividade dos operadores da Lei. VESCOVI, R. C (Org.). **A lei em Tempos sombrios**. Cia de Freud. Rio de Janeiro. 2008, p. 149.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

mecanismos de defesa ou das identificações imaginárias, em nome da racionalidade necessária no ato de julgar. Ou seja, apesar de a atividade judicante convocar agudamente a suspensão das disposições pessoais e particulares da subjetividade do juiz a fim de que a decisão se apresente consoante a princípios universais, imparciais e impessoais, o exercício desta suspensão metodológica revela-se em alguns momentos como mera ocultação defensiva de desejos, disposições e preferências. Assim, perguntamo-nos se não seria mais conveniente ao desempenho de tal função e, por extensão, das funções baseadas na prática continuada de decisões, o reconhecimento de que há um esforço e, no limite, certa precariedade na busca por esse ideal de imparcialidade. Admitir que atitudes e disposições reativas e defensivas operam no interior dos processos decisórios, pode contribuir para uma melhor localização e ponderação dos elementos pertinentes às questões a serem examinadas. Ao contrário, a argumentação de que a separação entre função e pessoa pode dar-se de forma inequívoca e continuada, independente do caso ou da circunstância, pode levar a prejuízos e distorções não reconhecidas nos produtos decisórios. Em outras palavras, a oposição mais produtiva para a abordagem do problema não se dá entre um tipo de juízo mais puro e distanciado e outro mais pessoal ou implicado, mas entre as disposições e atitudes que reconhecem a existência da divisão subjetiva do magistrado (e sua interveniência no processo jurídico) e as que negam esta interveniência; ou, ainda, entre as que tornam esta divisão parte do processo e aquelas que a impendem, excluem ou negam.

Nosso método, neste caso, segue um critério psicanalítico de que uma experiência pode ser estudada do ponto de vista de suas variações patológicas²⁷, tal como Freud nos ensina em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (1901)[9], em seu estudo sobre alguns fenômenos que ocorrem na vida de qualquer pessoa normal (e não somente nos neuróticos) e que são manifestações do inconsciente: atos falhos, lapsos, esquecimentos, erros e equívocos na ação.

Uma irrupção patológica do processo decisório não corresponde à intrusão de uma anormalidade exterior que destruiria as regras de funcionamento do psiquismo, mas apenas e tão somente à exageração ou à diminuição de processos universais. Daí que nosso objetivo seja localizar, nos relatos e narrativas dos magistrados, traços que nos auxiliariam a entender melhor a decisão, não apenas do ponto de vista de seus critérios e de suas regras de ação

²⁷ O patológico aqui não deve ser tomado como sinônimo de doentio, mas no sentido de distorção, exagero de alguma reação ou supressão de algum movimento necessário para uma determinada ação, no nosso caso, a decisão. Para Freud, não existe um limite claro e rígido entre o funcionamento psíquico normal e o patológico. Segundo o psicanalista todos somos mais ou menos neuróticos.

públicas, conscientes e normalizáveis, mas também da ingerência de aspectos concernidos aos estados de aparição da divisão subjetiva e seu destino no interior do processo decisório.

Nesse sentido, podemos supor que algumas decisões podem ser expressão do sintoma do magistrado. Por exemplo, juízes que têm dificuldade de lidar com certas questões como a homossexualidade - como eles decidiriam um pedido de adoção por homossexuais, apesar da anuência da lei²⁸? Ou, no caso de magistrados muito devotados a valores religiosos, como eles se posicionariam diante de um pedido de autorização de aborto? De forma mais frequente esta divisão se exprime na dimensão política de toda decisão judicial. Portanto, inferimos que determinados casos tendem a mobilizar diferentes sentimentos e conflitos nos juízes e, diante de uma situação em particular, eles podem se deixar afetar ou resistir ao que lhes afeta, o que provavelmente conduz a diferentes posições no ato decisório. Há casos em que a perturbação da imparcialidade, pressentida pelo próprio juiz, pode levar a uma decisão excessivamente legalista ou formal, similar a uma formação reativa por meio da qual, para se evitar um desvio pendente em uma direção, o sujeito toma a direção oposta, mas de maneira exacerbada.

Encontramos outra razão para justificar a escolha do método psicanalítico de investigação, uma vez que ele é especialmente voltado para a abordagem de temas e experiências nos quais a dimensão ética do desejo comparece de forma determinante. Um juízo tomado na esfera da culpa ou premido pela vergonha, ainda que de acordo com as condições formais do processo judicativo, pode ser considerado um juízo legítimo? Caberia à Filosofia do Direito esclarecer os critérios de legitimidade do ato jurídico perfeito, reunindo as intenções e consequências, meios e fins; todavia, caberia à Psicanálise esclarecer os limites e circunstâncias pelos quais uma decisão pode ser pensada como patológica, ainda que juridicamente perfeita. Poderíamos, desse modo, acrescentar um capítulo à psicopatologia da vida cotidiana, chamado de *psicopatologia das decisões cotidianas*.

Quando falamos em método psicanalítico, devemos ponderar que Freud definia a Psicanálise não só como um método de tratamento, mas também como um método de investigação. Nesta segunda acepção, o método psicanalítico é reconhecido como um caso particular do que se convencionou definir como análise de discurso. Estabelecemos, desta maneira, que qualquer decisão deva ser entendida no interior de um discurso. Nada como o contexto jurídico para exemplificar tal concepção, na medida em que ele se estrutura pelo discurso do ordenamento jurídico, que exige justificações de princípios, regras e condições formais do processo decisório expressos na sentença judicial. Desse modo, os caminhos

²⁸ Lembrando que a adoção por casais homossexuais ainda se dá por decisões isoladas, não havendo uma norma específica que regule essa questão até o momento.

individuais e solitários que o magistrado persegue em seu trabalho de tomada de decisão estão condicionados não só pelo discurso jurídico, mas também por um discurso que se constituiu a partir de um laço social. Segundo Miriam Debieux Rosa,:

“[...] para Lacan, cada discurso fala de um determinado laço que propõe uma tática para a trama entre o sujeito e Outro, que promove modalidades de ligação, de existir no mundo, com o outro.”²⁹[10]

Ou seja, no âmbito da estrutura judiciária existem formalidades, ritos específicos a serem seguidos e prazos definidos para cada etapa do processo³⁰, bem como regras de conduta e de condicionalidade que orientam a ação do magistrado e regulamentam eventuais transferências de autoridade ou de competência para outras instâncias nas quais as decisões serão tomadas. Não obstante o caráter formal e pragmático do trabalho decisório no âmbito judiciário, a decisão comporta para o juiz uma realidade cotidiana com movimentos próprios que vão além das regras e normatizações objetivas do texto legal, os quais expressam também o tipo de laço estabelecido com o Outro.

Desse modo, para nos aproximarmos dessa realidade individual, em que o juiz realiza diversos movimentos objetivos e subjetivos³¹ em direção à sua decisão e apreender o discurso que permeia a prática da judicatura, optamos por realizar entrevistas com um grupo de oito juízes que ingressaram no Tribunal de Justiça de São Paulo no ano de 2010. As entrevistas aconteceram durante a terceira e a quarta etapas do acompanhamento funcional pelo Serviço Psicossocial Vocacional. Adotamos essa estratégia, num primeiro momento, pela facilidade de encontrar os entrevistados, já que todos, naquele momento, estavam exercendo a função de juiz substituto em diferentes comarcas do interior de São Paulo e, nessas ocasiões, estariam juntos na capital. Contamos com a conveniência de que a relação transferencial com as instâncias de controle e de avaliação estava mais estabelecida. Dessa forma, o trabalho de acompanhamento desenvolvido até então, favoreceria uma fala um pouco mais livre sobre o

²⁹ ROSA, M. D. Prefácio de MIRANDA Jr., H. C. - A Psicanálise e o discurso jurídico: avessos no Tribunal de Família. 2010. (versão cedida pela autora).

³⁰ Por exemplo, juntada de documentos, recolhimento de provas, oitiva das partes e das testemunhas, laudos técnicos, manifestação do promotor e do juiz, recursos.

³¹ Em que o juiz delibera pela pertinência de uma ação ou encaminha o processo para outro fórum, instrui os autos, analisa as evidências, ouve os depoimentos, pesquisa normas legais e jurisprudências, forma seu juízo e chega a uma decisão final.

assunto³². Todos assinaram termo de consentimento e concordaram com a eventual reprodução de suas falas nesta dissertação, em relação às quais realizamos os devidos procedimentos para resguardar o sigilo sobre a identidade dos entrevistados.

A amostra de juízes é formada por três mulheres e cinco homens, na faixa de 28 a 35 anos de idade. Com exceção de um componente do grupo, cuja prática jurídica³³ foi mais limitada, todos tiveram um percurso superior a sete anos em diferentes áreas do Direito — Advocacia, Docência, Procuradoria e em Tribunais de outros estados — antes de ingressarem no Tribunal de Justiça. Um deles teve importante experiência ligada à área de Comunicação.

Foram realizadas duas entrevistas individuais e semidirigidas, após as atividades do acompanhamento psicossocial. As perguntas centraram-se no processo decisório de cada juiz, em especial, nos aspectos não jurídicos da decisão. As consignas foram as seguintes:

- *Que experiências ou conhecimentos, além dos jurídicos, são necessários para um bom julgamento?* Aqui, nosso objetivo foi averiguar o que o juiz considera importante em sua formação em termos pessoais e culturais e se determinadas vivências podem servir como referência para suas decisões. Além disso, esta pergunta facultava localizar como o magistrado inclui ou reconhece a participação de elementos pessoais na prática judicativa.

- *Do seu ponto de vista, o que favorece e o que dificulta um processo de decisão?* Com essa pergunta esperava-se recolher as variáveis, internas e externas aos autos, que poderiam interferir de algum modo no trabalho de decisão, desde a relação dos juízes com seus pares e com os servidores, até os próprios conflitos em relação à matéria a ser julgada.

- *Como é o seu processo de decisão?* Aqui buscamos entender como cada juiz, no seu percurso individual, elabora uma decisão, qual seu ponto de partida, os passos mais importantes e seu estilo decisional.

- *Relate algum caso crítico, no que concerne ao problema da decisão.* A partir de uma situação concreta relatada, procuramos apreender as dificuldades e dilemas enfrentados individualmente na singularidade de seu processo de tomada de decisão.

Do nosso ponto de vista, um estudo dos processos decisórios com magistrados a partir da noção de psicopatologia da decisão pode trazer interessantes contribuições para o exercício da função judicante. Nota-se que muitos juízes demonstram grande interesse de ampliar sua

³² Embora não desconsideremos que o fato de as entrevistas estarem associadas, de certa forma, ao acompanhamento, possa trazer um viés pela eventual preocupação com o aspecto avaliativo desse trabalho.

³³ Pelas regras atuais exige-se que o candidato tenha uma prática jurídica de, no mínimo, três anos para ingressar na Magistratura.

perspectiva de análise dos processos judiciais e de fundamentar melhor suas decisões, recorrendo a outros saberes, especialmente os ligados às áreas humanas³⁴.

Nas entrevistas com os juízes, verificou-se que os casos relatados condensam situações de decisão que são, em grande medida, universais. Dilemas, por exemplo, que opõem o direito à justiça, o caráter irreconciliável das razões éticas e das contingências do caso examinado, a ênfase nas intenções ou nas consequências. Ressalte-se o valor de generalização deste estudo com magistrados para situações análogas de profissões e atividades humanas cuja prática demanda decisões constantes, tais como a medicina e as profissões ligadas à saúde, as atividades que envolvem riscos financeiros, a pilotagem de aeronaves e embarcações e assim por diante.

Especificamente no que se refere ao campo da psicanálise, um estudo sobre os processos de decisão nos interessa particularmente por permitir uma reflexão mais apurada sobre duas contingências homólogas. A primeira diz respeito ao cotidiano de nossa prática clínica que muitas vezes encontra pela frente pacientes que estão às voltas com tomadas de decisão em suas próprias vidas e com relação às quais o tratamento envolve favorecer que o processo de decisão seja consoante ao desejo do paciente, ao seu tempo e à economia de sua angústia. A segunda homologia refere-se ao próprio campo clínico e ao manejo da transferência em que o psicanalista deve tomar decisões acerca da direção do tratamento as quais convocam sua própria lógica - suas razões e motivos, suas causas e consequências -, premido por suas interpelações éticas.

Portanto, o tema de nosso estudo é a decisão, seu método é a análise de discurso inspirada na psicanálise, cujo material procede do relato experiencial de magistrados em situação de decisão.

³⁴ Particularmente nos processos que envolvem família, infância e jovens em conflito com a lei.

3. O estudo sobre a decisão em diferentes áreas

*E o mundo a me exigir decisões
para as quais não estou preparada.
Decisões não só a respeito de provocar
o nascimento de fatos mas também
decisões sobre a melhor forma de se ser.*

Clarisse Lispector

Na linguagem comum, ao falarmos de decisão imaginamos inúmeras situações em que fazemos escolhas dos mais variados tipos, desde as mais corriqueiras, relacionadas ao nosso cotidiano mais presente e sem grandes implicações — O que vestir? Aonde ir: ao cinema ou ao teatro? Que tipo de presente comprar? — até as mais importantes, que podem determinar nosso futuro, ou de terceiros, e trazer consequências ao longo da vida — Que profissão escolher? Que caminhos percorrer na pesquisa de mestrado? Em qual candidato votar nas próximas eleições? Devo me casar, ter filhos, mudar de emprego, abrir um negócio próprio? É melhor investir meu dinheiro na bolsa de valores ou deixá-lo na poupança? Esse réu deve ser condenado ou absolvido?

Imaginamos ainda que a escolha por alguma das alternativas possíveis se dará baseada na conjunção direta de nossas motivações ou necessidades do momento com as opções que se apresentam a nós. Por exemplo, se quero ir ao cinema, primeiro me pergunto se estou disposta a assistir comédia, ação, romance ou drama; depois, procuro os filmes em cartaz e identifico quais deles me despertam maior interesse e se a crítica é favorável ou não a algumas das opções selecionadas. A partir do conjunto dessas informações faço minha escolha. Um processo relativamente fácil e prático, apesar de a ordem e o peso proporcional de cada um destes fatores variarem imensamente de pessoa para pessoa e para a mesma pessoa, conforme as circunstâncias que se apresentam.

Mas, vamos supor que eu queira investir meu dinheiro. Antes de me arriscar, preciso conhecer os investimentos disponíveis no mercado, os diferentes graus de risco implicados em cada operação financeira, a taxa de impostos a ser recolhida, a projeção de ganho real que cada investimento me oferecerá e em qual perfil de investidor eu me encaixo — arrojado, moderado ou conservador. Em suma, devo analisar com critérios rigorosos os custos e os benefícios que terei em tal investimento. Nesse caso, decidir implica em maior risco e incerteza, pois se eu optar pelo caminho errado minha vida financeira ficará em apuros. Ou

seja, tomar decisões pode ser uma tarefa árdua e desgastante. Mas o que entra em jogo nas decisões? É o que pretendemos abordar nas páginas a seguir.

Geralmente, a decisão está associada à racionalidade. Segundo Houaiss, o termo decisão se define como:

“[...]ato ou efeito de decidir; resolução tomada após julgamento; juízo, sentença; determinação; qualquer espécie de resolução sobre algum assunto; fato que determina os rumos de um acontecimento ou o resultado final de um conflito”.³⁵[11]

Mas a decisão também pode ser entendida, conforme Abagnano:

“[...] o momento conclusivo da deliberação no qual se adere a uma das alternativas possíveis” ou um “ato antecipatório e projetante, no qual o futuro é de certo modo determinado”³⁶. [12]

A partir dessas definições poderíamos deduzir que a decisão, necessariamente, seria o fim de um percurso racional que levaria a uma escolha consciente, entre duas ou mais alternativas, e a uma determinada ação, cujas consequências se verificariam no momento imediato ou no futuro. Contudo, quando se aprofunda na temática do processo decisório, constata-se que há uma complexidade maior que escapa a essa linearidade, já que existem fatores intervenientes que fogem ao controle de quem decide e, em algumas situações, a decisão antecede a formação de juízos ou simplesmente implica em não agir. Há decisões que são metadecisões, ou seja, elas modulam ou versam sobre outras decisões que se colocarão à nossa frente.

Em nossa vida cotidiana é possível observar que nem todas as decisões são resultado de escolhas refletidas e intencionais; muitas são tomadas automaticamente, sem nos darmos conta - por exemplo, quando paramos diante de um farol vermelho decidimos respeitar uma regra de trânsito a fim de evitarmos um acidente. Embora se possa argumentar que tal atitude resulta de um hábito ou de um condicionamento, não se pode negar que houve um tipo de decisão outrora assumida e que determinou esse ato. Por esse pequeno exemplo, podemos constatar que o pensamento consciente que leva a essa decisão não é o único elemento que a determina. Aí localizamos no mínimo duas variáveis subjacentes a essa escolha: de um lado, a força de uma regra socialmente compartilhada em nossa cultura e que ficou internalizada – não ultrapassar o sinal vermelho; de outro, o poder do impulso de autopreservação – não colocar em risco nossa própria vida.

³⁵ HOUAISS. **Dicionário eletrônico**. Houaiss.uol.com.br – recolhido em 10.10.2010

³⁶ ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Editora Martins Fontes, São Paulo. 1998, p. 232.

Em contrapartida, outras decisões fogem completamente ao nosso domínio consciente e racional. Aqui vale lembrar o que Freud nos ensinou desde *A Interpretação dos Sonhos* [13] sobre as determinações do inconsciente, que fazem com que o “Eu não seja o senhor de sua própria morada”. Como exemplo disso, lembramos das escolhas amorosas e o quanto elas podem ser determinadas pelas identificações narcísicas do sujeito, por seus sintomas neuróticos ou serem a expressão da compulsão à repetição.

Assim, o que aparentemente é considerado simples e prático está à mercê da interferência de fatores de ordem externa e interna ao sujeito que decide, o que torna a decisão um processo, por vezes, complexo cujos caminhos nem sempre são previsíveis, lineares ou perceptíveis. Mas atentemos ao fato de que a representação que o sujeito faz da situação e dos termos da decisão faz parte da própria decisão. Se ele acredita ser um mero “emissário divino” ou apenas um “funcionário que aplica, mas não faz as regras”, isso muda a maneira como ele julga, porque muda o lugar onde se localiza o sujeito suposto da decisão.

Nos últimos anos o problema da decisão tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento: administração de empresas, economia e gestão de negócios, publicidade e propaganda, ciências biomédicas, neurociências, psicologia cognitiva e social, ciências políticas, direito, filosofia, economia, engenharia, matemática, etc. O consumo, por exemplo, parece estar bastante determinado por certas regras de decisão, discursivamente moduladas.

Com as exigências do mundo atual, caracterizado por constantes mudanças e que cada vez mais demanda rapidez e eficiência nos negócios, na saúde, na justiça e nas atividades de produção, muitas dessas disciplinas dedicam-se a desenvolver técnicas e métodos que visam otimizar os processos de decisão a fim de se obter os melhores resultados, mostrando-se assim afinadas ao discurso capitalista e ao discurso da ciência. Uma apresentação das diferentes abordagens desse tema em cada uma delas seria impossível dentro dos propósitos deste trabalho. Mas consideramos interessante recolher elementos de alguns estudos ligados à administração organizacional, às neurociências e à psicologia cognitiva, os quais nos pareceram representativos dos discursos da atualidade, onde também se encaixa o discurso jurídico. De um lado, eles podem nos ajudar no entendimento da decisão no contexto judiciário; de outro, podem servir de referência para uma crítica a partir da psicanálise.

Cada uma dessas áreas apresenta teorias sobre a decisão as quais privilegiam pontos diferentes. Assim, na área de administração percebemos que são mais valorizados os métodos racionais de decisão, cuja informação, como dado objetivo, tem valor preponderante, já que a forma como é usada define os caminhos do percurso decisório e os rumos de uma empresa. Podemos dizer que, para esta perspectiva, o tipo de decisão deriva basicamente do tipo de

problema e da hierarquia de saberes ou da cadeia de responsabilidades que se estabelece para enfrentá-los. Em relação ao campo das neurociências, um famoso estudo de Antonio Damásio ressalta a importância das emoções nos processos de tomada de decisão, destacando que as emoções integram os processos racionais e que o uso exclusivo da razão leva a erros de decisão. Neste caso, a ênfase não está na relação entre problema e solução, mas na relação entre a combinação de estímulos ou de fatores que concorrem para determinar um tipo de resposta. Já a psicologia cognitiva, representada por Daniel Kahneman, nos apresenta a ideia de decisão como fruto da associação de dois tipos de pensamento que trabalham de formas distintas, mas complementares, um relacionado à intuição e o outro à racionalidade. A principal contribuição desta abordagem está em reconhecer que a forma como representamos a decisão ou como formamos e aplicamos as regras de decisão é muito diversa da maneira como a decisão efetivamente se dá.

Entendemos que, a partir desses breves recortes, poderemos ter uma noção dos aspectos objetivos e subjetivos referidos nas respectivas leituras e confrontá-los com os elementos oferecidos pela Psicanálise que nos levem a compor uma concepção psicanalítica sobre o tema das decisões. Essa escolha se justifica ainda pelo fato de que razão, emoção e intuição foram termos destacados como faculdades que se associam no trabalho de decisão relacionados à experiência de alguns juízes entrevistados.

3.1 A decisão nas organizações empresariais

No mundo empresarial pode-se considerar que administrar é sinônimo de decidir, pois o sucesso de qualquer negócio depende das decisões adequadas de seus administradores, independentemente do nível organizacional que a empresa apresente. Nesse campo, a maioria das situações envolve questões econômicas e financeiras e, dependendo do padrão da empresa, por vezes, entram em jogo grandes somas de capital, o que implica em maior risco para a organização e aumento da responsabilidade de quem decide.

Segundo os estudiosos dessa área³⁷[14], as decisões podem ser classificadas em:

- 1- Decisões estruturadas ou programadas: são aquelas que se referem a eventos rotineiros, cujas variáveis são repetitivas e de baixa complexidade. Baseiam-se em regras e modelos padronizados, sendo automatizadas pelo uso de procedimentos

³⁷ PORTO, M.A.G; BANDEIRA, A.A. – O processo decisório nas organizações. **Anais do XIII SIMPEP**. UNESP. Bauru, 06 a 08 de novembro de 2006.

sistemáticos. Além disso, servem de norte para a definição de novas metas, procedimentos e políticas da organização. Nessa categoria, geralmente não há a necessidade de interferência direta do decisor³⁸.

- 2- Decisões não estruturadas ou não programadas: são caracterizadas pela novidade e referem-se a eventos singulares e de rara ocorrência, com variáveis não repetitivas e de alto nível de complexidade. Em razão da falta de referenciais anteriores, esse tipo de decisão não se presta a procedimentos sistemáticos, exigindo maior esforço e criatividade do decisor na busca de alternativas que possam levar a uma solução para determinado problema, além de sua participação direta na implantação de medidas específicas.

Pela variação no grau de risco das decisões e pelo reconhecimento de que não existem fórmulas prontas a serem aplicadas em todo tipo de decisão (apenas a uma boa parte delas) e que representem garantia de certeza, ao longo dos anos criaram-se inúmeros métodos e técnicas de apoio aos processos de tomada de decisão que contemplam fatores quantitativos e qualitativos correlacionados ao problema a ser resolvido. Grande parte dessa metodologia foi desenvolvida por teóricos e pesquisadores americanos e franceses ligados à economia, com a finalidade de que a qualidade dos julgamentos seja assegurada, os riscos minimizados e as decisões acertadas, considerando-se que na vida atual o tempo é cada vez mais reduzido em razão da alta competitividade dos mercados.

Assim, nos processos decisórios relativos ao contexto administrativo e empresarial, as técnicas adotadas privilegiam os dados objetivos e os modelos de análise racional e processual³⁹, como também a postura pragmática do responsável pela decisão. Além disso, tais metodologias visam investigar o número de alternativas viáveis, considerando critérios múltiplos e objetivos eventualmente ambíguos ou conflitantes.

O processo de produção de conhecimento no âmbito gerencial inicia-se pela obtenção de informações precisas dentro de um conjunto de dados analisados e contextualizados. Portanto, o conhecimento é “resultado de um encadeamento de etapas, no qual uma informação é comparada a outras e então combinadas em muitas ligações úteis e com

³⁸ O decisor é o responsável pela decisão; pode ser uma pessoa em particular ou um grupo de pessoas de uma corporação.

³⁹ Neste estudo nos limitaremos ao modelo racional e ao modelo processual. Existem vários modelos de decisão possíveis de serem adotados nas organizações como o político, o anárquico, o incrementalista, o da racionalidade limitada, etc. Entendemos que explorá-los fugiria dos objetivos deste trabalho.

significado”⁴⁰[15]. A tomada de decisão, por sua vez, é a transformação da informação, agora dotada de relevância e propósito, em ação.

Existem variáveis tanto de ordem interna como externa ao contexto da empresa que influenciam direta ou indiretamente as decisões. Um dos principais fatores que pesam no processo de tomada de decisão é o número insuficiente de informações; outro, de grande relevância, é o grau de incerteza quanto ao futuro alcance dos resultados esperados. Quando não é possível prevê-los, surge o risco.

Diante da complexidade dos problemas, das especificidades de cada empresa e das limitações humanas que impossibilitam absorver de forma absoluta todos os tipos de informação, adotam-se modelos ou procedimentos operacionais que buscam simplificar esse processo. Segundo Pereira e Barbosa, “um modelo mostra, graficamente, qual a ênfase que as disciplinas apropriadas devem receber no processo de tomada de decisão, e deve incluir um número ‘ótimo’ de variáveis que irão explicar os fenômenos do mundo real de forma mais simplificada”⁴¹[16]. Por exemplo, quando uma empresa pretende lançar um produto no mercado são feitas pesquisas que podem incluir questionários, experimentação do produto, comparação com artigos concorrentes, etc. Tais instrumentos permitirão que a informação tenha relevância por seu valor agregado e subsidiarão a decisão dos gestores.

O modelo racional encontra seu fundamento na teoria microeconômica clássica em que o uso da racionalidade na análise da realidade é visto como essencial para a tomada de qualquer decisão. Aqui a informação é tratada objetivamente e, na lógica do processo decisório, o tomador de decisão deve manter uma postura isenta e não se deixar dominar pelo otimismo ou pessimismo. Nesse caso, a fim de escolher a melhor alternativa, o responsável pela decisão *a priori* deve analisar a organização de forma sistêmica, isto é, considerar sua cultura e o contexto em que está inserida, bem como o leque de alternativas possíveis e as consequências que advirão a partir da decisão tomada. Nesse modelo:

“[...] a decisão é um ato orientado para objetivos e guiado por problemas, sendo o comportamento de escolha regulado por normas e rotinas de modo que a organização possa agir de maneira procedimental e intencionalmente racional.”⁴²

⁴⁰ CRUZ, E. P.; COVA, C. J. G. – Considerações sobre a teoria das decisões. **Anais do XIII SIMPEP**. UNESP. Bauru, 06 a 08 de novembro de 2006.

⁴¹ PEREIRA, F. C. M.; BARBOSA, R. G. – Modelos de tomada de decisão em empresa de pequeno porte: estudo de caso em uma escola de atendimento especializado em Belo Horizonte. **DataGramaZero Revista de Ciência da Informação**, vol. 09, nº04, agosto/08.

⁴² Ibidem.

O modelo racional é preferencialmente usado quando existe menos ambiguidade ou conflito em relação aos objetivos estabelecidos e o nível de incerteza técnica é reduzido.

Nem sempre os modelos racionais atendem suficientemente as diferentes demandas de decisão, pois na prática ele apresenta certas deficiências, o que torna inviável a exigência por soluções ideais. Além disso, no mundo atual, em que as organizações são complexas e cada vez mais sujeitas à redução do tempo, aos avanços tecnológicos e às constantes mudanças de mercado, o responsável por uma decisão enfrenta maiores desafios, sendo-lhe exigido o desenvolvimento de habilidades diversas e a abertura para assimilar aspectos relevantes de outras disciplinas além das usualmente vinculadas ao tema, como a economia, a matemática e a estatística, de modo que sua capacidade de decisão seja mais aprimorada e abrangente.

Nesse sentido, as empresas orientam-se por parâmetros mais realistas concebidos a partir de outros modelos que utilizam procedimentos de análise mais flexíveis como, por exemplo, os baseados no conceito de racionalidade limitada⁴³, cujas escolhas passam a ser orientadas por alternativas suficientemente adequadas e as soluções adotadas são as possíveis ou as mais satisfatórias, segundo as metas pré-estabelecidas pela empresa.

Alguns contextos empresariais, no entanto, contam com ambiente organizacional ambíguo e imprevisível. Isto é, os objetivos de decisão mostram-se mal definidos e inconsistentes, pois suas metas e prioridades são estabelecidas a partir da ação e não de um planejamento; os procedimentos técnicos adotados são incertos e não padronizados, sendo que as pessoas têm uma compreensão precária das causas subjacentes à situação a ser decidida além de pouca clareza de seus meios e de seus fins; a participação dos envolvidos nas atividades do processo decisório é fluida, visto que o uso do tempo e os esforços empreendidos são variáveis. Tais características sugerem o emprego do modelo anárquico no processo decisório, no qual há “uma fragmentação da visão e estratégia global da empresa numa série de escolhas parciais, separadas no plano temporal, com os subsistemas obedecendo a diferentes calendários.”⁴⁴ Isso quer dizer que nesse modelo a solução pode surgir antes de o problema ser detectado, subvertendo totalmente a lógica do modelo racional tradicional.

⁴³ Conforme esclarece Porto e Bandeira, O Modelo Carnegie ou Modelo da Racionalidade Limitada foi preconizado por Herbert A. Simon em Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios das organizações administrativas.

⁴⁴ Porto, M.A.G; Bandeira, A.A., op. cit.

Já o modelo processual⁴⁵, é aplicado em situações mais complexas e dinâmicas, em que há a perspectiva de múltiplas alternativas e soluções, além da exigência de decisões estratégicas. Nessa metodologia existem diferentes fases ou ciclos que revelam uma estrutura subjacente ao percurso decisório: *fase de identificação* - em que se reconhece a necessidade de se tomar uma decisão e se efetua o diagnóstico da situação, procurando-se compreender as motivações da decisão, suas relações causais relevantes e suas implicações; *fase de desenvolvimento* - em que são realizadas pesquisas de uma ou mais alternativas e se elabora um projeto de solução para o problema; *fase de seleção* - em que são avaliadas as alternativas viáveis e se opta por uma solução satisfatória que possa ser revertida em ação. Esta última fase consiste em três subetapas: pré-seleção, avaliação ou escolha (julgamento, negociação e análise) e autorização.

Além desses três ciclos principais, esse modelo conta com o emprego de rotinas de apoio à decisão que visam facilitar o processo decisório. São elas:

- 1- *rotinas de controle*, voltadas para o planejamento e execução de tarefas; quem decide não só determina os passos do percurso decisório como também capta os recursos necessários para alcançar o resultado pretendido;
- 2- *rotinas de comunicação*, que implicam na reunião e na disseminação das informações ao longo do processo de tomada de decisão;
- 3- *rotinas políticas*, que revelam a influência de determinados indivíduos no âmbito organizacional e as relações de poder expressas na forma de negociação, persuasão ou de cooptação.

Nesse modelo, quando os gestores deparam com obstáculos, reavaliam as alternativas propostas e, em caso de necessidade, recuam e iniciam o processo novamente. Ou seja, no modelo processual percorrem-se várias etapas em um processo não linear que pressupõe a interferência de alguns fatores - interrupções, adiamentos ou adiantamentos dos prazos, *feedbacks* sobre o nível de incerteza, momentos de compreensão e momentos de fracasso⁴⁶ em relação ao processo em geral ou às diferentes etapas - demandando considerável período de tempo até se chegar à decisão final. No modelo processual, a ambiguidade ou conflito quanto aos objetivos a serem atingidos são menores, mas o grau de incerteza técnica é elevado.

Embora os procedimentos de decisão no modelo processual estejam voltados para resolução de situações complexas e dependam de dados e informações objetivas, a dimensão

⁴⁵ Explicitados nos trabalhos de Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976), conforme referido por Pereira e Barbosa.

⁴⁶ PEREIRA, F. C. M; BARBOSA, R. G., op. cit.

subjetiva de quem decide não é totalmente desconsiderada, uma vez que a intuição, a experiência, a cultura e os valores do decisor são vistos como recursos que ampliam sua capacidade analítica de identificação e solução de problemas.

A partir do que foi exposto acima, pode-se afirmar que na rotina das organizações empresariais há um predomínio de procedimentos racionais e de métodos sistemáticos de decisão. O que caracteriza esta abordagem é seu consequencialismo, ou seja, todas as rotinas de escolha e decisão baseiam-se na avaliação das consequências para a organização. Este é um pressuposto importante e geral da teoria dos sistemas, ou seja, de que eles se auto-regulam. Embora os componentes subjetivos da decisão não sejam desconsiderados, não parecem ser o foco principal. Mas devemos reter a ideia de que uma decisão retroage sobre os agentes que a tomam, ou seja, uma decisão implica responsabilização e reconhecimento, duas características fundamentais da noção psicanalítica de sujeito.

3.2 A decisão pela visão das neurociências

Pelo senso comum, formado a partir de nossa herança positivista, as melhores decisões seriam aquelas baseadas exclusivamente em raciocínios lógicos, devendo-se afastar as emoções e os sentimentos na análise da situação a ser resolvida a fim de não prejudicar a escolha mais acertada ou a definição da melhor solução para o problema.

O avanço das pesquisas em neurociências contribuiu para que se rompesse com tal crença uma vez que se verificou que a visão puramente racionalista apresenta insuficiências. Nesses estudos, a emoção passou a ser considerada como um dos componentes de uma complexa estrutura que atua nos processos de tomada decisão.

Um dos grandes colaboradores nesse sentido foi o neurologista português Antonio R. Damásio. Ao acompanhar pacientes que sofreram lesões na região do córtex pré-frontal do cérebro, ele observou que, embora essas pessoas mantivessem intactas faculdades cognitivas que compõem os processos racionais como a atenção, a memória, a inteligência e a linguagem, elas apresentavam uma significativa perda das emoções e dos sentimentos que estava associada a uma profunda deficiência na capacidade de tomar decisões (especialmente aquelas lesionadas numa área do cérebro conhecida como córtex pré-frontal). Essas pessoas não conseguiam mais fazer escolhas ou o seu processo tornava-se excessivamente demorado e exaustivo, redundando frequentemente em decisões desastrosas, muito arriscadas ou ainda que não incluíam a história e a reafirmação das decisões anteriores. Além disso, a capacidade

de fazer planos para o futuro e de definir o rumo de ações que poderiam ser mais vantajosas à sobrevivência delas mostrava-se prejudicada.

Na hipótese desse autor, a emoção é parte integrante dos processos ligados à formação do raciocínio, pois, na evolução do ser humano, o sistema racional tornou-se uma extensão do sistema emocional automático. Para ele, a razão não se sobrepõe à emoção; ambas atuam conjuntamente. Em sua hipótese, emoções e sentimentos são guias internos que detectam sinais de uma determinada situação ou preveem os resultados possíveis de uma ação. Importante destacar que, em seu entendimento, as emoções são concebidas como “um conjunto de alterações no estado do corpo associadas a certas imagens mentais que ativaram um sistema cerebral específico”⁴⁷[17]; já os sentimentos referem-se à experiência dessas alterações corporais combinadas com as imagens mentais as quais conferem qualidade a essas sensações percebidas no corpo.

Embora valorize os aspectos emocionais ao descrever os processos relacionados ao trabalho de tomar decisões, Damásio não diminui o papel atribuído tradicionalmente à razão. Em seus estudos, ele partiu do pressuposto de que existe um conjunto de sistemas cerebrais que se dedicam ao processo do pensamento orientado para um fim (raciocínio) e à seleção de uma resposta (tomada de decisão). Assim, ele reconhece que decisão e raciocínio são termos interdependentes ao afirmar que a decisão implica em raciocínio e a finalidade do raciocínio é a decisão. Segundo ele:

“a essência da decisão consiste em escolher uma opção de resposta, ou seja, escolher uma ação não verbal, ou uma palavra, ou uma frase, ou uma combinação dessas coisas, entre as muitas possíveis no momento, perante uma dada situação.”⁴⁸

A decisão é um processo que visa a produzir inferências válidas, a partir de algumas premissas e de suas consequências lógicas, as quais permitem que se escolha a melhor opção ou resultado possível dentro de um determinado problema. Isso significa que, diante de uma decisão a ser tomada, os processos cognitivos entram em ação com o intuito de formar um juízo, isto é, espera-se que quem vai decidir tenha um conhecimento prévio da situação a ser decidida; busque informações sobre as diferentes opções ou respostas que se apresentam no momento; estabeleça comparações entre os custos e benefícios envolvidos; faça uma projeção dos possíveis efeitos de cada escolha, no presente ou no futuro; e, por fim, adote estratégias lógicas que fundamentem a seleção da resposta adequada. Nesse sentido, as funções da

⁴⁷ DAMÁSIO, A. **O Erro de Descartes**: emoção, razão e cérebro humano. Cia. Das Letras, São Paulo. 2006, p.17

⁴⁸ Ibidem, p. 197.

atenção e da memória têm um papel significativo na formação do juízo e no consequente trabalho de decisão.

Damásio argumenta, no entanto, que a racionalidade pura tem seus limites:

“Mas mesmo que nossas estratégias de raciocínio estejam perfeitamente sintonizadas, parece que não se coadunariam muito com a incerteza e a complexidade dos problemas pessoais e sociais. Os frágeis instrumentos da racionalidade precisam realmente de cuidados especiais.”⁴⁹

No que se refere ao funcionamento cerebral, ele postula que há uma intrínseca relação entre os processos racionais, os emocionais e a tomada de decisão:

“os sistemas cerebrais que participam conjuntamente da emoção e da tomada de decisões estão, generalizadamente, envolvidos na gestão da cognição e do comportamento social”⁵⁰.

Segundo o autor, o mesmo conjunto de sistemas que atua nos processos racionais e de tomada de decisão também é responsável pela atenção, pela memória e pelas emoções e sentimentos, dedicando-se também ao processamento dos sinais corporais. Portanto, de seu ponto de vista, emoções e sentimentos são elementos indispensáveis aos processos decisórios, ao lado da racionalidade e das experiências de aprendizagem pelas quais passamos ao longo da vida, não havendo possibilidade de se tomar uma boa decisão se qualquer um desses aspectos for anulado, sob o risco de se incorrer em maiores erros. Sua experiência médica mostrou que quando os aspectos emocionais ficam apartados dos racionais, sem qualquer tipo de interação, como ocorrem em casos específicos de dano neurológico, a razão mostra-se ainda mais falha do que quando a emoção leva a algum tipo de erro de decisão. Portanto, em qualquer decisão sempre haverá a combinação de fatores racionais, emocionais e experienciais.

Damásio sugere ainda que as emoções e os sentimentos que surgem a partir dos diferentes tipos de estímulos são parte integrante dos sistemas de valores necessários para a formação de uma memória de longo prazo e o fortalecimento dos processos de racionalização e de tomada de decisão, que permitem definir escolhas e direcionar a vida de acordo com previsões antecipadas.

⁴⁹ Ibidem, p. 224.

⁵⁰ Ibidem, p. 09.

“As emoções e os sentimentos, juntamente com a oculta maquinaria fisiológica que lhes está subjacente, auxiliam-nos na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e planejar nossas ações de acordo com essas previsões.”⁵¹

Em sua ótica, as emoções e experiências passadas aumentam a precisão e eficiência dos processos decisórios, pois atuam como sinalizadores cerebrais automatizados (em virtude de as sensações ficarem marcadas no corpo por meio do que ele chama de *marcadores-somáticos*), que tanto podem incentivar uma escolha quanto emitir um alerta frente à sua inadequação, antecipando assim um resultado negativo. Nesse último caso, a atenção se desviaria para um número menor de alternativas, o que permitiria uma economia no trabalho racional de avaliação das opções, evitando assim prejuízos futuros.

Os *marcadores-somáticos*, situados na região do córtex pré-frontal, têm uma função semelhante a um filtro diante do grande número de informações pormenorizadas que se apresentam àquele que precisa decidir. Eles recebem sinais relativos ao conhecimento, já existente ou adquirido, a respeito do mundo externo, das disposições biológicas inatas, dos estados do corpo e da classificação das contingências de nossas experiências de vida. Por uma questão de economia cerebral, esse dispositivo atua como “um sistema de qualificação automática de previsões”⁵² em que destaca as opções favoráveis e despreza as desfavoráveis. Esse mecanismo pode ser acessível à consciência ou funcionar de forma inconsciente. Neste último caso, a resposta surge como uma reação imediata, por meio da intuição, poupando o tempo de trabalho do pensamento.

O autor pondera, no entanto, que apesar de estar convencido do papel auxiliar das emoções nos processos racionais, especialmente nos domínios pessoal e social, de fato em algumas circunstâncias elas podem ser prejudiciais à qualidade do raciocínio e da decisão, por criarem “uma influência que se sobrepõe aos fatos objetivos ou que interfere nos mecanismos de apoio à decisão, tais como a memória de trabalho”⁵³, podendo dar origem a uma decisão baseada na irracionalidade.

Na leitura de Damásio, os mecanismos cerebrais, em geral, atuam da mesma forma em situações simples ou complexas. Contudo, ele considera que muitas decisões apresentam

⁵¹ Ibid., p. 13.

⁵² Ibid., p. 206.

⁵³ Ibid., p. 225.

maior grau de dificuldade, por colocarem em causa a vida pessoal de quem decide ou seu contexto social imediato. Nesse caso, “raciocinar e decidir pode revelar-se uma tarefa árdua”⁵⁴. Nas situações mais complexas, as opções de respostas podem ser inúmeras e seus efeitos variados, podendo ocorrer de forma imediata, a médio ou a longo prazo. Por vezes, há grande possibilidade de se chegar a várias respostas válidas, porém, conflituosas no que se refere às vantagens e às desvantagens de cada escolha, por exemplo. Nesse sentido, as incertezas aumentam. Segundo ele,

o domínio pessoal e social imediato é o que mais se aproxima do nosso destino e aquele que envolve a maior incerteza e a maior complexidade. Em termos latos, dentro desse domínio, decidir bem é escolher uma resposta que seja vantajosa para o organismo, de modo direto ou indireto, em termos de sua sobrevivência e da qualidade dessa sobrevivência. Decidir bem implica também decidir de forma expedita, especialmente quando está em jogo o fator tempo, ou pelo menos decidir dentro de um enquadramento temporal apropriado para o problema em questão.⁵⁵

Vale esclarecer que a decisão vantajosa, no seu ponto de vista, se refere aos resultados pessoais e sociais considerados básicos, tais como: a sobrevivência pessoal e do próprio grupo, a segurança do abrigo, a manutenção da saúde física e mental, o emprego, a estabilidade financeira e a aceitação pelo outro.

Em situação diferente, encontram-se as decisões mais distanciadas e que obedecem a uma racionalidade pura ou teórica. É muito diferente uma pessoa decidir se vai ter um filho e definir qual o passo seguinte num projeto arquitetônico, por exemplo. Nesse sentido, a distância, a ausência de interesses, mas também a indiferença aos estados de afeto, parecem ser condição para a tomada ótima de decisão.

Damásio acredita que com a evolução criaram-se diferentes formas de raciocínio e de tomada de decisão, que são independentes, mas que atuam ao mesmo tempo e de forma interligada: o mais antigo seria um mecanismo de decisão ligado à regulação biológica básica; o segundo estaria voltado para decisões relativas ao domínio pessoal e social; e o mais recente, possibilitou a formação de um conjunto de operações abstrato-simbólicas as quais deram ensejo ao desenvolvimento do raciocínio artístico e científico, do raciocínio utilitário e construtivo e do raciocínio linguístico e matemático.

⁵⁴ Ibid., p. 200.

⁵⁵ Ibid., p. 201.

Concluindo, em termos bem gerais os neurocientistas⁵⁶[18] entendem que a decisão é o resultado de um complexo processo que engloba basicamente três áreas do cérebro que atuam sempre de forma interdependente:

1. **Córtex pré-frontal ventromedial:** é ligado à razão, usa a lógica para comparar os dados do presente e projetar as consequências futuras; promove a associação entre os componentes cognitivos e os emocionais, sendo responsável pela avaliação e/ou interpretação cognitiva das emoções; atua na tomada de decisões e na adoção de estratégias comportamentais mais adequadas à situação física e social. As regiões dorsolaterais do córtex pré-frontal seriam responsáveis pela comparação das informações, novas e antigas. Essa área também está relacionada à capacidade de seguir sequências ordenadas de pensamentos e modalidades de controle do comportamento emocional. As suas funções parecem incluir o pensamento abstrato e criativo, a fluência do pensamento e da linguagem, respostas afetivas e capacidade para ligações emocionais, julgamento social, além de atenção seletiva e vontade e determinação para ação. Traumas no córtex pré-frontal fazem com que a pessoa fique obstinadamente presa a estratégias que não funcionam ou que não consiga desenvolver uma sequência correta de ações. Também levam à expressão inapropriada das emoções nos comportamentos sociais e ao prejuízo na tomada de decisões pessoalmente vantajosas.
2. **Amígdala e ínsula** – a amígdala é um agente receptor da emoção, sendo importante para a detecção, geração e manutenção das emoções relacionadas ao medo, bem como para o reconhecimento de expressões faciais e coordenação de respostas apropriadas à ameaça e ao perigo. Também é ativada em situações positivas como, por exemplo, durante o reconhecimento de expressões faciais de alegria, o que indica que a amígdala está envolvida na resposta a estímulos de importância emocional, independentemente de seu contexto agradável ou desagradável. A lesão da amígdala em humanos produz redução da expressão de emoções e da capacidade de reconhecer o medo. Por outro lado, a estimulação da amígdala pode levar a um estado de vigilância ou atenção aumentada, ansiedade e medo. Embora a amígdala não estabeleça uma conexão direta com o córtex lateral pré-frontal, ela se comunica com o córtex cingulado anterior e o córtex orbital, os quais estão envolvidos nos circuitos da memória e na integração de informações

⁵⁶ Cf. ESPERIDIÃO, A.V. et al. Neurobiologia das emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica**, vol 35, n. 02, p-55-65 USP. 2008.

emocionais e cognitivas, possivelmente atribuindo-lhe carga emocional e, possibilitando a transformação de experiências subjetivas em experiências emocionais. A ínsula é uma estrutura que atua na avaliação, experimentação e expressão de uma emoção gerada internamente. É ativada durante a indução de recordações de momentos vividos que provocam no indivíduo uma sensação específica (felicidade, tristeza, prazer, raiva ou qualquer outra). Tanto a amígdala quanto a ínsula estão ligadas aos sentimentos e aos instintos de preservação da vida, que enviam impulsos ao córtex pré-frontal, que por sua vez os interpreta.

3. **Núcleo *accumbens*** – situado na base do cérebro, é ligado ao centro de recompensas, os quais instigam comportamentos que visam à satisfação de necessidades biológicas como comer, beber e copular. Também está relacionado aos estados motivacionais que impulsionam o indivíduo a uma atividade exploratória do meio, em busca de satisfação de suas necessidades, desejos ou curiosidades. É ligado à memória e é responsável pelo registro de sensações e experiências de prazer e de frustração. Em situações prazerosas, libera dopamina; quando há um perigo, aciona o córtex cingulado anterior que emite um alerta ao organismo.

Encontramos na abordagem das neurociências uma descrição do processo decisório que enfatiza a multiplicidade de determinantes ou de circuitos concorrentes na formação de uma decisão. Ora, a noção psicanalítica de divisão subjetiva também engloba esta ideia, ou seja, o sujeito sempre se apresenta entre uma encruzilhada de desejos (séries de pensamentos), de disposições de fantasias, de exigências pulsionais. A divisão do sujeito redescreve, em termos linguísticos, a noção freudiana de conflito.

3.3 A decisão do ponto de vista da psicologia cognitiva

Segundo Daniel Kahneman⁵⁷[19], renomado pesquisador dos processos de decisão, todos nós somos dotados basicamente de dois sistemas de pensamento⁵⁸: o Sistema 1, genericamente apelidado de “pensamento rápido”, que funciona automaticamente e estabelece imediata associação de ideias, empregando pouco ou nenhum esforço mental ou

⁵⁷ KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar, p. 29. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2011.

⁵⁸ É preciso esclarecer que esse autor usou essa divisão entre Sistema 1 e Sistema 2 de forma alegórica, como se cada sistema fosse um personagem de uma narrativa, a fim de atingir seus objetivos didáticos.

controle voluntário da atenção. As capacidades desse sistema incluem habilidades inatas e aprendidas que, pela prática prolongada, se tornaram rápidas e automáticas, de modo que o conhecimento fica retido na memória e seu acesso se dá diretamente sem intenção ou esforço. Algumas ações mentais são completamente involuntárias ou impulsivas como, por exemplo, responder à pergunta quanto é $2+2$? ou orientar-se na direção de um som alto e inesperado. O Sistema 1 está associado às impressões, intuições, intenções e sentimentos. Mas ele só detecta relações simples e diretas como, por exemplo, “o filho se parece com o pai” ou “Maria é mais magra que Joana” e não lida com uma multiplicidade de itens variados de uma vez só. Em situação de dúvida, o Sistema 1 ajuda o indivíduo a buscar uma solução orientando suas apostas pela experiência e não pelo raciocínio lógico.

Já o Sistema 2, também chamado de “pensamento devagar”, se refere às atividades mentais mais trabalhosas e sofisticadas (por exemplo, conferir o extrato bancário, escrever uma dissertação de mestrado ou verificar se um argumento lógico complexo é válido), as quais não são executadas espontaneamente pois exigem disciplina, controle deliberado da atenção e concentração na tarefa. Quando a atenção é desviada, as operações do Sistema 2 são interrompidas, sendo mais difícil ou até impossível executar várias tarefas ao mesmo tempo. Certas operações exigem preparo especializado anterior. Esse sistema está associado com o eu consciente que raciocina, tem crenças, faz escolhas e toma decisões. O Sistema 2 adota procedimentos racionais e lida com relações complexas e abstratas, segue regras, compara objetos com base em seus atributos e faz escolhas deliberadas a partir de diferentes alternativas. A incerteza e a dúvida fazem parte do domínio do Sistema 2.

Ambos os sistemas trabalham conjuntamente e de forma complementar. Assim, com o apoio do Sistema 2, as impressões e intuições do Sistema 1 podem se tornar crenças e os atos impulsivos, se transformar em ações voluntárias. Esses dois sistemas estão sempre ativos quando estamos no estado de vigília, sendo que o Sistema 1 funciona automaticamente e não pode ser desligado, enquanto o Sistema 2 procura manter-se num padrão de menor dispêndio de energia possível. Quando há alguma dificuldade de funcionamento no Sistema 1 ou ele não consegue dar uma resposta imediata, o Sistema 2 o auxilia a tentar resolver determinado problema por meio de procedimentos detalhados e específicos. Também é função do Sistema 2 procurar monitorar continuamente nossos comportamentos e pensamentos, de modo que consigamos manter o autocontrole e barrar possíveis atitudes impulsivas.

Segundo Kahneman, a maior parte do que pensamos e fazemos tem origem no Sistema 1, que geralmente funciona de forma precisa, com reações rápidas e apropriadas. Contudo, quando o Sistema 2 percebe que há dificuldades ou que algum erro está na iminência de

acontecer, ele aumenta seu esforço e assume o comando da situação. Mas nem sempre é possível prevenir os erros do pensamento intuitivo, pois uma vigilância constante e acirrada exigiria grande dispêndio de energia do Sistema 2, o que seria impraticável. Porém, quando o Sistema 2 fica sobrecarregado, o Sistema 1 passa a exercer maior influência no comportamento e nas decisões, o que leva o indivíduo em caso de esgotamento mental a cometer erros intuitivos e falhas de julgamento com mais frequência.

Esse aspecto pode ser exemplificado pelos resultados demonstrados em um estudo citado por Kahneman e publicado na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*⁵⁹ com um grupo de oito magistrados da corte de Israel. Esses juízes passavam o dia todo analisando pedidos de condicional. Os casos eram apresentados aleatoriamente e eles tinham em média seis minutos para examinar cada um. Observou-se que apenas 35% dos pedidos de condicional eram aprovados. No experimento, o tempo exato de cada decisão foi registrado assim como as pausas para o lanche da manhã, para o almoço e para o lanche da tarde. Os autores do estudo elaboraram um gráfico da proporção de pedidos aprovados em relação ao tempo desde a última pausa para refeição. Eles verificaram que após cada refeição, aproximadamente 65% dos pedidos eram concedidos. Durante as duas horas seguintes até a próxima pausa, a taxa de aprovação caía regularmente até chegar perto de zero. Ao analisarem esse resultado considerado indesejável, os pesquisadores concluíram que juízes cansados e com fome tendem a negar mais facilmente os pedidos de condicional. Eles deduziram que tanto o cansaço como a fome provavelmente desempenham um papel preponderante nas atividades que exigem esforço contínuo.

Para Kahneman muitas decisões são tomadas baseadas em análises detalhadas dos dados apresentados e em cálculos precisos, mas em alguns casos a intuição tem maior peso do que os procedimentos racionais. Não obstante muitas decisões baseadas na intuição sejam confiáveis, tal recurso pode levar o indivíduo a erros de julgamento e a decisões precipitadas por ele não se ater às ambiguidades presentes na situação, o que o faz suprimir dúvidas. Na verdade, o autor considera que algumas decisões precipitadas podem até ser eficazes em alguns casos, mas em outros podem representar risco de erro:

Tirar conclusões precipitadas é eficaz se há grande probabilidade de que as conclusões sejam corretas e se o custo de um ocasional erro for aceitável, e se o ‘pulo’ poupa tempo e esforço. Pular para as conclusões é arriscado quando a situação é pouco familiar, existe muita coisa em jogo e não há tempo para reunir

⁵⁹ DANZIGER, S.; LEVAV, J. e AVNAIM-PESSO, L. *Extraneous Factors in Judicial Decisions*, PNAS, 108, pp 89-92, 2011. apud KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar, p. 58. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2011.

mais informações. Essas são circunstâncias em que erros intuitivos são prováveis, os quais podem ser evitados com uma intervenção deliberada do Sistema 2.⁶⁰

É preciso considerar que, do ponto de vista desse autor, a intuição pode ser entendida a partir de duas vertentes.

De um lado, existem intuições que são resultado de “habilidade e especialização adquiridas com a experiência repetida [...] em que uma solução para o problema presente vem à mente numa fração de segundo porque indícios familiares são reconhecidos”⁶¹. Essa é a chamada intuição de perito: a circunstância mostra um indício; o sujeito faz uma busca de informações ou de experiências registradas em sua memória que possam se correlacionar a esse indício; estabelecida a associação, a resposta é encontrada. Nesse caso, intuição é sinônimo de reconhecimento.

De outro, existem intuições que surgem da operação heurística de substituição que é um “procedimento simples que ajuda a encontrar respostas adequadas, ainda que geralmente imperfeitas, para perguntas difíceis”⁶², isto é, algumas perguntas complexas exigem grande esforço mental do Sistema 2 para serem respondidas; desse modo o Sistema 1, com seu pensamento intuitivo, condiciona a busca por respostas similares e mais simples e, num processo de substituição, passa a usá-las. Segundo Kahneman, essa técnica pode funcionar muito bem em algumas situações, mas em outras, conduzir a erros graves, pois o Sistema 2 endossa tal solução seguindo o caminho do menor esforço sem averiguar detalhadamente se ela, de fato, é a mais indicada.

O autor observa ainda que, quando há emoções envolvidas em qualquer julgamento, o Sistema 2 é menos crítico, por isso tende a ser mais complacente e a endossar com mais frequência as respostas intuitivas do Sistema 1. Isso pode implicar no que ele chama de efeito halo, que consiste em que as primeiras impressões, tanto positivas (simpatias) como negativas (antipatias), podem determinar as decisões. Por exemplo, se eu gostei (ou desgostei) de um candidato à magistratura, tendo a ser favorável (ou desfavorável) ao seu ingresso. Assim, ele mostra que existe uma tendência humana a confiar em intuições infundadas.

Para minimizar as possibilidades de erros intuitivos, o autor considera que métodos objetivos devem ser criados nos processos de decisão de modo a facilitar as análises, principalmente aqueles baseados no uso de algoritmos estatísticos, que combinam a coleta

⁶⁰ Ibid., p. 103.

⁶¹ Ibid., p. 234.

⁶² Ibid., p. 127.

disciplinada de informação objetiva com a pontuação detalhada de características isoladas. Contrariando muitos críticos, ele defende que os algoritmos estatísticos superam as análises subjetivas humanas por dois motivos: eles têm maior probabilidade de detectar indícios pouco válidos e de manter um nível modesto de precisão utilizando esses indícios de maneira consistente.

Isso não significa que o autor seja favorável a abandonar o uso da intuição; ao contrário, do seu ponto de vista, a intuição “agrega valor” às análises objetivas, especialmente se forem intuições especializadas. Ou seja, para ele não se deve confiar plenamente no julgamento intuitivo, mas não é recomendável abandoná-lo. Portanto, uma boa decisão parece conciliar o pensamento racional do Sistema 2 e o intuitivo, do Sistema 1.

A intuição pode ser adquirida a partir de experiências emocionais marcantes ou por condicionamento (por exemplo, uma situação de medo); nesse caso o aprendizado seria rápido, sem a necessidade de muitas repetições para se consolidar. Também pode ser desenvolvida a partir de uma formação profissional especializada que exija prática assídua e disciplinada por longo período de tempo. A aquisição da perícia em tarefas complexas de alto nível pressupõe um domínio que não se restringe a uma habilidade única, mas envolve uma gama de pequenas outras aptidões associadas, como no caso de cirurgiões, psicoterapeutas, pilotos de grandes embarcações, enxadristas ou jogadores profissionais.

A intuição especializada é confiável, segundo o autor, quando o profissional desenvolveu sua habilidade sob duas condições: estar em um ambiente que seja suficientemente regular, que apresente situações ordenadas e que possibilitem uma previsibilidade, mesmo que elas sejam complexas; e ter a oportunidade de aprender com essas situações mediante experiências contínuas e prolongadas.

Outro fator que colabora no desenvolvimento da intuição proficiente é a qualidade e a velocidade do *feedback* em relação aos resultados de uma ação empreendida. Em cada tipo de especialidade, o profissional pode ter um retorno mais rápido ou mais demorado dos efeitos de sua prática, o que leva a pensar que a intuição pode ser mais eficaz em determinadas profissões do que em outras. E ela pode ser útil para antecipar determinados fatos ou comportamentos e ser prejudicial para estabelecer prognósticos de longo prazo, por exemplo.

Kahneman afirma: “Se o ambiente é suficientemente regular e se aquele que julga teve oportunidade de aprender acerca de suas regularidades, o maquinário associativo irá reconhecer situações e gerar previsões e decisões rápidas e precisas. Você pode confiar nas

intuições de alguém se essas condições forem atendidas”⁶³. O problema é que a expertise não se conquista da noite para o dia e também não é garantia absoluta de acerto.

A abordagem da psicologia cognitiva parece concentrar-se no terceiro aspecto envolvido na noção psicanalítica de sujeito, a saber, a temporalidade. Ao comparar o pensamento rápido ao lento, e ao examinar o custo em termos de prazer e de esforço no processo de tomada de decisão, ele parece levar em conta a função da precipitação; esta, evidentemente, tem uma correlação com a angústia e com as formas de tratar a divisão subjetiva. A aproximação entre o Sistema 1 e o Sistema 2 com os dois tipos de sistemas descritos por Freud no capítulo VII de *A Interpretação dos Sonhos*, apesar de tentadora, não deixa de ser meramente “intuitiva”.

3.4 A decisão na prática jurídica

Nos últimos tempos, as decisões judiciais vêm despertando grande interesse da sociedade brasileira, especialmente a partir da midiaticização da justiça, em que os julgamentos passaram a ser acompanhados pelos meios de comunicação. No ano de 2012, decisões importantes sobre temas tradicionalmente considerados polêmicos tiveram grande repercussão como, por exemplo, a aprovação da lei do aborto de fetos anencéfalos, o reconhecimento da união estável homoafetiva, ou mesmo, o terrível desfecho do processo de reintegração de posse de uma grande extensão de terra em São José dos Campos (SP), que desalojou milhares de pessoas de forma violenta. Mais recentemente, no final de 2012, pôde-se acompanhar um julgamento histórico no Supremo Tribunal Federal que levou à condenação vários políticos envolvidos num processo de corrupção, apelidado de Mensalão. Essa exposição permitiu que muitas pessoas participassem de acalorados debates, especialmente nas redes sociais, manifestando seu apoio à posição de juízes mais combativos ou criticando a interpretação dada à lei por alguns deles identificados como conservadores. Houve quem mostrou preocupação com a possibilidade de os juízes se deixarem conduzir pelo clamor popular que os pressionava a fazer justiça, mesmo ao preço de desrespeitar o texto constitucional ou as exigências formais do código criminal. Outras consideraram que os magistrados estavam vivendo momentos de celebridade, envaidecidos com o palco televisivo e com os holofotes direcionados a eles, o que poderia ser nefasto para a condução do julgamento. De qualquer modo, a Justiça ficou mais “popular” e democrática. Isso talvez seja positivo para a

⁶³ Ibid., p. 302.

desconstrução daquela imagem dos magistrados como seres inatingíveis. Contudo, apesar de hoje a Justiça estar mais próxima da população, para quem não convive no contexto jurídico, o processo decisório ainda se mostra muito nebuloso e complexo, em razão das inúmeras possibilidades que a lei oferece para se recorrer das decisões em diferentes instâncias ou mesmo para anulá-las.

A seguir, vamos tentar esclarecer como o processo decisório se desenvolve no âmbito da magistratura.

Em alguns aspectos, o universo judiciário se assemelha ao contexto empresarial por sua estrutura organizacional e por seu funcionamento sistemático (organização cartorária, a sequência definida dos eventos jurídicos, prazos legais, preenchimento de planilhas de estatística, estabelecimento de metas de trabalho). Tal como nas organizações, a racionalidade também é o elemento essencial que dá fundamento à lógica das decisões. Mas, diferente do que ocorre numa empresa em que as decisões podem ser estruturadas estrategicamente, no âmbito da judicatura, as decisões programadas se restringem ao andamento burocrático dos processos. Há pequeno impacto de consequencialidade, pois raramente os juízes são interpelados ou questionados em suas decisões. Especificamente no tocante ao andamento das ações judiciais, a maioria das decisões judiciais corresponderia ao que na linguagem empresarial se denomina de decisões desestruturadas, isto é, que não podem ser planejadas por se caracterizar por eventos singulares, com variáveis não repetitivas e que exigem maior esforço de quem decide. Por mais que os processos sejam parecidos e que em certos tipos de casos os juízes adotem modelos padronizados, especialmente a partir de 1997 quando se instituiu a súmula vinculante⁶⁴, sempre há a possibilidade de surgir algo inusitado, o que em si já traz um elemento complicador às situações. Nesse campo, os diferentes graus de dificuldade estão condicionados tanto pela matéria julgada quanto pelos atributos subjetivos de cada juiz. Tudo vai depender dos elementos envolvidos no processo, da clareza ou da indeterminação das situações e das regras normativas, como também da influência das disposições subjetivas do julgador.

Pode-se dizer que na justiça a decisão é o ápice do processo ou, se for intermediária, a encruzilhada que pode mudar seus rumos. A decisão jurídica se apresenta nas seguintes modalidades:

⁶⁴ Súmula vinculante é um mecanismo pelo qual os juízes são obrigados a seguir o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunais Superiores sobre temas que já tenham jurisprudência consolidada. O objetivo é dar celeridade aos processos judiciais. Por exemplo, hoje um juiz não pode mais posicionar-se contrariamente à união estável homoafetiva.

(a) *Definitiva*: decisão final em um processo. Pode ser uma sentença quando é tomada por um juiz ou um acórdão quando proferida pelo Tribunal.

(b) *Interlocutória*: é o ato pelo qual o juiz decide questão incidental com o processo ainda em curso. Ela não põe fim ao processo, diferente da sentença.

(c) *Monocrática*: decisão final tomada em um processo por um juiz ou, no caso do Supremo Tribunal Federal, por um ministro. No STF podem ser decididos monocraticamente pedidos ou recursos manifestamente intempestivos, incabíveis ou improcedentes, ou que contrariem a jurisprudência dominante no Tribunal, ou ainda em que for evidente sua incompetência.

(d) *Sentença*: decisão proferida por um juiz no processo. Decisão, portanto, de um juiz singular. Na Justiça do Trabalho existe a figura da sentença normativa, que não é proferida por um juiz singular, mas por um colegiado, nos casos de dissídio coletivo.

(e) *Acórdão*: decisão do Tribunal. O advogado só pode entrar com recurso depois de o acórdão ser publicado no Diário Oficial da Justiça. O acórdão é uma peça escrita com o resultado de julgamento proferido por um colegiado (grupo de juízes ou ministros). Compõe-se de relatório (exposição geral sobre o assunto), voto (fundamentação da decisão tomada) e dispositivo (a decisão propriamente dita). Nos casos de dissídios coletivos, os acórdãos também são chamados de sentença normativa.

No ato de decidir e elaborar uma sentença, um juiz não o faz com base somente no seu conhecimento técnico-jurídico. Sua subjetividade tem papel fundamental inclusive na escolha da teoria do Direito que mais se adéqua à natureza da ação a ser julgada. Nas ciências jurídicas existem inúmeras teorias e terminologias que indicam diferentes lógicas ou posições filosóficas que servem de fundamento às decisões. Não vamos expor e discutir cada uma delas, uma vez que esse trabalho não se pretende jurídico e uma tarefa como essa me afastaria dos objetivos propostos. Contudo, para se ter uma noção das teorias que, segundo Caffé, “são as mais expressivas e diferenciadas”⁶⁵[20] no Direito brasileiro, é preciso mencionar as concepções positivista, culturalista e analítico-pragmática.

A Teoria Positivista, cujo maior sistematizador é Hans Kelsen, valoriza fundamentalmente o ato normativo e a força, uma vez que é regulada pelo princípio retributivo, que liga uma consequência, um prêmio ou um castigo (sanções, penas) à conduta prescrita. Ainda hoje é uma das grandes referências no Direito brasileiro.

⁶⁵ CAFFÉ, M. **Psicanálise e Direito**: a escuta analítica e a função normativa jurídica. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo. 2003, p. 103.

A Teoria Tridimensional Culturalista, expressa no pensamento do jurista Miguel Reale, baseia-se em pressupostos do neokantismo e considera o Direito como uma experiência normativa ou fenômeno de cultura, de caráter concreto e histórico, cujo fundamento vai além da norma jurídica, pois considera importante o fato que a condiciona e o valor que a determina, elementos que mantêm entre si uma relação dialética de polarização e complementaridade, de modo que nenhum deles pode ser pensado isoladamente.

A Teoria Analítico-Pragmática, inaugurada por Theodor Viehweg e representada no direito brasileiro especialmente por Sampaio Ferraz, corresponde a uma abordagem crítica do Direito, que se opõe às teorias normativas e formalistas e, segundo a qual, a linguagem pragmática é fundamental no sistema jurídico, estruturando seu discurso – a norma exigiria um trabalho de interpretação do jurista que partiria de dogmas, mas cujos sentidos seriam dados considerando-se cada caso em particular.

Embora a maioria das teorias jurídicas seja fundamentada pelos pressupostos racionalistas, vale salientar que vários filósofos do Direito consideram que os atributos psicológicos do juiz participam do processo de decisão, sendo que alguns levam em conta, inclusive, as determinações do inconsciente.

Interessante notar, ainda, que alguns autores fazem uma leitura crítica da visão tradicional do Direito, baseada na filosofia da consciência e de inspiração positivista, a partir de conceitos da psicanálise. Morais da Rosa tece dura crítica, sobretudo, em relação à postura de juristas que, na busca da verdade – considerada por eles como “Verdade Real” – durante os procedimentos legais, se orientam por seus “anseios de pacificação, tranquilidade e unidade”, permanecendo num “conforto metafísico da doutrina”. Nesse sentido, coloca-se em questão, até, se dessa forma o juiz realmente decide alguma coisa:

Vista bem de perto, a teoria da decisão manejada pelo senso comum teórico é a maneira pela qual, ‘como se’ um juiz decidiria – se porventura decidisse –, coisa que, todavia, não o faz. Enfim, tudo é organizado de forma lógico-dedutiva, como se o simples caminhar processual concedesse a ‘Verdade Real’, livrando os atores jurídicos de qualquer indagação sobre si próprios, sobre seu ‘ser-aí-no-mundo’, ‘como se’ desprovidos de inconsciente, bem como sobre os próprios limites do processo. A leitura dos Manuais expressa a sensação de que a ‘receita para uma decisão’ está previamente dada e que se ocorrerem erros, estes são do operador que não soube misturar, conforme a receita, os ingredientes. Puro embuste.⁶⁶[21]

⁶⁶ ROSA, A. M. **Decisão no Processo Penal como bricolagem de significantes**. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2004. 2 pp. 180-181.

Fato é que, muitas vezes, uma decisão permite o apaziguamento de uma situação de conflito ou serve aos propósitos de adequação social, a fim de que uma determinada situação ou conduta possa ser corrigida de acordo com os parâmetros legais.

Contudo, no que se refere à subjetividade do juiz, aplicar a lei nem sempre é tão fácil como possa parecer. Dependendo do caso, o peso para quem decide é excessivo, pois implica em sérias consequências para as pessoas envolvidas. Por vezes, quando o julgador encontra muitas variáveis, o ato de decidir pode ser o resultado de um processo difícil, delicado e que envolve dilemas de maior ou menor complexidade. Conforme o jurista Chaïm Perelman aponta:

Os argumentos jurídicos terão conteúdo diverso toda vez que forem utilizados, pois o que constitui um argumento forte em dado contexto poderá não ser levado em consideração em outro diverso. O juiz deve considerar, para seu julgamento, as consequências sociais, econômicas ou políticas de sua decisão? Ou deve ser fiel à máxima *pereat mundus, Fiat justitia*? Quais são as considerações que deverão prevalecer no seu ponto de vista? É a segurança jurídica, vale dizer, a fidelidade à letra da lei? É a equidade? O juiz deve conciliar estas duas exigências quando parecem levar a decisões divergentes?⁶⁷[22]

Assim, nas situações mais difíceis, o juiz pode enfrentar dúvidas e diferentes reações diante da situação a ser julgada – angústia, raiva, medo, indiferença, impotência, culpa, onipotência, solidão – o que mostra que o processo decisório está para além da racionalidade do julgador, havendo a interferência de outros aspectos na lógica das decisões.

Sob essa ótica, pode-se conjecturar que a neutralidade do juiz, embora seja uma meta reguladora, na prática é uma ficção, já que a decisão dependeria de sua condição psíquica, em que as pulsões de vida e de morte exercem uma força constante e atuam à revelia de sua racionalidade, havendo o risco de excessos ou de omissões.

Os relatos dos juízes vitaliciandos, em acompanhamento no Serviço Psicossocial, sugerem que a maioria exerce suas funções sem grandes dificuldades de adaptação à nova carreira e, no tocante ao número de decisões, aparentemente quase todos se empenham no cumprimento das metas de produtividades estabelecidas pelo Tribunal, de modo a minimizar os atrasos de processos.

Entretanto, a despeito do excelente preparo técnico que eles tenham e do notável empenho em se tornarem bons juízes, as situações extremamente difíceis que vivenciam no

⁶⁷ PERELMAN, C. Considerações sobre uma lógica jurídica, palestra publicada originalmente em *Bulletin de la classe des lettres et des sciences morales e politics*. Academie Royale de Belgique, Bruxelas, 1976, 5ª série, t. LXII, pp. 155/167. Traduzido por BUENO, C. S. **Revista de Pós Graduandos da PUC- SP**.

exercício da profissão geram em alguns magistrados um impacto emocional muito grande que, em casos extremos, pode ser entendido como traumático, trazendo, assim, dificuldades no exercício da função judicante.

É sabido que, ao longo da carreira, muitos magistrados chegam a adoecer apresentando sinais de depressão, crises de pânico, dependência química ou fenômenos psicossomáticos. Alguns ficam paralisados diante da gravidade das situações que lhes são apresentadas, enquanto outros recorrem a soluções onipotentes, ao estilo dos super-heróis. Há os que se mostram rígidos, não só nas sentenças, como também na forma autoritária e abusiva na relação de poder com os funcionários e os jurisdicionados. Há aqueles que se sentem sozinhos e desamparados pela Instituição ou que visivelmente se isolam dos colegas e da vida, refugiando-se nas pilhas de processo e, no limite, são afastados por problemas psiquiátricos.

Poderíamos pensar em algumas explicações, de ordem objetiva, que contribuiriam para esse estado de coisas. A Instituição judiciária é problemática, extremamente burocrática e conservadora e, não raro, adota posturas arbitrárias, inclusive com os próprios juízes. Obviamente é um ambiente em que há acirradas disputas por poder e os jogos políticos são muitos – afinal estamos falando do Poder Judiciário. Nesse contexto, alguns vitaliciandos sentem-se pouco valorizados e, às vezes, desconsiderados, oprimidos e humilhados por juízes mais antigos.

Deve-se levar em conta, ainda, que, de modo geral, a rotina dos magistrados é pesada, a quantidade de processos é altíssima para um número escasso de profissionais e que certas áreas lidam com casos bastante complexos. O tempo é cada vez mais curto e a pressão por produtividade nos últimos anos tem sido imensa, já que é preciso mudar a imagem de que a Justiça é lenta. Em relação a esse aspecto, também de forma crítica, Moraes da Rosa ressalta:

A noção de velocidade é uma questão fundamental porque constitui numa ameaça tirânica. O condicionamento mercadológico opera uma impossibilidade de crítica impulsionada pela velocidade da intervenção, segundo a qual a possibilidade de assimilação, reflexão e resistência acabam, por básico, como um trem que passou em alta velocidade. (...) A velocidade, como meio, precisa, na lógica neoliberal, ser reduzida, suprimida, no agora: já. Decisão relâmpago. Daí o perigo de uma decisão sem compreensão, no ritmo da velocidade total, sem contextualização histórica, isto é, sem fracionamento temporal [...] ⁶⁸[23]

⁶⁸ ROSA, A. M. - Kafka: o Gozo dos Assistentes. **Revista de Direito e Psicanálise**: interseções a partir de O Processo de Kafka. Lumen Juris Editora. 2007, p. 163.

Pelos “sintomas” apontados, é fácil concluir que, em razão de circunstâncias alheias à causa a ser julgada, existem inúmeros problemas que afetam o trabalho contínuo de tomar decisões. Isto se torna preocupante uma vez que pode acarretar em consequências danosas para os cidadãos.

Pudemos observar que as abordagens apresentadas nos trouxeram diferentes perspectivas dos processos de tomada de decisão. De modo geral, as diferentes concepções de decisão a abordam segundo dois problemas fundamentais, diferentes e talvez não redutíveis entre si.

De um lado, há um privilégio das relações de formação do juízo, desde o acolhimento de evidências até a ponderação de motivos para finalmente se chegar à conclusão. Desse modo, decidir é concluir uma cadeia de razões, conforme a máxima de Phillip Johnson-Laird: “Para decidir, julgue: para julgar, raciocine; para raciocinar, decida (sobre o que raciocinar)”⁶⁹. Nesse caso, a decisão apresenta-se como um processo circular de reafirmação entre raciocínios e julgamentos em que o tempo é um fator não interveniente. A decisão ideal é aquela que não é pressionada pelo tempo e a sua influência é tida como um elemento externo ao processo decisório. Os elementos subjetivos que estejam alheios ao campo da racionalidade estão excluídos nessa perspectiva. Vimos como esta concepção surge, de modo dominante, nas abordagens sistêmicas e na teoria da decisão administrativa ou organizacional.

O outro ponto de vista parte exatamente do entendimento da circularidade inerente a esse processo, incluindo a falibilidade da decisão como também o tempo de reconhecimento e de integração do erro ao próprio processo. Podemos sintetizar esta segunda concepção na ideia atribuída a Albert Einstein, de que “Toda decisão acertada é proveniente da experiência. E toda experiência é proveniente de uma decisão não acertada”. Por esta leitura, inclui-se, no entendimento do trabalho de decisão, o tempo, o paradoxo e a contradição, não apenas do pensamento para consigo mesmo, mas do pensamento para com a própria experiência. Ao mesmo tempo, considera-se que diversos aspectos subjetivos de quem decide podem estar conjugados à racionalidade no processo decisório como as emoções, os sentimentos e as intuições. Estes dois ângulos, o do tempo e o da concorrência de diferentes gramáticas de decisão, aparecem nos métodos cognitivista e neurocientífico.

Os estudos de decisão voltados para o campo da administração das organizações empresariais parecem concentrar-se na busca e no desenvolvimento de métodos e técnicas

⁶⁹JOHNSON-LAIRD, P.N.(1993) – The interaction between reasoning and decision-making: an introduction *In* Cognition, cap. 49, p. 109, apud DAMÁSIO, A. **O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano**. Cia. Das Letras, São Paulo. 2006, p. 197.

racionais que tornem o processo de decisão mais eficaz e menos arriscado. A ação acertada é o objetivo da decisão. Nessa medida, valoriza-se a racionalidade do processo decisório bem como o tratamento dado às informações e às estratégias de decisão, sendo que o responsável pela decisão deve adotar uma postura pragmática e distanciada para chegar à melhor decisão. Portanto, os aspectos subjetivos de quem decide parecem ter menor importância, uma vez que sua premissa teórica considera que o sujeito da decisão é um sujeito não dividido, ou seja, um sujeito agente que tende sempre a maximizar ganhos e minimizar custos, agindo racionalmente quanto aos fins, tendo em vista esta orientação utilitarista.

As pesquisas de Kahneman, por um lado, e os achados dos estudos com lesões cerebrais, por outro, apontam que este conceito de sujeito possui inúmeras limitações, sendo sua validade dependente de uma amostra muito grande e de uma possibilidade de repetição estrita das situações abordadas. Em outras palavras, a amostragem de casos com lesões cerebrais semelhantes associadas com os mesmos tipos de disfunções indicam apenas tendências genéricas. A perspectiva do sujeito racional baseia-se em uma abstração, que pensa que cada sujeito age como um caso particular da tendência mais geral. Por exemplo, os testes para avaliar lesões no lóbulo pré-frontal implicam na repetição exaustiva de certas situações (jogos, situações experimentais) que possuem as mesmas características e que permitem comparação, após exposição continuada, do mesmo sujeito à mesma situação. Ora, este sujeito assim considerado, na visão apresentada por Damásio, como decorrência de aproximações metodológicas inerentes à análise do sistema nervoso e de conjecturas experimentais, baseadas na racionalidade das escolhas e regras de decisão, na concepção de Kahneman, implicam em certo grau de idealização. Um sujeito real nunca se comporta exatamente como um caso particular de uma classe de sujeitos assim definida. Também a perspectiva da neurociência apóia-se em um sujeito metodologicamente centrado na generalização do funcionamento cerebral. As críticas da psicologia cognitiva são, portanto, pertinentes ao apontar que, de toda maneira, o sujeito real decide de forma muito diferente da maneira como ele “representa” imaginariamente sua própria decisão, ou de modo nitidamente diverso de como ele justifica seu ato decisório ao inscrevê-lo no quadro de coordenadas simbólicas disponíveis (a jurisprudência, os valores, o processo, as regras de interpretação, etc.).

As investigações em neurociências parecem ter contribuído para um melhor entendimento dos problemas de decisão ao comprovarem que empiricamente as decisões não são processos exclusivamente racionais, uma vez que diferentes áreas do cérebro, ligados à razão e à emoção, bem como a atenção, a percepção, os centros ligados ao prazer e à

agressividade atuam conjuntamente num trabalho de decisão. Se houver algum tipo de dano em qualquer dessas áreas, o processo de decisão será prejudicado. Embora o tema seja tratado de forma fascinante, tais pesquisas parecem ter a pretensão de reduzir todos os comportamentos humanos a processos fisiológicos determinados pelo funcionamento cerebral, numa relação de causa e efeito. Mesmo levando em consideração o papel da subjetividade, esta também parece ser entendida pela via neuronal e dos processos de aprendizagem.

Já na perspectiva da psicologia cognitiva, representada por Kahneman, também parece haver um entendimento de que as decisões são processos complexos e que envolvem a conjunção do pensamento racional e do pensamento intuitivo e que, em muitos casos, a intuição é determinante para uma tomada de decisão. Embora ressaltando a relevância do pensamento intuitivo, indiretamente o autor aponte para os aspectos inconscientes, sua visão está longe da concepção psicanalítica de inconsciente.

Na prática judicante pôde-se observar que as decisões são fundamentadas, em sua maioria, em teorias racionalistas, embora algumas valorizem a dimensão subjetiva e psicológica do julgador. Os problemas de decisão estão relacionados, por um lado, à organização e à burocracia da instituição jurídica; e, de outro, a questões subjetivas dos magistrados. Constata-se que cada vez mais existe um apelo de órgãos superiores no sentido de agilizar os processos decisórios, mediante métodos e procedimentos-padrão, tal como nas empresas, por vezes desconsiderando as particularidades das situações.

Apesar de o contato com os estudos apresentados ser enriquecedor, um problema comum a todas essas abordagens é a não consideração do sujeito da decisão como um sujeito dividido, cuja referência é o desejo inconsciente e cuja lógica é temporal. A concepção psicanalítica de sujeito representa, assim, não apenas um ponto de partida realista para a abordagem do problema da decisão, mas é também capaz de subsumir as três perspectivas que apresentamos anteriormente. É a divisão do sujeito diante de seu desejo e as modalidades de destinação desta divisão - identificação, *acting out*, angústia, sintoma, inibição - no tempo que definem o âmbito da subjetividade que entra em jogo numa decisão. A forma como alguém lida com os impasses de uma decisão e quais os efeitos que a decisão lhe provoca, qual sua implicação no ato decisório, como ele lida com o tempo, com a angústia, é a forma como o sujeito se coloca desde o Outro (lugar do desejo inconsciente). Certamente o objetivo das disciplinas mencionadas não é tratar desses problemas; talvez essas respostas sejam possíveis somente a partir de uma leitura psicanalítica. São justamente esses aspectos que pretendemos tratar nas próximas páginas.

4. Elementos para uma concepção psicanalítica da decisão

O médico, a cujos cuidados se confiou a Baronesa em sua gravidez, anunciou que ainda não chegara o momento de dar à luz e sugeriu ao Barão que enquanto esperavam jogassem cartas no cômodo vizinho. Após um momento, um grito de dor da Baronesa feriu os ouvidos dos dois homens: *“Ah, mon Dieu, que jê souffre!”* Seu marido levantou-se de um salto mas o médico fez-lhe sinal que se assentasse: *“Não é nada. Vamos continuar com o jogo!”* Pouco depois, novos brados da mulher grávida: *“Mein Gott, mein Gott, que dores terríveis!”* - *“Não vai entrar, Professor?”*, perguntou o Barão. *“Não, não. Ainda não é a hora.”* Finalmente chegou da porta próxima um inconfundível grito de *“Ai, ai, ai!”*. O doutor largou as cartas e exclamou: *“Agora é a hora.”*

Este bem-sucedido chiste demonstra duas coisas pela modificação gradual do caráter dos gritos de dor emitidos por uma aristocrática dama na hora do parto. Mostra também como a dor faz com que a natureza primitiva irrompa entre as diversas camadas de verniz de educação e como uma decisão importante pode ser adequadamente tomada na dependência de um fenômeno aparentemente trivial.⁷⁰[24]

Pode-se afirmar que na psicanálise, tanto de orientação freudiana como lacaniana, não há, explicitamente, uma teoria dos processos de decisão. Há uma concepção sobre a formação de juízos, há uma teoria da escolha inconsciente (da neurose em Freud, da alienação em Lacan), há sintomas e casos clínicos que colocam a decisão como tema clínico (como o caso do Homem dos Ratos), no entanto, isso não perfaz uma unidade isolada e consistente sobre a matéria. Em razão disso, neste estudo procuramos recolher alguns elementos dessas duas abordagens que nos permitissem elaborar uma concepção psicanalítica sobre esse tema.

Partimos do pressuposto de que a tomada de decisão é um ato subjetivo que compreende uma série de passos desenvolvidos ao longo do tempo - o conhecimento do problema, a comparação das razões nele envolvidas, a formação do juízo e o ato conclusivo – os quais refletem os estados de divisão do sujeito e sua diversidade de destinos. Nesse sentido, a dimensão da angústia se faz presente nas diferentes situações em maior ou menor intensidade.

Assim, verificamos, num primeiro momento, como o termo decisão aparece nos textos freudianos e quais suas implicações. Posteriormente, trabalhamos a noção de formação de juízos, cujo fundamento foi encontrado em Freud; e o conceito de temporalidade e suas

⁷⁰ FREUD, S. – Os chistes e sua relação com o inconsciente. **Obras completas**. Vol. VIII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1905/1977- p. 100.

conexões com a angústia, com base na teorização lacaniana sobre o tempo lógico e sobre a angústia, apresentada no Seminário X.

Na pesquisa dos textos freudianos, notamos que a palavra decisão aparece em alguns momentos importantes da obra freudiana e com sentidos diversos, mas que não chegam a ter um valor conceitual.

Por exemplo, em *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico (1911)* [25], o termo decisão está referido ao funcionamento do aparelho psíquico e à importância que a realidade exterior e a consciência passaram a ter com o advento do princípio de realidade, (regido pelos processos secundários) em oposição ao princípio do prazer (conduzido pelos processos primários os quais promovem uma satisfação alucinatória do desejo, tendencialmente baseados na energia livre e na identidade de percepção). Nesse artigo, Freud afirma que “em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve então de se decidir por conceber [*vorzustellen*] as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste”⁷¹. Desse modo, a consciência passou a detectar, por meio da atenção, não só os objetos promotores de prazer e desprazer, mas também suas qualidades sensoriais, comparando e registrando as diferentes possibilidades que a realidade oferece. Ele também assinala que a decisão sobre se uma determinada representação era verdadeira ou falsa cabia à “avaliação de juízo imparcial” que veio substituir o recalque, que antes tinha a função de excluir as representações mentais que fossem identificadas como produtoras de desprazer.

Decisão também aparece como sinônimo de escolha, na acepção de escolha da neurose, que é determinada pelos destinos da pulsão: “são as vicissitudes da libido que decidem em favor da saúde ou da moléstia nervosa”, isto é, em favor da histeria, da neurose obsessiva, da fobia ou da paranoia, assim como exposto em *Tipos de desencadeamento da neurose (1912)*⁷² [26]. No artigo *A disposição à neurose obsessiva – uma contribuição ao problema da escolha da neurose (1913)*⁷³ [27], já tendo como base a teoria do narcisismo que

⁷¹ FREUD, S. - *Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico*. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente - Vol. 1. Tradução de HANNS, L.A. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1911/2004, p. 66.

⁷² FREUD, S. – *Tipos de desencadeamento da neurose*. **Obras completas**. Vol. XII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1912/1977, p. 291.

⁷³ FREUD, S. - *A disposição à neurose obsessiva – uma contribuição ao problema da escolha da neurose*. **Obras completas**. Vol. XII. Editora Imago. São Paulo. 1913/1977, p. 394.

ele formaliza somente em 1914 em *Sobre o narcisismo: uma introdução*[28], Freud usa o termo escolha, ao se referir ao tipo de escolha objetal.

O termo decisão é novamente mencionado em alguns trabalhos sobre técnica da psicanálise. Nota-se que Freud já não associa o termo decisão a algo abstrato e imaterial (o aparelho psíquico, a libido, a escolha da neurose). Esse termo passa a ser usado a partir daí como um ato de um sujeito que interfere no rumo dos acontecimentos ou define os caminhos pelos quais uma pessoa conduzirá sua vida.

Assim, em *O manejo da interpretação dos sonhos na psicanálise (1911)*[29], Freud declara-se menos preocupado em tratar do método ou das técnicas de interpretação dos sonhos e mais interessado em orientar os principiantes na prática analítica em relação às vias que irão trilhar na arte da interpretação de sonhos:

Embora haja talvez mais de um bom caminho a seguir, existem ainda muitíssimos maus, e uma comparação entre os diversos métodos não deixa de ser esclarecedora, mesmo que não conduza a uma decisão em favor de algum especificamente.⁷⁴

Ou seja, a interpretação exige do analista que ele tome decisões.

Já no artigo *Recordar, repetir e elaborar (1914)*[30], Freud faz uma curiosa recomendação. A questão crucial tratada nesse texto é o mecanismo da compulsão à repetição. Nesse texto, ele afirma que o paciente reproduz o que foi reprimido e, portanto, esquecido, não pela lembrança, mas pela ação, isto é, pela repetição, não só numa relação transferencial como também na sua vida de modo geral, nos diferentes relacionamentos e atividades que realiza. Ele ressalta que quanto maior a resistência do paciente ao progresso da análise, maior a tendência às repetições. É nesse contexto que Freud faz uma sugestão:

Se a ligação através da transferência transformou-se em algo de modo algum utilizável, o tratamento é capaz de impedir o paciente de executar algumas das ações repetitivas mais importantes e utilizar sua intenção de assim proceder, *in statu nascendi*, como material para o trabalho terapêutico. Protege-se melhor o paciente de prejuízos ocasionados pela execução de um de seus impulsos, fazendo-o prometer não tomar quaisquer decisões importantes que lhe afetem a vida durante o tempo do tratamento - por exemplo, não escolher qualquer profissão ou objeto amoroso definitivo - mas adiar todos os planos desse tipo para depois de seu restabelecimento.⁷⁵

Aqui o foco se direciona à postura de “proteção” do analista frente aos atos repetitivos

⁷⁴ FREUD, S. O manejo da interpretação dos sonhos na psicanálise. **Obras completas**- Vol. XII. Editora Imago. São Paulo. 1911/1977, p. 121.

⁷⁵ FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. **Obras completas**. Vol. XII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1914/1977, p. 201.

do paciente, estabelecendo limites às suas decisões, que podem ter um caráter sintomático. Nesse texto, o problema da decisão pode ser entendido, por um lado, numa perspectiva da ética do analista e do manejo da transferência na condução do tratamento e, por outro, sob o prisma do paciente que toma decisões e deve se responsabilizar por elas. A regra, hoje não mais praticada, de que durante o tratamento o paciente suspenda suas decisões, por si só, mostra como o trabalho com os sintomas e com a neurose afeta profundamente as decisões do sujeito. A recomendação para que estas sejam suspensas indica, indiretamente, que, sob a ação da transferência, certas decisões podem ser mal tomadas. Mas por que, exatamente, isso aconteceria?

Em 1925, no artigo *A negativa* (1925) [31], Freud passa a relacionar a decisão com a função psíquica de emitir juízos (*Urteil*, literalmente a *parte essencial*, ou o *corte original*):

[...] a função de emitir juízos se refere basicamente a duas questões: decidir se uma coisa [*Ding*] possui ou não uma certa característica e confirmar ou refutar se a representação psíquica dessa coisa tem existência real.⁷⁶

Nesse artigo, ele se refere à decisão ligada ao juízo de atribuição e ao juízo de existência, entre o que é real e o que é fantasiado. Na sua concepção, a formação de juízos implica na escolha de uma ação:

[...] emitir juízos é uma ação intelectual que também consiste em optar por uma ação motora determinada, colocando um fim ao adiamento da ação – ocasionado pelo pensar. Assim, essa função conduz do pensar à ação.”⁷⁷

Encontramos aqui, uma ideia já presente desde o *Projeto para uma psicologia científica* ([1895]1950)[32], ou seja, de que o pensamento é um ensaio para a ação e que o juízo termina, tendencialmente, em um ato. Por outro lado, o próprio pensamento é por si mesmo uma maneira de reduzir a tensão, de resolver as exigências de redução do desprazer (inibição) e de procurar o reencontro de traços mnêmicos de satisfação (desejo).

Pelo que conseguimos recolher até aqui, pode-se considerar que o termo decisão é tratado *en passant* na obra freudiana e diz respeito à dinâmica do aparelho psíquico, à escolha da neurose, ao manejo da transferência e à formação de juízos. Mas se considerarmos ainda o chiste apresentado no trecho de abertura desse capítulo, pode-se inferir que a decisão na Psicanálise freudiana também pode ser associada à noção de temporalidade.

Do nosso ponto de vista, os problemas de decisão parecem evidenciar-se mais

⁷⁶ FREUD, S. *A negativa*. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol. III: 1923-1940, p. 148. Tradução HANS, L. A. Editora Imago, 2007.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 149

claramente na obra freudiana quando abordado por seu avesso, isto é, pelos sintomas de indecisão e dúvida, próprios da neurose obsessiva, tal como ilustrado no relato clínico de *O Homem dos Ratos* (1909)⁷⁸[33].

Segundo Freud, além da dúvida e da indecisão, a neurose obsessiva caracteriza-se também pela ambivalência entre os sentimentos de amor e de ódio e pelos atos compulsivos em dois tempos, o segundo anulando o primeiro num contra-ato, o que representa um conflito entre duas forças opostas de igual intensidade. Daí deriva o gosto e a atração destes pacientes por temas que não possuem, de modo claro, uma decisão ou uma determinação possível, tais como os que encontramos nas religiões, nas filosofias e nos grandes temas existenciais. Em razão dessa oposição de forças, a dinâmica obsessiva pode levar o paciente a desenvolver rituais, a sofrer de inibições no curso do pensamento e das ações ou a ser tomado por angústia. Outra particularidade do comportamento dos obsessivos é a “necessidade mental” de manterem a incerteza e a dúvida constantemente presentes em suas vidas. A incerteza teria o papel de “atrair o paciente para fora da realidade e isolá-lo do mundo”.⁷⁹

Ao incluirmos a função da dúvida na vida mental do obsessivo, podemos explicar suas dificuldades para tomar decisões. Algumas vezes, devido à dúvida obsessiva, uma decisão é adiada até seu limite. Outras vezes, ela é precipitada por atos compulsivos, que visam, de um lado, à compensação da dúvida à qual o paciente estava dominado e, de outro, uma eventual “correção das intoleráveis condições de inibição das quais a dúvida apresenta testemunho”⁸⁰. Na neurose obsessiva tudo se passa como se o pensamento deixasse de ser um caminho para a ação e se tornasse um obstáculo para ela.

No ato compulsivo o paciente decide, mediante deslocamento, por uma das intenções inibidas, obedecendo a um imperativo contraditório - ora ordens, ora proibições – ele *deve* decidir por uma das opções. Contudo essa decisão foge de sua intenção original. De qualquer modo, em termos da economia do aparelho psíquico, há uma descarga de energia psíquica no ato substituto, de modo a diminuir a extrema ansiedade a que o paciente fica sujeito devido a uma tensão acentuada.

Como nos ensina Freud, o traço essencial do obsessivo é sua incapacidade de chegar a uma decisão. Daí a importância recorrente do Outro que autorize, sancione ou que sirva de

⁷⁸ FREUD, S. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. **Obras completas**. Vol. X. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1909/1977.

⁷⁹ Ibid., p. 233.

⁸⁰ Ibid., p. 244.

suporte simbólico ou imaginário para o sujeito, de modo que ele transfira a autoria ou a responsabilidade da decisão. O papel da sorte e do acaso, das contingências e ocasiões, pode ocupar a mesma função de “deliberar por procuração” pelo sujeito.

O caso *O Homem dos Ratos* nos ajuda a pensar que um estudo sobre os problemas decisórios deve levar em conta a inibição, a dúvida, a (in)certeza e a angústia como estados subjetivos que determinam diferentes atos de decisão. Este paciente de Freud não conseguia decidir-se por casar e por prestar os exames finais de seu curso de Direito. Sua neurose eclodiu justamente quando ele se sentiu pressionado a tomar esta decisão (ao regressar do período de serviço militar). Tal conjunto de decisões se afigurava tão penoso, que ele substituiu esta tarefa pela produção de diversos sintomas envolvendo o pagamento de uma dívida, contraída durante as manobras militares. Na tentativa de pagar sua dívida, ele se vê tomado por uma trama de indecisões e adiamentos, atos e anulação de atos, pensamentos e realização “mágica” de pensamentos, que sua angústia se aprofunda a ponto de paralisar sua vida.

Nosso próximo passo será estudar a teoria freudiana da formação dos juízos e do pensamento, para, em seguida, correlacioná-la aos conceitos de tempo, ato e angústia em Lacan.

4.1. A Formação dos Juízos em Freud

A primeira vez que Freud abordou a função psíquica de formação de juízos foi no *Projeto para uma psicologia científica*⁸¹(1950[1895]), ao tratar da origem dos processos de pensamento. Ele retomou esse assunto quase trinta anos depois, no artigo *A negativa* (1925), como vimos há pouco.

A partir desses estudos, entende-se que os processos de pensamento e a função de emitir juízos têm sua origem no confronto das forças pulsionais, em que o princípio de realidade se sobrepõe ao princípio do prazer. Como seria esse processo?

Sob o domínio do princípio de prazer, o aparelho psíquico tinha por objetivo manter o equilíbrio de energia psíquica de modo a obter prazer e evitar a dor. Assim, para evitar a dor, o aparelho psíquico precisa aliviar sua tensão, ou seja, escoar o excesso de energia psíquica mediante uma ação específica; e, para obter prazer, as necessidades internas devem ser

⁸¹ FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. **Obras completas**. Vol. I. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1950 [1895]/1977.

satisfeitas de modo que o nível de tensão seja mínimo. O modelo exemplar desse funcionamento é o da primeira experiência de satisfação do bebê. Quando o bebê sente fome, há um aumento de tensão pelo desconforto físico que o leva a chorar. No momento em que ele recebe o alimento, a sobrecarga de energia psíquica (que atingiu o nível da dor, pelo aumento de tensão) é diminuída por meio da vivência de satisfação. Tanto o objeto recebido (alimento) quanto a experiência de satisfação formam duas imagens que ficam registradas na memória; e, logo que houver outra situação parecida, o bebê irá se remeter a elas. Nesse momento, ele ainda não tem o registro da diferença entre o objeto real (ou percebido) e o objeto lembrado (ou representado). Não há uma diferença entre o que é de dentro e o que vem de fora. Portanto, se o alimento não estiver presente e ele tiver o impulso de sugar o dedo, por exemplo, ele terá uma vivência de satisfação, porém alucinatória. Como essa vivência não se sustenta, o princípio de realidade passa a dominar a situação. Aí começa a existir uma diferenciação entre um eu e um fora do eu. Quando o bebê começa a se dar conta, por meio da atenção psíquica, de que o objeto que ele deseja (alimento) e que está representado em sua lembrança difere do objeto que ele percebe, tem início o processo de pensamento e a formação de juízos. A atenção psíquica permite que o eu crie uma expectativa contínua de reencontro com o objeto desejado, antecipando sua presença e, ao mesmo tempo, atendendo às exigências da realidade, certificando-se dessa presença.⁸²[34]

A função de emitir juízos, portanto, tem dois objetivos: primeiro, verificar se o objeto representado psiquicamente tem existência real; segundo, apurar se o objeto percebido tem características semelhantes ao objeto registrado na memória, pois para que a ação aconteça é preciso haver uma identidade entre o complexo de neurônios⁸³ ligados à lembrança e o complexo de neurônios ligados à percepção. Se essa identidade for alcançada, o processo de pensamento se interrompe e a ação motora, bem como a qualificação do afeto, acontece em virtude da liberação da energia psíquica e da diminuição da tensão. Caso não haja essa identidade, ou ela seja parcial, o eu inicia uma investigação em que ele precisará comparar os atributos do objeto percebido com qualidades registradas no seu acervo de memória, até que se consiga encontrar pontos de identidade. Ou seja, surge um interesse do eu em discernir ou reconhecer essa percepção para se buscar, a partir dela, vias facilitadoras e possíveis conexões

⁸² GABBI Jr., O. F. – **Notas a projeto de uma psicologia**: as origens utilitaristas da psicanálise. Editora Imago. Rio de Janeiro. 2003.

⁸³ Por exemplo, supondo que a lembrança esteja ligada ao complexo de neurônios *AB* e a percepção ao complexo *AC*, sendo *A* o elemento de identidade e *B* e *C* os elementos variáveis. O neurônio *A* fica denominado como a *coisa (Ding)*, que é constante e os neurônios *B* e *C*, como seus atributos, atitudes ou movimentos, que são variáveis.

que levem a semelhanças parciais de modo a se chegar à identidade procurada e à consequente liberação de energia. Esse percurso não é direto e passa por inúmeras vias e ramificações neuronais, formando diferentes cadeias associativas. Freud descreveu dois tipos de pensamento atuantes nesse processo, o judicativo (discernidor ou recognitivo) e o reprodutivo (rememorativo). A finalidade do pensamento judicativo não é prática, e sim explorar as possibilidades associativas, estabelecer diferentes caminhos entre as percepções e as várias recordações. Segundo Freud, esse tipo de pensar é o que conduz à cognição. Segundo Gabbi Jr.,

O termo *juízo* é usado para indicar a separação do complexo; o termo *julgar* para assinalar a comparação entre os dois complexos; o termo *pensar* para designar o caminho que se deve estabelecer entre as partes díspares dos complexos. Assim, o termo *pensamento* é usado em uma psicologia científica e naturalista para denotar um caminho de eliminação ligado à vivência de satisfação.⁸⁴

O pensar judicativo abre caminho para o pensar reprodutivo, ligado às funções de lembrar, querer, desejar e esperar, cujo objetivo é prático: repetir a vivência de satisfação. Conforme nota de Gabbi Jr.

O pensar reprodutivo, base de todo o pensar, visa repetir a vivência de satisfação: neste sentido trabalha com ocupações psíquicas. Apesar de o pensamento reprodutivo ser o fundamento do pensar – ele é a forma inicial de todo processo de pensar –, o pensamento recognitivo ou judicativo fornece novos caminhos para aquele, dado que estabelece identidades entre o complexo perceptivo e o complexo desiderativo.⁸⁵

É importante ressaltar que, quando se fala em estabelecer estados de identidade entre os grupos de neurônios, deve-se lembrar, conforme explica Garcia-Roza, que se trata da identidade de pensamento, ligada ao processo secundário, e, não, da identidade alucinatória, que é própria do processo primário.

Quando o processo de pensamento é concluído, o juízo de existência já está formado, uma vez que houve uma indicação de realidade sobre o objeto percebido. Como o aparelho psíquico não tem acesso direto à realidade externa, somente por intermédio de signos de realidade, forma-se uma crença sobre a existência real daquele objeto. Ora, nesse momento da teoria, quando Freud fala em realidade, ele pensa na realidade externa, que é equivalente à

⁸⁴Ibid, p. 71.

⁸⁵GABBI Jr., O. F. – op. cit., p. 80.

consciência, ao mundo como é percebido. Portanto, todo juízo de realidade (juízo de existência) implica numa crença nessa realidade, porque esta não é dada *a priori*. Nesse sentido, a perspectiva do engano sempre está presente, daí o porquê da crença (*Glauben*).

Importante ressaltar que os signos de realidade não se referem apenas a objetos perceptivos que levem a ações motoras. Esses signos também podem estar ligados a ações de linguagem (a palavra ouvida, a palavra dita ou o próprio ato de pensar). Por esse aspecto, a palavra é um signo de qualidade para o pensamento.

O que nos interessa no estudo sobre a formação dos juízos é justamente esse processo de busca e de comparação entre os diferentes caminhos para se atingir a identidade perceptiva. Nesse sentido, a formação de juízos realiza os mesmos procedimentos de qualquer trabalho de decisão: obter as informações sobre os atributos do objeto percebido, decidir quais caminhos percorrer para ir de encontro à identidade perceptiva, escolher a trilha mais simples para ligar as representações, decidir se o que é lembrado tem correspondência na realidade.

4.2 O tempo lógico em Lacan

O tempo é uma variável importante dos processos decisórios, sejam quais forem os contextos a que estejam referidos (analítico, científico, empresarial, jurídico, médico). Qualquer tipo de decisão expressa a relação de quem decide com o tempo, isto é, o tempo da decisão é o reflexo de uma temporalidade vivida subjetivamente frente às diversas possibilidades de escolha que se apresentam ao sujeito.

Se fôssemos estabelecer uma tipologia das decisões, diríamos que há uma variabilidade temporal que as caracteriza. Existem decisões simples e imediatas, fruto de uma análise baseada em parâmetros claros e objetivos; algumas são complexas, exigem um exame mais apurado das questões envolvidas e, por vezes, dependem de uma leitura interpretativa das ambiguidades, contradições, lacunas ou indeterminações que cercam a situação a ser resolvida. Já uma decisão que aparentemente seria fácil de ser tomada pode ser considerada difícil mediante o surgimento de novos elementos, levando mais tempo do que o esperado. Em contrapartida, muitas decisões são automáticas e implicam em uma ação direta — uma vez que não há tempo para se elaborar um pensamento a respeito do problema em questão, sob o risco de se obter um resultado desastroso como, por exemplo, no caso de um goleiro ao defender um pênalti ou de um motorista que desvia rapidamente de um caminhão que vem em alta velocidade em sua direção. Temos dois casos aqui: a decisão por reflexo, que é um tipo de reação, com baixa operatividade do pensamento (o modelo do arco reflexo sugere que a

decisão de ação não passa pelo sistema nervoso central) e a decisão tomada por comparação com situações anteriores semelhantes. Voltando à teoria do juízo, vimos que há um tipo de pensamento que age por comparação. Assim, também há regras de decisões que já estão tomadas, de modo que, quando consideramos duas situações entre as quais se estabelece uma identidade de percepção, agimos retomando a decisão precedente sem precisar refazer a série de ponderação das cadeias de causas, razões e motivos envolvidas na formação primária do juízo.

Dependendo da interferência de fatores externos ou internos ao sujeito, algumas decisões podem ser precipitadas, outras postergadas ou ainda suspensas. Há um momento em que se poderia chamar de pré-decisão, na qual se decidem os termos, os critérios, os elementos que devem ser considerados no processo de tomada de decisão.

Portanto, em alguns tipos de decisão, conjugam-se a necessidade de um tempo de reflexão suficiente para a formação do juízo e da ação (que varia de uma situação para outra) e a predominância de processos racionais próprios ao pensamento consciente; ao contrário de outras decisões, cujo juízo que levou à ação não passa necessariamente pela consciência e o tempo parece reduzir-se ao instante do próprio acontecimento perceptivo.

Para pensarmos sobre a temporalidade dos processos decisórios, parece-nos conveniente partirmos do conceito de tempo lógico, estabelecido por Lacan, em 1945, em *Tempo lógico e a asserção de certeza antecipada – um novo sofisma*⁸⁶[35]. O que nos autoriza a assumir esse risco é que, embora Lacan tenha elaborado esse artigo com a finalidade de propor uma nova concepção de uso do tempo⁸⁷ no manejo da clínica psicanalítica, ele mesmo sugeriu diferentes aplicações para o tempo lógico como na diplomacia, no jogo e na coletividade⁸⁸.

Importante ressaltar que o texto de 1945 coloca em evidência a intrínseca relação entre a experiência subjetiva da temporalidade e o saber do sujeito do inconsciente⁸⁹[36].

De início, Lacan propõe um problema lógico que curiosamente nos remete ao campo da justiça, particularmente a um tema que lhe é diretamente relacionado, a liberdade.⁹⁰ A

⁸⁶ LACAN, J. - Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. **Escritos**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1998/1996, p. 197- 213.

⁸⁷ Lacan fez críticas contundentes à psicanálise institucionalizada da época que fixava o tempo das sessões em 50 minutos. No artigo de 1945, ele propõe um novo modelo que marcou sua prática de sessões com tempo variável.

⁸⁸ LACAN, J. op. cit., p. 212.

⁸⁹ KEHL, M. R. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões, cap. V, p. 113 - Boitempo Editorial, 2009, São Paulo.

narrativa sobre o sofisma dos três prisioneiros nos é apresentada da seguinte maneira: o diretor de um presídio lança um desafio a três detentos colocados juntos em uma sala; cada um receberá um disco que ficará colado nas costas, de modo que seja possível ver os discos dos companheiros, mas não o próprio. Existem cinco discos disponíveis, dois pretos e três brancos. Nesse jogo, apenas um dos três será o vencedor: aquele que descobrir a cor do próprio disco e fundamentar sua conclusão com argumentos de lógica e razão e não de probabilidade; como prêmio, ser-lhe-á concedida a liberdade. Poder-se-ia pensar, então, que, nessa pequena estória, a conquista da liberdade estaria exclusivamente na dependência da racionalidade; contudo, outros fatores também entram em jogo, como veremos a seguir.

Logicamente há três possíveis soluções para o problema, as quais revelam uma temporalidade que ultrapassa a dimensão cronológica, linear e sequencial da passagem do tempo. Essa outra temporalidade implica em uma modulação sujeita a descontinuidades, ressignificações e valores lógicos diferentes, expressos em *três momentos de evidência: o instante do olhar, o tempo para compreender e o momento de concluir*.⁹¹

Vejamos quais seriam essas possibilidades:

- 1- Dois discos pretos e um branco (●●○)– nesse caso, o portador do disco branco, ao observar os dois outros com discos pretos, *imediatamente* conclui sobre sua cor e se apresenta como branco. Aqui a decisão é imediata, por exclusão lógica: se vejo dois pretos, logo sou branco (●●→○) — o que na linguística corresponderia à passagem direta da prótase para a apódose (“Estando..., só então se sabe que se é...”)⁹². Para Lacan, é o *instante de olhar*, um momento de fulguração, onde o tempo é tendencialmente igual a zero.
- 2- Dois brancos e um preto (○○●) – os portadores de disco branco ao verem o do disco preto vacilam; caso um dos brancos se precipite, o outro conclui que é preto. O raciocínio dar-se-ia do seguinte modo: *se eu fosse preto, ele teria saído sem esperar um instante. Se ele continua meditando, é porque sou branco*.⁹³ Por intermédio desse tipo de raciocínio, o sujeito formula uma hipótese a respeito

⁹⁰ Aliás, Lacan tratou, em vários trabalhos, de temas relacionados ao campo da criminalidade, como por exemplo: Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade (1932), Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papin (1933), Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950).

⁹¹ LACAN, J. - Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. **Escritos**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1998/1996, p. 204.

⁹² Ibid.

⁹³ LACAN, J., op.cit., p. 205.

daquilo que não sabe imediatamente sobre si mesmo, isto é, sua condição de ser branco. Conforme Lacan, esse segundo momento de evidência ou “*tempo para compreender supõe a duração de um tempo de meditação*”⁹⁴ necessário para que se estabeleça uma relação de reciprocidade e de dependência entre os sujeitos – já que é preciso observar o outro e colocar-se em seu lugar. Além disso, esse momento é fundamental para preparar o instante seguinte, o *momento de concluir*, em que o sujeito se descola do outro e afirma sua condição de ser - nesse caso, portador do disco branco.

- 3- Três discos brancos (○○○) – depois de um tempo de meditação e duas hesitações (ou escansões temporais), os três concluem que são brancos e saem juntos em direção à porta da sala, baseados no seguinte pensamento:

Sou branco, e eis como sei disso. Dado que meus companheiros eram brancos, achei que, se eu fosse preto, cada um deles poderia ter inferido o seguinte: “Se eu também fosse preto, o outro, devendo reconhecer imediatamente que era branco, teria saído na mesma hora, logo, não sou preto.” E os dois teriam saído juntos, convencidos de ser brancos. Se não estavam fazendo nada, é que eu era branco como eles. Ao que saí porta afora, para dar a conhecer minha conclusão.⁹⁵

No terceiro tempo há uma intuição que se apresenta subjetivamente como um atraso em relação aos companheiros, por isso o sentido da pressa. É um momento de “iluminação que eclipsa a objetividade do tempo de compreender”⁹⁶[37], como também de encontro com a verdade, em que o sujeito se afirma pelo que é: portador do disco branco. É o que se pode chamar de momento oportuno – *Kayrós*, para os gregos – cuja qualidade temporal difere de *Kronos*, tempo cronológico, extenso e linear – em que o sujeito se lança ao encontro de seu desejo. No momento de concluir, o sujeito do enunciado corresponde ao sujeito da enunciação.

Jô Gondar nos apresenta uma esclarecedora imagem do problema:

Em um primeiro momento, vejo tudo o que está dado, toda a situação: vejo o que está fora de mim, vejo os outros, mas ainda não sei quem sou; em um segundo momento, realiza-se o trabalho de elaboração: tento compreender ... e tento me fazer reconhecer, creio poder dizer quem sou, mas ainda não estou convicto: hesito, volto a olhar os outros e minha hesitação se articula com a hesitação deles ... ; por

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ LACAN, J. Ibid., p.198.

⁹⁶ QUINET, A. Que tempo para a análise? **As 4+1 condições da análise**. Jorge Zahar Editor, p.71. 1997. Rio de Janeiro.

fim, dá-se a asserção subjetiva: crio coragem para me posicionar e passo da hesitação para a pressa. Apresso-me a concluir e, ainda que essa conclusão seja provisória, sou capaz de me lançar, sem garantias... O sofisma do tempo lógico exige que o sujeito precipite sua certeza num ato (...). A hesitação, a espera, devem dar lugar à pressa, num apelo do futuro, numa urgência do momento de concluir.⁹⁷[38]

Assim, o *momento de concluir* põe em relevo a dimensão da pressa, da precipitação e do ato. Diante da demanda do Outro, a pressa se impõe levando o sujeito a um ato que se antecipa à certeza de seu juízo. Conforme Lacan, “passado o tempo para compreender o momento de concluir, é o momento de concluir o tempo para compreender.”⁹⁸. Ou seja, em função da tensão temporal própria à situação estabelecida, ele precisa adiantar-se aos outros, chegar rapidamente a uma conclusão e lançar-se em direção à sua liberdade. Nesse sentido, o momento de concluir, segundo Maria Rita Khel, é um momento que “implica a conquista, durante o tempo de compreender, de alguma independência em relação ao tempo apressado da demanda do Outro.”⁹⁹

Na leitura de Erik Porge sobre o *Tempo lógico*, entende-se que Lacan não está interessado tão somente no ser individual, mas, em ir além, buscando definir “as condições formais das relações humanas nas quais um sujeito é levado a formular um julgamento, a decidir, a agir.”¹⁰⁰[39]. No seu entendimento, o tempo deve ser tomado, por si mesmo, como um acontecimento lógico que produz e antecipa uma certeza - certeza que depende mais da ação do que da razão. Segundo o autor,

A certeza não vem ao termo de um julgamento dedutivo, nem de uma *theoria* (contemplação) que guiasse um ato razoável, racional. A certeza está ligada a uma lógica da ação, mais ainda, ela é antecipada por essa ação, o ato de concluir. O ato é necessário para que a dedução chegue a termo. Em suma, o tempo lógico não é tanto uma lógica do tempo, mas uma *lógica do ato*. Uma lógica do ato determinada, não pelo tempo, mas *pelos* tempos.¹⁰¹ (grifos do autor)

⁹⁷ GONDAR, J. Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Revista Ágora**. Vol. IX, n.1, p. 113, jan-jun/2006.

⁹⁸ LACAN, J. - Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. **Escritos**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1998/1996, p. 206.

⁹⁹ Maria Rita Kehl critica algumas leituras lacanianas por darem um valor absoluto à pressa e desconsiderarem “a tensa relação entre lentidão e velocidade, ambas igualmente necessárias à afirmação (criativa) do sujeito.”(op. cit.,p. 118).

¹⁰⁰ PORGE, E. **Psicanálise e tempo**: o tempo lógico de Lacan, p. 61. Companhia das Letras, 1998.

¹⁰¹ Ibid., p.78.

Logo, para que a ação seja favorecida, o autor considera a pressa como um elemento essencial da lógica temporal, ao lado da sucessão e da sincronia. Do seu ponto de vista, essa lógica temporal, que é da ação e da deliberação, funda-se em três tempos e “dá à repetição de duas escansões um valor que não é o de situar o sujeito no tempo, mas de engendrar o sujeito da asserção pelos tempos dessas escansões, isolando pela mesma ação a função específica da pressa.”¹⁰²[40]

Já Maria Rita Kehl¹⁰³ compartilha da visão de que as noções de pressa e precipitação não são necessariamente da mesma ordem. Acompanhando a argumentação de Luis Izcovich, no artigo *La prisa y La salida*¹⁰⁴[41], Kehl diferencia a “precipitação”, associada ao conceito de passagem ao ato, e “pressa lenta” que “define a relação do sujeito com o objeto causa do desejo”¹⁰⁵. O que isso quer dizer? Segundo Izcovich, a pressa não é nem a rapidez resolutiva, nem a urgência, nem a precipitação. A passagem ao ato seria, na visão dele, a melhor ilustração da precipitação porque ela se caracteriza pela supressão do tempo de compreender e por “uma aceleração do tempo que suspende as coordenadas simbólicas”¹⁰⁶; enquanto a pressa conserva sua conexão com o simbólico, porque introduz o sujeito no que faz falta. O simbólico é a condição da pressa, mas não sua causa; o que provoca a pressa é o objeto causa do desejo, o *objeto a*.¹⁰⁷

Nesse sentido, a autora defende que a pura precipitação seria uma resposta à urgência da demanda do Outro, que levaria o sujeito a uma conclusão sem compreensão e a uma escolha inconsequente, justamente por não se ancorar na *duração do tempo de meditação*. Isso impossibilitaria tanto a produção das necessárias condições para a emergência do saber inconsciente como a independência da relação imaginária com o outro. Já a “pressa lenta”, que caracteriza o trabalho analítico, pode ser entendida como resultante de um jogo de alternância entre rapidez e lentidão.

¹⁰² PORGE, E. Tempo *in* Kaufmann, P. - **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996, p. 520.

¹⁰³ KEHL, M. R. - Os tempos do Outro. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões, cap. V, pp. 111 a 135 – Boitempo Editoria, 2009, São Paulo.

¹⁰⁴ ISCOVICH, L. - La prisa y la salida. **Anais do Congresso Os tempos do sujeito do inconsciente**, p. 40-45. Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano - IF-EPFCL, julho/2008. São Paulo.

¹⁰⁵ KHEL, M. R., op. cit, p. 117.

¹⁰⁶ ISCOVICH, L., op. cit, p. 42, tradução nossa.

¹⁰⁷ Ibid., p.43

Há outro elemento fundamental a se considerar na teoria do tempo lógico. Conforme mencionado anteriormente, as hesitações e as suspensões do movimento dos companheiros levam o sujeito a ter uma apreensão subjetiva de seu atraso em relação a eles, o que o motiva a apressar a formação de seu juízo e sua saída, mediante um ato de afirmação (“*sou um branco, pois...*”). Mas essa antecipação da certeza que motiva o ato no momento de concluir não ocorre sem angústia, isto é, a pressa da conclusão se dá pelo temor de que esse atraso em relação aos demais leve o sujeito a um erro de grave consequência — não conseguir a liberdade¹⁰⁸. Ora, se o sujeito ficar tomado pela dúvida de que não captou o momento de concluir, não conseguirá agir. Agir implica em risco e só é possível a partir de uma certeza antecipada, mesmo que esta não se sustente posteriormente¹⁰⁹. Nesse sentido, a angústia mantém estreita ligação com a certeza.

Quanto a esse aspecto, provavelmente inspirado pela filosofia de Heidegger e Kierkegaard, Lacan afirma que há uma forma ontológica da angústia que se manifesta no ato solitário do sujeito que se lança na busca da verdade. Mas o que seria essa forma ontológica da angústia?

Na filosofia de Heidegger, também chamada de analítica existencial, a angústia está referida ao problema do Ser e ao que ele nomeia como existência inautêntica do homem a qual encobre o ser¹¹⁰[42]. A angústia, nesse sentido, é o afeto que revela a condição do homem (“*ser-aí*” ou *Dasein*), em sua realidade finita e imediata, como “*ser para a morte*” e que traduz o vazio ou o nada ao qual ele está imerso em sua existência¹¹¹. Ou dito de outra maneira, a angústia é “a disposição fundamental de nossa existência que ‘manifesta o nada’ e implica o estágio anterior e necessário para que se possa colocar a questão do ser”¹¹². O nada

¹⁰⁸ QUINET, A. Que tempo para a análise? **As 4+1 condições da análise**. Jorge Zahar Editor, p.71. 1997. Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Aliás, se o sujeito ficar capturado pela certeza poderá incorrer em imposturas.

¹¹⁰ WERLE, M.A. – A angústia, o nada e a morte em Heidegger in **Revista Trans/Form/Ação**, vol. 26(1), pp. 97-113. São Paulo, 2003.

¹¹¹ Nesse sentido, a angústia vai além do temor, que para Heidegger é um estágio mais suave da angústia. Segundo Werle, “O temor constitui uma disposição anímica [*Befindlichkeit*] que nos desvia ou nos afasta de algo que tememos e com isso ao mesmo tempo manifesta o todo do mundo, em sua estranheza e assombro, antes mesmo que possamos realizar um ato de conhecimento desse mundo. Há muito mais força de revelação do mundo no temor do que em qualquer outro tipo de acesso ao mundo, por exemplo, na alegria ou na felicidade, os quais são muito transitórios e menos marcantes. [...] O temor é direcionado a um ente determinado da nossa existência, ao passo que o objeto da angústia, ao qual ela se dirige, é ‘completamente indeterminado’ (1986, §30, p.186). Na angústia, enquanto disposição fundamental, não sabemos diante *de que* nos angustiamos.”(op.cit., p.105)

¹¹² WERLE, M.A.,op.cit., p. 107.

é o que provoca a angústia e, ao mesmo tempo, é o efeito dela. O nada “é o próprio *véu do ser* que se revela em nossa experiência por meio da angústia”¹¹³.

Pode-se afirmar que “a forma ontológica da angústia” nada mais é do que uma oposição às formas de ocultamento ou esquecimento do ser (que podem se dar por meio da preocupação, da ocupação, do falatório) e à perda da experiência real por meio da entificação. Na filosofia de Heidegger, “a forma ontológica da angústia é o que se situa *entre* - entre o ser e o nada, entre o acaso e a determinação, entre o isto e o aquilo, daí que a escolha e a angústia sejam temas correlatos para o pensamento existencial.”¹¹⁴ Conforme as palavras de Marco Aurélio Werle, na concepção de Heidegger,

[...] o traço totalizante que define a essência do ser humano se encontra no conceito de *angústia*, enquanto disposição compreensiva que oferece o solo fenomenológico-hermenêutico para a apreensão explícita da totalidade originária do *Dasein*. A angústia não é então somente um fenômeno psicológico e ôntico, isto é, que se refere somente a um ente ou a algo dado, e sim sua dimensão é ontológica, pois nos remete à totalidade da existência como ser-no-mundo. Tal como em Kierkegaard, a angústia assume em Heidegger um cunho existencial essencialmente humano. Só o homem se angustia, não o animal, bem como apenas o homem existe e tem uma compreensão do ser. (...) A diferença entre Kierkegaard e Heidegger, porém, reside no fato de que em Kierkegaard a angústia revela o nosso ser finito, o nada de nossa existência diante da infinitude de Deus, do caráter eterno de Deus, ao passo que Heidegger abandona esta perspectiva teológica e pensa a angústia apenas como fenômeno existencial da finitude humana.¹¹⁵

No texto de Lacan, segundo a leitura de Gondar¹¹⁶, essa dimensão da finitude heideggeriana já aparece assinalada desde o título “*O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*”. Na filosofia de Heidegger, é a partir da antecipação de uma certeza – a certeza da morte enquanto possibilidade - que o tempo se apresenta como um problema para o homem. O despertar para a morte que se dá pela angústia é o dado temporal mais significativo da existência e revela a finitude do ser (ser-para-a-morte). Portanto, na analítica existencial heideggeriana há uma relação intrínseca entre a temporalidade e a finitude. Lacan também trabalha com a noção de finitude, mas, diferente de Heidegger, a finitude não é considerada

¹¹³ Ibid., p. 109.

¹¹⁴ DUNKER, C. I. L. - Comunicação pessoal.

¹¹⁵ WERLE, M.A. op, cit, p.104.

¹¹⁶ GONDAR, J. Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Revista Ágora**. Vol. IX, n.1, p. 113. Jan.-Jun./ 2006.

por ele a partir da ideia de morte - finitude absoluta e certa -, mas a partir do sujeito. A finitude é a finitude do sujeito, que se revela na sua condição de sujeito barrado, incompleto, que precisa do outro. Portanto, Lacan faz um uso particular da filosofia heideggeriana a partir do pressuposto de que o sujeito, em sua constituição, é marcado pela castração¹¹⁷. Nesse sentido, a forma ontológica da angústia para Lacan não está distante do que se convencionou chamar de angústia de castração e, portanto, está associada à experiência da falta e ao desejo. Ao se descolar da relação de reciprocidade com o outro, o sujeito passa a manter com este uma rivalidade o que lhe permite assumir-se como ser desejante. Assim, “é enquanto ser finito, sexuado, incompleto” que o sujeito se afirma.¹¹⁸

Voltemos aos três momentos de evidência do tempo lógico lacaniano. É preciso ressaltar que as modulações de tempo (instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir) podem eventualmente sobrepor-se ou reduzir-se a meros instantes; a duração de cada momento não tem um limite determinado e só é possível de ser verificado retroativamente. Segundo Antonio Quinet, o que é decisivo na asserção do sujeito não é propriamente a extensão de cada tempo, mas as escansões ou suspensões do movimento que sinalizam momentos de hesitação. Em sua leitura, “o que determina o julgamento do sujeito é a não ação dos outros dois, o tempo de parada”¹¹⁹ de cada personagem, que reflete as dúvidas e incertezas de cada um, obrigando o sujeito a estender seu tempo de reflexão. É a partir dessa experiência que se forma um saber. Saber que se origina de processos próprios ao inconsciente, um saber que não se sabe, em oposição ao conhecimento que se refere aos processos racionais e ligados à consciência.

Lacan parece ter alterado a tese freudiana da anterioridade do juízo em relação ao ato. Segundo esta concepção, o ato antecede a decisão, mesmo que parcialmente, de tal forma que poderíamos falar em um sentido progressivo da decisão (do saber para o juízo e deste para o ato) e de um sentido regressivo da decisão (na qual o ato é antecipado, a percepção do tempo incluída, a falibilidade considerada, a insegurança ontológica inserida).

Há outra abordagem da teoria do tempo lógico de Lacan que desperta nosso interesse, especialmente por considerarmos que o tempo da decisão também se dá em função de uma discursividade. Christian Dunker nos apresenta uma contribuição valiosa ao propor sua leitura

¹¹⁷ GONDAR, J., op.cit.,p. 112

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ QUINET, A. op. cit., p.70.

retórica do tempo lógico¹²⁰[43]. Em seu trabalho ele estabelece uma homologia com o contexto literário por intermédio da articulação entre os planos do significante, do discurso e da narrativa, considerando que o texto de 1945 de Lacan “segue a rotina tradicional da retórica”¹²¹.

A retórica é a arte do bem dizer e seu objetivo é a persuasão por meio de recursos de linguagem. Para que a persuasão aconteça, é preciso despertar no outro uma convicção ou um convencimento. Os termos convicção e persuasão são distintos e segundo Dunker: “a convicção é o resultado subjetivo de uma argumentação, enquanto a persuasão é fruto de um convencimento subjetivo que procura induzir uma relação entre juízos e atos.”¹²² Os termos convencimento (vencer com) e indução, se articulam com a noção de sugestão e passam uma ideia de desautorização e de engano. Ou seja, “o sujeito é levado a aderir a um saber, sem torná-lo próprio.”¹²³

Segundo Aristóteles, existem três tipos de gêneros retóricos: judiciário, epidítico e deliberativo que se referem respectivamente aos tempos passado, presente e futuro. Enquanto o primeiro “avalia a ação realizada” e tem o objetivo de “defender ou acusar”, o segundo “se baseia no elogio ou na censura”; já o deliberativo visa “aconselhar ou demover alguém” de uma ação ou ideia e se orienta para a “tomada de decisão”¹²⁴.

Esses gêneros se articulam com as diferentes disposições de caráter (*pathos*) do destinatário do discurso, sendo que há uma estratégia retórica específica para cada tipo de caráter.

Segundo Dunker, “a temporalidade da linguagem”, que inclui a descontinuidade e o momento propício (*Kayrós*), assim como “os lugares (*Topoi*) pelos quais a alma é conduzida” e por onde os temas e argumentos se desenvolvem, são problemas fundamentais para a retórica. Assim, o autor associa o primeiro momento do tempo lógico (prótase) com a *quaestio* (questão), em que se identifica uma causa. “A causa como questão envolve o reconhecimento de uma contingência que não é imediatamente decidível.”¹²⁵ Nesse sentido,

¹²⁰ DUNKER, C. I. L. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. Cap. 04. Annablume Editora. 2011.

¹²¹ DUNKER, C.I.L. op. cit., p. 164.

¹²² Ibid., p. 146.

¹²³ Ibid., p. 147.

¹²⁴ Ibid., p. 149.

¹²⁵ Ibid., p. 162.

há uma indeterminação de saber, pois é o momento que se limita à apresentação do problema, das regras e condições que permitirão ao sujeito atingir seu objetivo – que, no caso do problema dos três prisioneiros, é a liberdade, por meio da decisão racional de qual é a cor do disco que pende às suas costas.

O segundo momento (hipótese), por sua vez, é o da criação de um saber que advém por meio de uma relação intersubjetiva — cada preso conjectura sobre a possível solução a ser encontrada, baseado apenas na observação do comportamento dos companheiros. Para Dunker, esse é o momento da *dispositio* que na narrativa se associa “ao desenvolvimento da intriga, com a apresentação de fatos e descrições. Nele, as posições delineadas pelos significantes que representam e constroem a situação inicial são expostas a um movimento de ressignificação.”¹²⁶ — ressignificação que se dá em razão da primeira escansão temporal e do consequente desequilíbrio narrativo. O autor acrescenta que, na retórica, o desenvolvimento da intriga refere-se “aos efeitos de suspense, expectativa e dúvida que trazem consigo a exigência de produção de um saber — um saber que deve permanecer *in absentia* para que a trama prossiga.”¹²⁷ Um saber que não é necessariamente um saber consciente e que surge justamente em razão das rupturas temporais, ambiguidades e indeterminações inerentes à própria narrativa.

O terceiro tempo (apódose), referido ao momento de concluir e que se inicia a partir da segunda escansão da temporalidade narrativa, implica no argumento conclusivo que justifica a ação de saída do prisioneiro. Esse é o tempo que “deve precipitar o sujeito num ato que traduz a estrutura de um juízo. Ora, um juízo é uma proposição no modo indicativo: “sou um branco”, “sou um preto””¹²⁸. É quando se dá a assunção do sujeito e o reconhecimento de quem ele é.

A visão do tempo lógico sob essa referência retórica nos parece especialmente propícia para abordarmos os processos de tomada de decisão os quais se desenvolvem particularmente em contextos que lidam com a palavra, como é o caso da clínica psicanalítica e dos processos judiciais. Assim como os analisandos cotidianamente nos apresentam narrativas, as ações que se desenvolvem no âmbito judiciário refletem uma discursividade em que estão presentes fatos a serem examinados; tramas cujos elementos geram suspense, indeterminação e dúvida; argumentos e contra-argumentos dos personagens da cena jurídica.

¹²⁶ DUNKER, C.I.L. op. cit., p. 164.

¹²⁷ Ibid., p. 166.

¹²⁸ Ibid., p. 167.

É a partir da análise de todo esse conjunto, em meio a escansões suspensivas, que se formará o convencimento do magistrado. Contudo, para que o sujeito-juiz consiga formar sua convicção (*Übersetzung*) e decidir, ele precisará descolar-se da demanda do outro e romper com possíveis identificações.

Uma abordagem dos processos decisórios, a partir da teoria do tempo lógico, nos permitirá compreender melhor alguns fenômenos ou distorções que podem ser observados em contextos que exigem um contínuo e extenso trabalho de tomada de decisão. Pelo que foi exposto até o momento, pode-se pensar que elementos como: tempo, dúvida, formação de juízo, ato e angústia subjazem simultaneamente aos processos de decisão e fazem parte de uma estrutura narrativa. Qualquer alteração na covariância e na combinação desses elementos pode comprometer a formação do juízo e levar a atos que expressam aquilo que denominamos patologias da decisão. Nesse sentido, decisões precipitadas podem representar um *acting out* ou uma *passagem ao ato*, enquanto as decisões postergadas ou suspensas podem estar relacionadas a algum tipo de inibição ou angústia; algumas decisões podem refletir um desejo de completude, visando uma onipotência e assim por diante. Nosso desenvolvimento até aqui permite justificar porque pensamos em três grupos distintos de patologias da decisão: aquelas que derivam de um problema na formação do juízo, aquelas que interferem na relação entre o juízo e o ato e aquelas que derivam da articulação temporal do sujeito entre o juízo e o ato.

4.3. Angústia e Ato

Na concepção de Freud, a angústia ou ansiedade (*Angst*) é definida como um estado afetivo provocado por um aumento de excitação da série prazer-desprazer, que tenderia ao alívio por uma ação de descarga. Pode-se dizer que na concepção freudiana existem duas teorias sobre a angústia.

A primeira, econômica, na qual a angústia seria o resultado do acúmulo de excitação da energia libidinal não descarregada, cuja causa seria a repressão. Aqui haveria uma transformação direta da libido em angústia. Esse ponto de vista esteve presente a partir dos primeiros textos de 1895, sobre a neurose de angústia, tendo sido reafirmado em vários artigos de sua obra - *Rascunho E*, *A Interpretação dos Sonhos*, *Gratificação*, *Repressão*, *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* - até por volta de 1925, quando escreveu *Inibições*,

*Sintomas e Ansiedade*¹²⁹[44], em que formalizou, então, o que seria a segunda teoria, dinâmica.

Nesse segundo momento, sem negar que eventualmente a angústia pode surgir de uma transformação direta da libido, Freud passou a considerar a angústia como *senal* de um perigo iminente (interno ou externo) ou de uma situação de desamparo que teve efeito traumático. Nesse caso, o estado de ansiedade promoveria o recalque (*Verdrängung*) como forma de proteger o Eu de um perigo ainda maior, manifestando-se como forma pura dos afetos, ou seja, sem que estes sejam transformados ou qualificados pela repressão (*Repression*). O Eu passou a ser considerado como o único lugar da angústia, já que o Isso não é uma organização e, portanto, não tem condições de avaliar situações de perigo.

Ainda no início de sua obra, Freud fazia uma diferença entre a *ansiedade realística*, devida a perigos externos e conhecidos e a *ansiedade neurótica*, em que os perigos seriam internos, desconhecidos e de natureza pulsional. Diferença que nos reenvia aos dois tipos básicos de juízo: existência e valor.

Posteriormente Freud passou a defender a oposição entre *ansiedade automática* - como reação imediata a uma situação traumática, que promoveu uma experiência de desamparo, em razão de um acúmulo de excitação (interna ou externa) que o Eu não consegue lidar - e *ansiedade como um sinal* - resposta do Eu à ameaça de ocorrência de uma nova situação traumática, que representa um perigo.

O Eu, então, cria recursos para evitar tal situação ou afastar-se dela, por meio de sintomas e da própria manifestação de angústia, como no caso da fobia e da neurose obsessiva.

Seguindo a tese de Otto Rank, Freud passou a considerar o trauma do nascimento como a primeira experiência de angústia vivida pelo sujeito como um perigo pela vida. Esta experiência formaria uma espécie de imagem mnêmica sob a qual as experiências de angústia posteriores se apresentariam como reedições. Do mesmo modo, deu muito valor à sensação ou sentimento decorrente da separação da mãe, primeiro objeto de amor, que serviria de modelo para compreender as outras ameaças de perdas e separações de objetos fortemente investidos ao longo da vida - na fase fálica, a perda do pênis (para o menino) ou do amor (para a menina), produzindo a angústia de castração; e, na fase de latência, a perda do amor do superego, como angústia de consciência ou angústia moral e, por fim, o medo da morte.

¹²⁹ FREUD, S. – Inibições, sintomas e ansiedade. **Obras completas**. Vol. XX. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1926 [1925]/1977.

Para Freud, “a ansiedade tem uma inegável relação com a expectativa: é ansiedade por algo. Tem uma qualidade de indefinição e falta de objeto”¹³⁰. A expectativa está relacionada à situação de perigo; a indefinição e a falta de objeto, à situação traumática de desamparo.

Lacan partiu das elaborações de Freud em *Inibição Sintoma e Angústia*, mas foi além, com suas formulações mais complexas e sofisticadas ao recorrer cada vez mais a figuras topológicas. Dedicou um ano inteiro, de novembro de 1962 a julho de 1963, ao tema da angústia, no Seminário X [45], que girou em torno do seguinte quadro:

	Dificuldade → →		
Movimento	Inibição	Impedimento	Embaraço
↓	Emoção	Sintoma	Passagem ao ato
↓	Efusão	<i>Acting out</i>	Angústia

Assim como Freud, Lacan vê a angústia como um afeto que não é recalcado, caso da coluna da inibição, mas também como efeito do recalçamento (coluna do sintoma) e como fracasso da operação de recalçamento (coluna da angústia). Para ele os significantes que enlaçam o objeto determinam a extensão e a transformação da angústia em outro afeto. A angústia é um afeto que “fica à deriva, deslocado, enlouquecido, invertido, metabolizado”.¹³¹

A angústia estaria no nível do *émoi*, termo francês que indica perturbação, comoção, desassossego, efervescência, tumulto, desnorteamento - a tradução brasileira optou por usar o termo efusão. Lacan ainda postula que a efusão não tem nada a ver com a emoção, que se refere ao “movimento que se desagrega”, é uma “reação catastrófica”¹³². *Émoi* → *esmayer* → *exmagare* significa “fazer perder o poder, a força”¹³³. Portanto, efusão quer dizer perturbação, queda da potência.

Ao final do Seminário, ele retoma o termo *esmayer* para acrescentar que “se trata de algo que se apoia fora do princípio do poder, que ele aproxima do fora de mim ou fora de si”¹³⁴. Segundo ele, a efusão é o próprio objeto *a*, na relação entre o desejo e a angústia. Embora esteja ligada à efusão, a angústia não é causada por esta, porque a angústia é

¹³⁰ Ibid., p. 185.

¹³¹ LACAN, J. – Seminário X - **A Angústia**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1962-1963/2004, p. 23.

¹³² Ibid., p. 20.

¹³³ Ibid., p. 21.

¹³⁴ LACAN, J. op. cit., p. 338.

desprovida de causa. Ao contrário, a angústia é o que determina a efusão. Conforme Lacan afirma, “a efusão, portanto, é coordenada ao momento da aparição do *a*, momento de desvelamento traumático em que a angústia se revela tal como é, como aquilo que não engana, momento em que o campo do Outro, por assim dizer, fende-se e se abre para seu fundo.”¹³⁵ Podemos localizar aqui o caso das decisões tomadas sob forte presença de impulso afetivo para o ato (emoção), com a perturbação relativa da formação de juízos pela intrusão do afeto.

Desde o seminário sobre *A Transferência*, Lacan já afirmava a necessária relação da angústia com o objeto do desejo. Referindo-se à ideia freudiana de angústia como sinal, que se produz no nível do eu, Lacan sustentava:

O sinal de angústia se produz em algum lugar, algum lugar que pode ser ocupado por *i(a)*, o eu enquanto imagem do outro, o eu na medida em que é, basicamente, função de desconhecimento. Ele ocupa esse lugar, não na medida em que essa imagem o ocupa, mas sim enquanto lugar, isto é, na medida em que ocasionalmente essa imagem pode ali ser dissolvida.¹³⁶

Mais a frente ele reassegura que a angústia se constitui a partir de uma relação com o desejo:

[...] só há sinal de angústia na medida em que ele se relaciona com um objeto do desejo, na medida em que este último perturba, precisamente o eu ideal, *i(a)*, originado na imagem especular. O sinal de angústia tem uma ligação absolutamente necessária com o objeto do desejo. Sua função não se esgota na advertência de ter que fugir. Ao mesmo tempo em que realiza essa função, o sinal mantém a relação com o objeto do desejo.¹³⁷

Só que a angústia como sinal para Lacan, diferente de Freud, não se refere a um perigo interno ou externo. A angústia é sinal da relação do sujeito com o objeto *a*, que, como resto, é uma parte daquilo que o sujeito cedeu de si, que é impensável e inacessível a qualquer significação, mas que só se confirma pela experiência de sua falta, pela irredutibilidade do real. Isso sugere que as perturbações da relação entre o juízo e o ato remetem à intrusão do objeto *a*, como causa do desejo, mas também como objeto indutor da angústia.

¹³⁵ Ibid., p.338/339.

¹³⁶ LACAN, J. – Seminário VIII - **A Transferência**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1960-1961/1992, p. 350.

¹³⁷ Ibid., p. 352.

Para Lacan, a angústia sempre está relacionada com o desejo do Outro e com a fantasia. A estrutura da angústia é a mesma que da fantasia. Isto é, há um sujeito em relação com o objeto causa do desejo ($\$ \diamond a$).¹³⁸

O sujeito tem uma dependência fundamental do Outro, uma vez que se constitui no lugar do Outro, a partir da imagem especular. A imagem especular não é exata, pois implica necessariamente uma falta: o que se convoca aí, não aparece, está ausente. A partir dessa ausência, abre-se a possibilidade de uma nova presença, que é do *a*, o objeto causa de desejo, sem o qual não há angústia. É por isso que, para Lacan, a angústia “não é sem objeto”.¹³⁹

O desejo do sujeito é o desejo do Outro na medida daquilo que falta a este Outro e ele não sabe; é por esse desvio que o sujeito tenta ter acesso ao que lhe falta e, portanto, ao que deseja. Entretanto, esse acesso é impossível.

A partir da fábula da fêmea gigante do louva-deus que poderia aniquilar o macho, Lacan demonstra que a angústia diante do desejo Outro surge quando o sujeito não sabe que objeto *a* ele é para o Outro. Esta é uma fonte potencial para a suspensão da passagem do juízo ao ato. O juiz vê-se diante do Outro fornecendo a este a posição de objeto faltante; assim, quando o juízo emitido interfere na posição de fantasia do julgador, o faz decair do lugar de sujeito dividido à posição de sujeito identificado ao objeto.

A angústia também aparece quando a falta vem a faltar. Ou seja, quando aparece alguma coisa no lugar da falta (*-phi*), aí surge a “angústia de castração, em sua relação com o Outro”¹⁴⁰.

Esta coisa qualquer - que se define pelo (*a*), que é resto ou pelo *Umheimlich*, que é o familiarmente estranho ao eu, o duplo de si mesmo, que não se investe ao nível da imagem especular, que não é autenticado pelo Outro e que não engana, porque é a certeza assustadora – remete ao objeto perdido, *das Ding*, à Coisa e é o que suscita angústia, “a única tradução subjetiva”¹⁴¹ daquilo que é a busca desse objeto perdido.

Há uma estrutura, um campo de enquadre da angústia. Aquilo que Lacan chama de cena dentro da cena, onde se manifesta o horrível, o inquietante, o inominável.

Para Lacan, a melhor maneira que o neurótico encontra para se defender da angústia, para encobri-la, é por meio da fantasia, que funciona como “um *a* posticho” e, ao mesmo

¹³⁸ LACAN, J. – Seminário X - A Angústia. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1962-1963/2004.

¹³⁹ Ibid., p. 101.

¹⁴⁰ Ibid., p. 55.

¹⁴¹ Ibid., p. 113.

tempo, como “uma isca para fisgar o Outro”¹⁴². Nesse sentido, a superação da angústia está na dependência da nomeação do Outro e do consequente aparecimento do desejo. Muitos casos nos quais a emissão da decisão trará consequências dramáticas, segundo a suposição do juiz, podem nos remeter a este momento no qual a decisão pende para o traço de desejo do julgador, como fiel da balança que decide a causa para um lado ou para o outro, segundo seu desejo (mas não apenas por isso). Esta subjetivação da relação entre o juízo e o ato, pode ser de extrema dificuldade para um determinado sujeito quando se trata de confrontar-se com sua própria divisão subjetiva. Podemos dizer que esta é a prova de fogo para a prática judiciária, o momento em que o engajamento ético desta atividade mostra-se de forma mais evidente e também mais trágica.

4.4 Modelo para uma psicopatologia da decisão

Cruzando a teoria da formação dos juízos, desenvolvida por Freud, com a noção de tempo lógico, trazida por Lacan, verificamos que elas conservam como elementos polares do processo de decisão, os juízos e o ato para o primeiro; o sujeito, o ato e a angústia para o segundo. Temos, assim, elementos psicanalíticos das duas abordagens tradicionais para propormos uma concepção psicanalítica da decisão, aquela que os pensa como processos inferenciais tendentes à produção da verdade, e aquela que entende a decisão como processo temporal, sobredeterminado pelo real da experiência.

É preciso considerar que a determinação dos processos de decisão não se dá de forma linear entre os dois modelos, ou seja, nada garante que a boa formação de uma conclusão decisional implique em ato jurídico perfeito. Inversamente há atos decisórios que não parecem basear-se em processos judicativos claros e determinados.

Existem inúmeras possibilidades e combinações dos elementos envolvidos na lógica da decisão, mas em todos eles devemos levar em conta as variantes da posição do sujeito diante da formação do juízo (certeza, crença, convicção, dúvida), as variantes da posição do sujeito no tempo (precipitação, urgência, demora, procrastinação, prejuízo) e as variantes da posição do sujeito diante do ato (angústia, divisão, sintoma). Desta forma, incluímos não só os aspectos conscientes e racionais, mas também os pulsionais, próprios à dinâmica do inconsciente.

¹⁴² Ibid., p. 60/61.

Reunindo estes elementos poderíamos pensar em um modelo preliminar de decisão, capaz de representar tanto os aspectos descritivos quanto os lógicos do processo decisório.

	(1)	(2)	(3)
	Instante de Ver	Tempo de Compreender	Momento de Concluir
Formação do Juízo	Crença Preconceito	Dúvida Comparação	Certeza Convicção
Posição do Sujeito	Antecipação Urgência/Risco	Procrastinação Conflito	Precipitação “Pressa lenta”/Escolha
Ato	Angústia Sinal Emoção	Inibição Turvação	Angústia Ontológica Divisão

Este modelo deve ser lido como uma matriz não linear, ou seja, nem sempre se passa da posição (1) para a (2) e desta para a (3).

Nesse sentido, podemos pensar que há processos decisórios nos quais a decisão está tomada com anterioridade, restando ao trabalho de formação de juízos buscar as razões para justificar tal decisão:

Resolvi ouvir em audiência uma adolescente considerada muito agressiva e indisciplinada e que estava criando muitos problemas no abrigo. Ela já havia passado por várias instituições e sempre arrumava briga, quebrava tudo, vivia fugindo. Quando ouvi aquela menina, me ocorreu que as constantes fugas do abrigo aconteciam por que, na verdade, ela queria reencontrar a mãe que não a via há alguns anos. Entendi que era preciso promover uma reaproximação da genitora, mas ela não residia na região. Então, determinei que a adolescente fosse transferida para um abrigo na cidade em que a mãe morava e que a VIJ de lá procurasse localizá-la para tentar restabelecer o contato entre as duas.

Existem aqueles nos quais a dimensão de angústia impõe-se à dimensão da formação de juízos:

Uma mãe acusou o inquilino de ter molestado suas três filhas há cinco anos (a mais velha hoje está com dez anos). Na audiência, percebi que as crianças estavam com um discurso preparado. Fiquei muito aflita, porque caso condenasse o réu e ele fosse inocente, ele seria perseguido na prisão; mas, se, de fato ele tivesse cometido o crime, as consequências para as crianças teriam sido terríveis (e talvez ainda sejam). O tempo decorrido dificulta muito a compreensão do caso. Estou com os autos há mais de dez dias.

Para outros, tanto a formação de juízos quanto a dimensão de angústia parecem não exercer papel obstrutivo, mas, mesmo assim, não se forma a certeza necessária para a decisão:

Nesse caso específico de disputa de guarda, minha tendência é deixar a criança com a requerente, porque aparentemente ela está sendo muito bem cuidada e os vínculos afetivos parecem sólidos, mas vou pedir estudo psicossocial para me sentir mais segura.

Ao contrário das decisões que exigem inúmeras mediações, existem aquelas que parecem se apresentar com imediatismo que antecipa a forma final do juízo:

Era um caso de tráfico, o réu já estava preso há muito tempo por porte de droga; na época, ele foi pego com uma pequena quantidade. Geralmente não sentencio em audiência, porque gosto de ler os autos detalhadamente; mas, nesse caso, achei que deveria arriscar. Mandeí soltar o rapaz.

Por outro lado, existem processos de tomada de decisão para os quais parece se requerer a admissão de um grau de imponderabilidade próprio da subjetivação de um desejo:

Eu estava diante de uma situação muito difícil para resolver. Na minha comarca existem somente dois hospitais públicos. Em um deles o serviço é razoável, mas a demanda é altíssima. Em relação ao outro, recebi várias denúncias quanto à precariedade dos atendimentos e das condições de higiene; contudo ele conta com UTI neonatal. Cheguei a pensar em determinar o fechamento desse hospital, conforme solicitação do MP. Mas, se eu fizesse isso, surgiriam outros problemas: o hospital, que já está sobrecarregado, não teria condições de absorver a demanda daquele que seria fechado; além disso, ele não tem UTI neonatal o que é um grande problema. Decidi manter o hospital funcionando, apesar de sua precariedade e oficieí a Secretaria Municipal da Saúde a tomar providências urgentes e a estabelecer um calendário de metas para implantação das melhorias necessárias, sob o risco de os responsáveis serem processados criminalmente. Eu sei que execução de obras de melhorias num equipamento de serviço público depende de licitações e da liberação de verbas governamentais, o que geralmente demora muito, mas era o que eu podia fazer naquele momento.

O caminho que uma determinada decisão tomará, não é necessariamente ordenado pela precedência do juízo sobre a angústia. Há ainda decisões formais que não se acompanham do tempo lógico do sujeito, ou seja, decisões que não são conclusões.

Esse modelo permite considerar tanto as modalidades de decisão, quanto inferir aquelas que seriam suas patologias mais evidentes: a inconclusividade gerada por inibição diante do risco, a procrastinação defensiva e a fixação à incerteza como patologias do tipo (2); a extrapolação do escopo judicativo, a precipitação como fuga da angústia e o prejuízo por conflito de interesses, como patologias do tipo (3) e a recusa a entrar no processo decisório, a denegação de suas implicações ou o desvio de sua finalidade, como patologias do tipo (1).

5. Análise das Entrevistas com Magistrados

Como já mencionado anteriormente, fizemos duas entrevistas individuais e semidirigidas, com um grupo de oito juízes, de 28 a 35 anos de idade, ingressantes no Tribunal de Justiça de São Paulo no ano de 2010. Nosso interesse foi explorar o discurso sobre o trabalho de decisão judicial de tal forma a esboçar uma patologia dos processos decisórios, mais do que uma eventual patologia do sujeito que decide (entendida como modos preferenciais de alienação do desejo e de relação com o desejo). Na época, todos estavam na condição de juízes substitutos e, portanto, encontravam-se no mais baixo nível hierárquico da carreira. Por serem novatos e inexperientes no exercício da função, podemos afirmar que estavam em processo de aprendizagem da prática judicante e que sua identidade profissional estava começando a se formar. Nesse sentido, é razoável supor que alguns casos apresentados por eles tivessem desfechos diferentes se fossem julgados hoje. Talvez o caráter avaliativo do estágio probatório tenha interferido, de certo modo, nas respostas apresentadas por alguns dos entrevistados, seja promovendo certa inibição ou receio de se expor diante de uma avaliadora, seja impondo mais reserva e cautela diante de certos temas ou ainda suscitando a preocupação de mostrar um posicionamento supostamente esperado pela instituição. Vamos relembrar as perguntas: *Que experiências ou conhecimentos, além dos jurídicos, são necessários para um bom julgamento? Do seu ponto de vista, o que favorece e o que dificulta um processo de decisão? Como é o seu processo de decisão? Relate algum caso crítico, no que concerne ao problema da decisão.*

De modo geral, as respostas obtidas sugeriram que todos desse grupo têm a pretensão de se afastar daquele estereótipo de juiz inacessível, tecnicista, burocrata e com uma visão ultraconservadora do Direito, em que as decisões são resultado de mera aplicação da lei, sem considerar o contexto social, histórico e político da situação julgada. Ao contrário, todos defenderam a necessidade de o juiz estar conectado com a realidade de nosso país e preocupar-se com as garantias dos direitos dos cidadãos e com o impacto de suas decisões tanto para o indivíduo como para a coletividade. Nesse sentido, eles apresentaram na posição dominante (semblante) do discurso uma atitude relativamente crítica e homogênea em relação ao papel do juiz na sociedade, parecendo conscientes dos limites do poder que têm nas mãos e do saber que os orienta em sua prática profissional.

Quanto aos aspectos que favorecem o trabalho de decisão, todos enfatizaram a necessidade de os juízes terem abertura para outros saberes, especialmente aqueles ligados às

disciplinas humanísticas (Psicologia, Política, Sociologia e Filosofia), de modo que seu processo decisório seja mais abrangente e, portanto, mais democrático. Eles foram unânimes quanto à importância de o magistrado não ficar restrito ao conhecimento técnico-jurídico, sob pena de se tornar um legalista: *“quanto maior o conhecimento de outras áreas, menor o risco de autoritarismos.”* Isso aponta para uma consciência distributiva e compartilhadora em termos de divisão da responsabilidade quanto ao ato decisional, ou seja, um discurso que tendencialmente coloca o outro como partícipe do processo, não apenas objeto deste.

Alguns assinalaram que as referências de casos anteriores e as conversas com colegas mais experientes contribuem muito para a análise de situações mais críticas. Outros, por sua vez, enfatizaram que a postura do juiz em relação aos jurisdicionados nas audiências - de respeito, de simpatia e de maior proximidade - são importantes para conquistar a confiança deles, pois facilita a obtenção de mais elementos para posterior formação do juízo como também abre a possibilidade de se propor alternativas e acordos às partes como forma de solucionar os conflitos com mais rapidez.

A maioria destacou, ainda, a importância de o magistrado ter bom senso, maturidade e preparo psicológico para realizar um bom julgamento. Um deles salientou que o juiz precisa se desligar um pouco do mundo jurídico e se voltar para a vida prática, para propor soluções viáveis às partes.

Quanto ao que dificulta ou prejudica o processo de tomada de decisão, certos aspectos foram destacados por todos: o tempo muito curto para refletir sobre os casos, a grande quantidade de processos a serem analisados e as pressões de várias fontes (de advogados, de outros juízes, da instituição). Alguns juízes também assinalaram situações comuns, relativas ao cotidiano processual, que podem se tornar obstáculos no percurso decisório e interferir negativamente nas decisões: provocações das partes ou dos advogados; quando uma das partes não produz as provas que deveria e o juiz percebe que ela será prejudicada, mesmo que a causa originalmente tendesse a seu favor; saber do processo de antemão, o que retira um pouco da imparcialidade que o juiz precisa ter; quando a lei não é clara, exigindo um esforço hermenêutico e uma construção mais laboriosa da decisão. Um dos juízes considerou que questões emocionais fora do contexto judicante também podem interferir negativamente no trabalho decisório.

Na opinião de alguns magistrados, existem dificuldades que são intrínsecas ao exercício da função judicante e que, por si, já tornam o trabalho de decisão complexo. Na visão de um deles, *“chegar a uma decisão é sempre complicado, porque se sabe previamente que alguém irá perder, mesmo que sua reivindicação seja legítima. De alguma forma os*

interesses de uma das partes ficam sacrificados.” Para outro juiz, a maior dificuldade para um bom julgamento é “*saber o que realmente aconteceu, fazer uma reconstrução fática da situação*”. Já uma das entrevistadas salientou que “*é mais complexo tomar uma decisão quando existe o conflito entre ‘fazer justiça’ e ‘aplicar o direito’.*”. Essas opiniões podem ser ilustradas pelo caso que se segue:

Uma senhora aposentada, com vários problemas de saúde em razão da idade avançada, recebe um benefício mínimo do INSS. Por isso, ela depende da renda do aluguel de uma casa que possui para viver, pagar as contas e comprar seus remédios. A inquilina, por sua vez, ficou com câncer e deixou de pagar o aluguel por muito tempo, pois precisou usar o dinheiro para custear seu tratamento, senão poderia vir a falecer. Eu tinha a sensação de que precisava escolher quem iria receber a sentença de morte. Mas não tinha jeito, precisava tomar uma posição. Ao final, decidi decretar ordem de despejo e encaminhar a inquilina para o CRAS¹⁴³, para obtenção de benefício social.

Temos aqui um tipo de decisão que acrescenta ao ato um suplemento reparador ou compensador, quanto aos interesses da parte que perde a causa. Clara expressão de que o sujeito da decisão se apresenta dividido em seu ato.

Outro aspecto também considerado por eles como complicador do trabalho de decisão é estar na condição de juiz substituto. Segundo os entrevistados, o substituto, por atuar em várias áreas, tem uma visão mais “generalista” e frequentemente não vê resultado do seu trabalho porque não participa do processo como um todo, não sabe das razões dos recursos e nem as consequências de sua decisão; diferente do juiz titular que, por dedicar-se exclusivamente a uma única vara, consegue se “especializar” na sua matéria, além de ter mais condições de acompanhar os processos por mais tempo. Esta também é outra circunstância que colabora para que a autoridade do juiz seja posta em questão. Podemos atribuir isso a um déficit de saber, mas também ao fato de que ele não subjetiva perfeitamente (no sentido de se apropriar) do lugar de onde sua decisão o autoriza.

A maioria considerou que as diversas experiências de vida - tanto as positivas quanto as negativas - e as situações que são mais familiares ao juiz, exercem influência significativa no processo de decisão, especialmente nos casos em que há muitas possibilidades de interpretação da lei. Um dos juízes reconheceu que as situações que se assemelham ou se aproximam daquilo que já vivenciou são tratadas sob uma perspectiva diferente em relação ao que é estranho ao seu universo. Para exemplificar isso, ele apresentou o seguinte relato:

Uma senhora precisava de uma autorização para obtenção gratuita de um remédio de alto custo no mercado. Tecnicamente eu poderia ter negado o pedido, porque faltava um documento na petição. Mas o advogado apelou: “Doutor, o Sr. vai ter de decidir se essa senhora vai viver ou morrer”. Embora a pressão do advogado

¹⁴³ Centro de Referência de Assistência Social.

tenha me incomodado muito, decidi a favor do pedido, porque a situação dessa senhora me fez pensar em minha mãe que, no passado, foi acometida por uma doença muito grave e pôde ser salva porque teve a oportunidade de se submeter a um tratamento adequado.

Aqueles que têm filhos referiram que tendem a ficar mais sensíveis em casos que envolvem crianças, por exemplo. Outros ficam mais atentos às questões sociais ou aos problemas relacionados com conflitos familiares, em razão de seu histórico de vida. Nestas situações, podemos dizer que é a identificação que joga seu papel no tempo para compreender, necessário à decisão. Ocorre que a identificação é convocada para tamponar uma divisão aguda enfrentada pelo judicante (deixar viver ou deixar morrer) o que também representa uma identificação proposta pelo advogado. A metadecisão ética, aqui convocada, envolve deixar-se colocar nesta posição, narcisicamente tentadora, de senhor da vida ou da morte, o que por sua vez é alternativa ética à outra identificação disponível na situação, a saber, com a posição de mero funcionário, executor da lei. Como se vê, o problema metadecisional consiste em escolher de qual lugar se efetuará o juízo, o que inevitavelmente coloca em cena a fantasia inconsciente.

Na situação relatada, o juiz parece ter estabelecido uma associação direta entre o pedido que estava sob seu julgamento e uma experiência que lhe foi emocionalmente marcante, pelo risco de morte de um ente querido. Neste caso, é provável que a identificação que se estabeleceu conduziu o juiz a relevar a falta do documento exigido e a beneficiar a autora da ação, sem comprometer o senso de justiça. Contudo, é provável que, em outros casos, a analogia com vivências pessoais venha a interferir de forma menos favorável, sendo reflexo de conteúdos problemáticos do juiz. Imaginemos um magistrado que tenha sofrido um sequestro relâmpago, em algum momento de sua vida, e que essa experiência tenha sido traumatizante para ele, na ocasião. É possível supor que, a menos que ele tenha elaborado esse sofrimento de algum modo, ao julgar um crime desse tipo ele tenha o impulso ou a tendência de extrapolar na penalidade aplicada, por exemplo. Nessa circunstância, o juiz teria perdido o distanciamento necessário para fazer um julgamento com mais isenção. Talvez seja importante considerar, em situações como estas, que a posição de identificação pode ser usada não apenas para mover a tomada de decisão, mas para justificá-la *a posteriori*, muitas vezes apenas na esfera do foro íntimo do juiz. Ou seja, clinicamente os traços de certeza, de impossibilidade de dúvida ou de decisão pré-constituída, contam de forma mais crucial para a avaliação do papel da identificação do que a presença ou a ausência de atos de reconhecimento para com a causa tratada. Um caso, hipoteticamente menos promissor para a mesma situação apresentada, consistiria em decisão idêntica, mas sem a possibilidade de

reconhecer, de incluir e de ponderar o peso da identificação no interior do processo decisório. Aqui a identificação atua como ponto de articulação simbólica entre o juízo e o ato.

No que se refere à forma como chegam a uma decisão, vários do grupo assinalaram que, de modo geral, primeiro partem do que consideram justo para depois buscarem o fundamento legal para a questão a ser julgada. Na visão dos entrevistados, a convicção do que é justo é particular a cada um e está relacionado aos valores e aos princípios filosóficos com os quais o juiz mais se identifica e que o norteiam na forma de interpretar as leis. Como a lei apresenta ambiguidades e indeterminações que permitem várias interpretações, um mesmo caso pode ter desfechos completamente diferentes, se analisados por dois juízes. Um deles afirmou que, por princípio, procura sempre *“adequar qualquer situação aos valores locais”*, além de buscar *“conciliar os seus valores pessoais aos coletivos.”*

Alguns declararam que a decisão pode se anunciar, num primeiro instante, por uma *“intuição”* ou por um *“impulso inconsciente”*, passando, portanto, por uma *“leitura fora dos autos”* sendo *“mais de ordem psicológica do que jurídica”*. Portanto, desse ponto de vista, o conhecimento técnico-jurídico tem um papel secundário no ato decisório. Entretanto, conforme ressalva de um dos entrevistados, dependendo do caso, o juiz pode mudar de ideia no momento da redação da sentença. *“Ele parte do que considera justo, formula o raciocínio e pondera com outros elementos que não foram considerados logo de início. Quando está no raciocínio final, elimina os pré-conceitos e muda sua decisão”*. Esse juiz compartilha da tese de que *“a decisão é um ato subjetivo de vontade, que ao mesmo tempo pode ser racionalizado, controlado”*. Esta linha de depoimentos corrobora nossa hipótese que concede ao ato uma relativa autonomia diante do processo de decisão. A convicção subjetiva transforma-se pelo simples gesto de exteriorizar-se e, por um momento, antecipa-se como interpretação do juízo do Outro. Tudo se passa como se o juízo, primeiramente íntimo (a intuição de justiça), e depois, juízo pessoal (a convicção gerada pelo processo), passasse por um terceiro tempo, no qual seu ato (a redação, apresentação e aplicação da sentença) ressignificasse os dois tempos anteriores.

Uma juíza considerou que a sensibilidade do juiz é fundamental para o entendimento do caso, mas ponderou que uma decisão será tanto melhor quanto mais intelectual for, isto é, *“os argumentos devem ser filtrados para se chegar a uma síntese; ao longo desse processo alguns elementos são escolhidos para que outros sejam excluídos. A intuição é útil no momento de filtrar as provas”*.

No entendimento de uma das entrevistadas há uma diferença na forma de conduzir os julgamentos na justiça federal e na justiça estadual. Segundo ela, na justiça federal, onde as

matérias julgadas são mais estritamente ligadas ao Direito, os impasses são menores e o conhecimento técnico prevalece; já na justiça estadual, onde os dilemas são maiores e há menos clareza nos processos, as experiências pessoais são fundamentais. Para ela, “*a decisão segue a chamada espiral hermenêutica, em que o conhecimento da realidade ajuda na interpretação da lei e a interpretação da lei modifica a realidade. Com o tempo, chega-se à seguinte equação: menos estudo e mais interpretação da lei. Quanto menos a matéria é normatizada, mais espaço o juiz tem para transitar*”. Do seu ponto de vista, há uma metodologia a ser adotada numa decisão, com prioridades de análise que se alternam em sua ordem, dependendo do caso: o aspecto moral, as experiências de vida, os erros e acertos em casos anteriores e, finalmente, os aspectos culturais próprios daquela localidade em que o juiz se encontra.

Dependendo do tipo da matéria a ser julgada, da falta de clareza dos processos e reconhecendo os limites de seu conhecimento, muitos solicitam estudos, laudos e perícias técnicas, na tentativa de obterem novos elementos que possam lhes indicar o melhor caminho. Este recurso foi adotado em alguns casos relatados nessa pesquisa, conforme o exemplo abaixo:

Consideremos o caso de quatro irmãos com 08, 12, 14 e 16 anos de idade respectivamente. A mãe é falecida e eles estão abrigados há cinco anos. Uma tia evangélica extremamente rígida, recentemente mostrou interesse em levar os sobrinhos para a casa dela. Entretanto, o irmão mais velho é homossexual e não aceita sair do abrigo porque provavelmente não será aceito na casa dos familiares e poderá sofrer preconceitos. Se o de 16 não for morar com a tia, o de 14 também não vai querer ir, porque são muito unidos. Como fazer? Separar os irmãos, dois ficam no abrigo e dois saem? Obrigar o mais velho a ir? Ainda não decidi. Pedi estudo psicossocial na casa da tia.

O que esse relato indica, é que o juiz não se sentiu seguro para decidir por estar preso a um dilema: separar os irmãos ou obrigar o mais velho a se sacrificar por todos e viver onde não deseja. Sua convicção não pôde se formar por estar perdido em meio a razões incompatíveis. Diante disso, postergou sua decisão na esperança de que o estudo psicossocial lhe trouxesse elementos mais esclarecedores.

Vários admitiram que, quando se deparam com um dilema insolúvel e não conseguem chegar a uma conclusão, a decisão é elaborada a partir de uma análise puramente técnica e jurídica dos fatos. Por exemplo, se o juiz está em dúvida, no Direito Penal decide-se a favor do réu; já no Direito do Consumidor, beneficia-se o consumidor que é o autor da ação. Nesse sentido, recorrer ao conhecimento técnico pode ser um recurso que ajuda a amenizar a angústia provocada pela indecisão e pela incerteza diante do problema examinado.

Existem casos em que o juiz decide com base em quem não produziu provas. Tais situações, na opinião de um dos entrevistados, geram certa frustração porque *“o juiz se retira da responsabilidade, uma vez que elabora uma decisão artificiosa, indiferente ao que aconteceu”*. Vale salientar que vários entrevistados comentaram ter conhecimento de juízes, que, para não decidir, usam de subterfúgios nos autos empurrando o processo a frente, para que um colega assuma a decisão, atitude considerada por eles como inaceitável.

Aqui nos perguntamos se a “decisão artificiosa, indiferente ao que aconteceu” não aparece também em situações nas quais as provas foram produzidas. Ou seja, será que muitos juízes não adotam uma postura descompromissada ao decidirem, de forma burocrática, revelando, assim, uma reação defensiva às questões envolvidas nos processos que poderiam remetê-los aos conteúdos psíquicos com os quais o juiz talvez tenha dificuldade de lidar? Consideremos ainda o custo subjetivo da decisão. Eventualmente o trabalho de distender e sustentar a indecisão até que se produza uma conclusão lógica pode ser uma disposição prática de muitos juízes, no entanto, a repetição deste esforço, em face dos inúmeros processos, pode representar uma tendência a que esta fonte de angústia seja resolvida por meio da formação de estratégias ou regras de ação, mais ou menos permanentes, para evitar a divisão decisória.

Já o deslocamento da responsabilidade da decisão para um terceiro, em certos casos, mais do que um problema de caráter, negligência ou falta de motivação para o trabalho, não poderia representar a recusa ou a dificuldade do magistrado em passar pelas etapas inerentes ao processo decisório, tal como o depressivo que desiste da luta antes mesmo de começá-la? É possível que sim. Segundo nossa hipótese, situações como essas podem ser consideradas variantes patológicas do processo decisório.

Para alguns entrevistados, é preciso haver um equilíbrio entre razão e emoção; o juiz não deve ser absolutamente racional em suas análises, mas também não pode se deixar levar demais pela emoção, sob o risco de prejudicar seu processo decisório. Por outro lado, há quem defenda que *“o juiz deve pôr mais o coração na decisão”* para conseguir colocar-se no lugar do outro e ser sensível às particularidades do caso e ao contexto sociocultural em que está atuando.

Um homem do campo, muito simples, estava sendo processado pela prática de queimada de eucalipto, o que configura crime ambiental, com pena prevista em lei que pode ir de multa à prisão. Entretanto, esse homem não tinha a menor ideia de que sua prática, levada a cabo a vida toda, fosse crime, porque foi acostumado a agir daquela maneira. Ele tinha família, pessoas que dependiam dele. Desse modo, eu não poderia condená-lo. Então, ele foi advertido e devidamente orientado.

Nessa situação, o juiz parece ter deixado de lado a função que lhe permite aplicar uma punição para assumir um papel mais acolhedor e paternal, que educa e orienta. Ele reduz o peso proporcional do preceito que reza que ninguém pode se declarar ignorante diante da lei, acentuando o peso da intencionalidade de violação da lei (patentemente ausente no caso).

Curiosamente os mesmos entrevistados que destacaram a importância de o juiz ter sensibilidade e flexibilidade nos julgamentos defenderam que, dependendo da natureza do caso, justifica-se certa rigidez na aplicação da lei, pois o juiz não deve ser muito permissivo, uma vez que consideram a decisão como uma espécie de “*recado para a sociedade*”. As decisões vistas dessa forma também teriam um caráter educativo ou uma finalidade profilática. De certa forma, isso é coerente, uma vez que se deve observar também o maior engajamento subjetivo nos atos decisórios quando se trata do sentido inverso da decisão, como se o rigor ou a leniência se apresentassem como duas funções decisórias complementares.

Uma juíza assumiu ser maleável em casos ligados ao direito cível e de família e dura em alguns casos da área criminal, especialmente os ligados ao tráfico de drogas. De seu ponto de vista, esse é um dos problemas mais graves do país, que fomenta uma série de outros crimes por consequência. Diante disso, ela acredita que esses crimes exigem maior rigor, tal como mostra o caso por ela citado:

Condenei uma jovem de 26 anos de idade, a 05 anos de prisão, por crime de tráfico. Sofri muita pressão por parte da advogada de defesa para minimizar a pena porque a moça era ré primária e tinha emprego fixo, mas não cedi, porque vários elementos do processo me levaram à convicção de que essa jovem já era uma profissional do tráfico.

Por esses dois últimos exemplos, pareceu-nos claro que os valores pessoais, as convicções morais e os posicionamentos ideológicos dos juízes têm peso significativo nas decisões e na formação de posições de metadecisão, como as que envolvem a postura mais tolerante ou mais rigorosa do juiz, as quais sofrem variações de acordo com a matéria julgada. Um mesmo juiz pode intimamente considerar que determinados crimes têm maior ou menor gravidade e por isso sua conduta será mais rígida em alguns casos e em outros, mais branda. Este problema desdobra o caráter pessoal da decisão para questões mais abrangentes e relevantes do ponto de vista da Filosofia do Direito, tais como: para quem se faz justiça e se ela deve ser mesmo considerada igual e unitária para todos, independente de suas circunstâncias.

A ideia de que o magistrado, por meio de suas decisões, manda um “recado para a sociedade”, parece revelar uma pretensão de que o juiz não fique restrito, em suas atribuições,

à função de julgar e aplicar a lei, mas que ele tenha uma atuação política mais ampla, mesmo que indiretamente – agente de transformação social, educador, psicólogo, etc. O que nos cabe perguntar é de que lugar o juiz manda seu recado?

Quanto ao tempo que se leva para chegar a uma decisão, um dos entrevistados referiu que, em sua prática, nos casos simples ou mais corriqueiros, geralmente a decisão é rápida: *“faço o resumo do caso, busco os argumentos de cada uma das partes, confronto as teses e finalmente formo meu juízo. A partir daí, busco a fundamentação técnica.”* Entretanto, na opinião de vários juízes, os casos mais críticos exigem maior tempo de reflexão e ponderação. Conforme as palavras de uma juíza:

Quando estou confusa sobre o melhor a fazer, deixo o processo de lado por uns dias e trabalho em outras coisas; nesse meio tempo, penso em algum aspecto do caso, depois em outro; quando pego o processo de volta, percebo que estou com a cabeça mais fria, o problema está mais amadurecido e que tenho mais clareza quanto à decisão a tomar. Se o caso é complicado, deixo em banho-maria por um tempo.

Por essas palavras, que ilustram muito bem a noção de tempo para compreender, podemos imaginar que os casos difíceis são absorvidos pelos juízes aos poucos, sem que eles se apercebam disso muitas vezes. E que para que a decisão seja alcançada é preciso que eles se deixem envolver por essa zona de indeterminação e incerteza que o caso apresenta, mantendo uma espécie de atenção flutuante. Nesse sentido, a conclusão poderá vir não só pela via racional, mas pelo trabalho de eleição de intuições ou pontos de agregação de sentido, sobre os quais se encaminham os critérios dominantes naquela decisão.

Conforme já trabalhamos em capítulo anterior, o tempo da decisão segue uma lógica subjetiva em que os três momentos de evidência, instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir estão presentes. Alguns juízes têm em mente que o trabalho de decisão no âmbito judiciário, de certo modo, é parecido com as linhas de produção industrial. Nesse sentido, procuram ser pragmáticos e adotam procedimentos-padrão com o intuito de acelerar o andamento processual, principalmente em ações mais simples e frequentes. Portanto, para se obter uma certeza, o tempo de compreender tende a ser abreviado; a decisão precisa ser alcançada rapidamente devido ao grande volume de processos em andamento. O problema aparece quando o juiz fica tomado pela pressão por produtividade e atua impulsivamente produzindo decisões precipitadas. Encontramos aqui o caso das decisões por identificação, nas quais se trata de incluir o caso na regra, não a regra legal do ordenamento jurídico, mas a regra de decisão. Mesmo que praticamente existam muitos casos a julgar, cada um deveria ser julgado como único, de forma independente e autônoma. Vemos, então, como a intromissão de

pressões “exteriores” à decisão jurídica, inerentes às contingências práticas desta profissão, parecem constituir uma função complementar com a adoção de estratégias produtivistas na condução das decisões. Tudo se passa como se a perda de isenção de um lado (o excesso de casos) fosse compensada, cognitivamente, pelo excesso de isenção do outro (o julgamento por fórmulas pré-constituídas). Temos, nessa circunstância, a redução do processo ao instante de ver.

No caso de juízes mais minuciosos em suas análises, o tempo de compreender tende a ser mais extenso especialmente em processos de maior complexidade. Geralmente, o acúmulo de experiência traz um ritmo de trabalho que leva a uma diminuição desse tempo de meditação já que algumas dificuldades de um juiz iniciante acabam sendo superadas. Contudo, sabe-se que, para alguns magistrados, a longa prática profissional não impede que o tempo de compreender se alongue excessivamente de modo a produzir certa fixação às incertezas e às hesitações as quais tornam o processo decisório quase que interminável, o que dificulta, atrasa ou mesmo impede a conclusão, lembrando o gozo do obsessivo. O ato precipitado ou aquele que demora excessivamente a realizar-se são sinais patológicos do processo decisório.

No que diz respeito à responsabilidade das decisões, a maioria dos juízes manifestou grande preocupação com as consequências da decisão tanto para as pessoas envolvidas na ação como também pelo que representará para a coletividade: *“É importante o juiz multiplicar os efeitos da decisão, ou seja, ter uma cabeça universal para saber se vai conseguir sustentá-la.”* Alguns entendem que uma decisão pode alterar substancialmente o rumo da vida das pessoas, por isso representa um peso grande para eles. No entanto, uma das entrevistadas revelou outra compreensão sobre a questão. Para ela, uma decisão não traz nenhuma carga, porque seu parâmetro não é *“decidir sobre a vida de alguém”*, mas sim, a *“adequação social”* da conduta da pessoa envolvida no caso. Essa juíza, em particular, tem por princípio privilegiar os valores coletivos em relação aos individuais.

Alguns juízes revelaram que processos relacionados com violência e criminalidade provocam grande mal-estar, principalmente para aqueles que não se identificam com a área criminal. Nesse sentido, eles relataram que encontram maior dificuldade em processos referidos às Varas Criminais, da Infância e Juventude e de Infratores porque essas áreas os colocam frente a situações altamente conflitantes e dramáticas. A natureza de alguns casos, qualificados por eles como “muito pesados e complexos”, produz maiores impasses e diferentes reações, antes ou depois da decisão, que podem ser entendidas como sinais de angústia: alterações de sono, pesadelos, insônia, abatimento ou erupções na pele. Pôde-se

notar que muitos não se sentem preparados psicologicamente para enfrentar determinadas situações e gostariam de contar com mais apoio ou com um trabalho específico que os ajudasse a lidar melhor com as dúvidas e incertezas que esses casos suscitam.

Observamos que, por vezes, a aflição pela complexidade da situação apresentada ou a tarefa de ter de julgar um caso relacionado a uma matéria que não é de sua especialidade, provocam inseguranças no juiz a ponto de turvar sua visão, levando-o a se refugiar no texto legal de forma defensiva. Assim pode-se considerar que, quando o juiz não se sente preparado para julgar uma situação, sua tendência é de atropelar-se na condução do caso. Dependendo do problema, o juiz chega a sair de seu papel e, para contornar a situação, procura ter gestos reparadores após a decisão, o que indica que foi acometido por sentimentos de culpa pela decisão tomada, tal como na seguinte situação:

Um adolescente foi recolhido na rua depois de cometer ato infracional. Ele já havia passado por vários abrigos. No dia da audiência estava muito frio (talvez um dos dias mais frios daquele inverno) e chovia muito. Quando o garoto soube que seria detido novamente começou a chorar muito e implorar para não fosse levado de volta para a delegacia, porque estava muito frio. Fiquei firme na decisão de mantê-lo preso, pois ele não podia ficar solto. Depois soube que o lugar que ele seria levado apresentava condições insalubres, era aberto e os adolescentes sofriam muito no inverno, pois ficavam “congelados”. Fiquei tão mal com essa história que não consegui dormir à noite. No dia seguinte, comprei vários cobertores e levei-os ao fórum, caso houvesse nova ocorrência daquele tipo.

Pensando sobre esse caso, podemos imaginar que a inexperiência dessa juíza aliada à ansiedade frente a uma situação complexa e que exigia uma solução imediata, fez com que sua análise se restringisse ao delito cometido pelo adolescente e à consequente aplicação da penalidade correspondente. É provável que a comoção do menino a tenha assustado, levando-a a um fechamento que a impediu de ter uma escuta mais sensível e de adotar certos procedimentos apropriados ao caso como, por exemplo, tentar obter informações mais detalhadas sobre as condições de salubridade do local ou verificar se haveria outro equipamento prisional para o qual o adolescente pudesse ser encaminhado. Também não lhe ocorreu a possibilidade de determinar que os responsáveis pela entidade acolhedora tomassem as providências cabíveis para garantir que os direitos humanos dos adolescentes não fossem violados. Talvez, se a juíza tivesse conseguido analisar o problema a partir de diferentes aspectos, antes de tomar sua decisão, sua aflição fosse menor. Nesse sentido, parece ter havido uma precipitação na resolução do caso, que implicou em sua tentativa de aliviar a culpa. O caso presta-se para ilustrar perfeitamente a dificuldade de articular um juízo sobre o qual não pairava grande incerteza com o ato, uma vez que este último impunha consequências

que ultrapassavam os fins mesmos do recolhimento. A divisão do sujeito não aparece como angústia, mas é convertida em culpa. Esta é solucionada por medidas que procuram reestabilizar a posição do eu diante de seus ideais.

De modo geral, os casos mais complexos ou que trazem algum tipo de apelo emocional marcam os juízes ou provocam angústia, sendo difícil esquecê-los. Contudo, o esquecimento parece ser um recurso necessário não só como forma de preservação psíquica, mas também como condição de seguir adiante com o trabalho, dado o grande volume de processos. Nas palavras de um dos entrevistados: *“Decidiu, acabou. Esqueceu”*. Neste sentido um caso do qual nos lembramos é um caso no qual a função recaladora não exerceu perfeitamente seu papel. São estes os casos que apontam para o sintoma do judicante.

Um ponto interessante a ser destacado refere-se à forma como os juízes lidam com a possibilidade de cometer erros. Alguns parecem manter uma postura bastante cautelosa e empreendem esforços na tentativa de abarcar a totalidade da situação, isto é, analisam minuciosamente os detalhes do processo, pesquisam os códigos e as jurisprudências a fim de encontrar a fundamentação mais apropriada ao caso, conversam com colegas mais experientes de modo a evitarem erros e injustiças, principalmente nos casos mais difíceis. Ao mesmo tempo, há uma preocupação quanto à própria reputação diante dos colegas e da instituição; em geral, os magistrados ficam aborrecidos quando suas sentenças são reformadas por instâncias superiores do Tribunal, fato que parece expor sua condição de ser falível, o que pode implicar em algum constrangimento. Todavia, para um dos juízes, a possibilidade de ter uma sentença reformada, em caso de recurso, aparentemente não o incomoda tanto; ao contrário, parece minimizar o peso que a decisão tem sobre ele, como se, de certo modo, sua responsabilidade fosse compartilhada: *“analiso bem o processo e decido pelo que considero mais justo; é preferível tomar uma decisão errada a não tomar decisão nenhuma. Se eu errar, me sinto completamente aliviado por saber que existe o Tribunal acima de mim e que minha sentença pode ser reformada.”* Esse juiz, em particular, defende uma postura mais arrojada na forma de encaminhar os casos e faz dura crítica a posicionamentos mais tecnicistas: *“o juiz que se prende somente à técnica e que fica preso ao princípio de segurança jurídica é covarde, desconsidera as particularidades do processo. Ele precisa ousar e criar mais, estar mais preocupado com os direitos daquela pessoa do que com a segurança jurídica. Se errar... pelo menos ele tentou”*. Temos aqui um exemplo de salubridade da atitude judicativa, pois ela inclui em seu próprio processo a falibilidade como princípio, reconhecendo, portanto, que o juízo é uma função coletiva, compartilhada e continuada, ao contrário do exemplo anterior, no qual a sobrecarga do juízo retorna como culpa. Esta estratégia judicativa apresenta ainda uma

distância importante e protetora quanto à interveniência narcísica no processo, reconhecendo que o peso central recai sobre o caso em si e não sobre a autoridade, a legitimidade ou a força da imagem do agente da decisão. A divisão subjetiva, própria do exercício da decisão, torna-se assim suportável, sustentável e não apaziguada pela função de identificação ou pela função sintomática.

Ao incluir em sua prática a possibilidade do risco e do erro, parece ter mais presente para si mesmo a sua condição de juiz não todo; por outro lado, essa postura aparentemente arrojada, pode ser ingenuamente entusiasta e não se sustentar ao longo de sua prática, o que indicaria o ocultamento de outros temores.

5.1 - Modalidades de decisão

A partir do que foi apresentado na discussão sobre o conteúdo das entrevistas, pode-se afirmar que genericamente existem dois grandes grupos de decisão que os magistrados enfrentam no exercício diário de suas funções: as decisões fáceis e as decisões difíceis ou muito difíceis. A fim de explorarmos melhor as variantes dos processos decisórios, entendemos ser interessante estabelecer de forma simplificada uma diferença entre cada uma delas, considerando sua relação com a noção de temporalidade, tal como definimos anteriormente.

Portanto, as decisões fáceis seriam aquelas relacionadas a ações relativamente simples e corriqueiras, baseadas em princípios e regras claras e bem definidas; por vezes, podem seguir um modelo padronizado dada a similaridade e repetição dos casos; as dúvidas e incertezas são rapidamente resolvidas e quase não há mobilização de angústia ou divisão do sujeito. Os três tempos de evidência (instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir) parecem conjugados e reduzidos ao instante de ver. Ex: autorização de pedido de remédio, ações indenizatórias por prestação inadequada de serviços, ação por dano moral, etc. Um problema que a justiça brasileira enfrenta, há muito tempo, e que pode ser caracterizado como um problema social, é que muitas decisões fáceis se alongam indefinidamente.

Já as decisões difíceis ou muito difíceis referem-se aos casos que envolvem questões humanas complexas, com valores pertinentes em oposição ou que desafiam os valores dos juízes ou, ainda, que tenham maior impacto social. Em geral, são casos nos quais as indeterminações na lei são maiores, onde há concorrência de princípios ou ausência de jurisprudências constituídas e, por isso, exigem maior empenho por parte do julgador na interpretação das leis (Vara de Infância e Juventude, Vara de Família, Vara Criminal, Vara

Especial). Mas, podemos dizer que a dificuldade aumenta à medida que o agente da decisão se vê obrigado a incorporar mais e mais aspectos contingentes e particulares da situação julgada. Ou seja, quanto menor a abstração da situação maior a dificuldade. Não obstante, há uma inversão nesta regra que ocorre quando princípios elementares, contudo abstratos, são perturbados por consequências indesejáveis ou intoleráveis. Neste caso, é o excesso de abstração do princípio de aplicação da lei que leva à dificuldade de formulação do juízo.

As situações que se apresentam, por vezes, trazem dilemas e impasses, dúvidas e hesitações que mobilizam angústia ou, ao contrário, provocam de forma reativa um afastamento da angústia. Em geral, os julgadores realizam uma leitura mais detalhista e criteriosa dos autos, pesquisam jurisprudência, consultam colegas ou solicitam estudos técnicos, na tentativa de não cometer erros. Nesse tipo de decisão, espera-se que o tempo de compreender tenha uma duração suficiente para que as variáveis em questão sejam devidamente ponderadas. Contudo, nada impede que ele seja suprimido, implicando em atos precipitados; ou que seja excessivamente elástico, acarretando atraso, adiamento ou suspensão da decisão.

Por essa divisão, poderíamos inferir que entre os processos simples e aqueles considerados como muito complexos corresponde uma gama de decisões que vão desde as mais fáceis até as mais difíceis. No entanto, essa correspondência não é direta. Um caso aparentemente simples pode implicar numa decisão difícil com o surgimento de novos elementos, provocando uma reviravolta no processo; e um problema complexo pode resultar numa decisão relativamente fácil, pela clareza das evidências que se apresentam ao magistrado, levando-o rapidamente da formação de juízo para a convicção da solução a ser dada ao caso.

A partir dos relatos das experiências dos juízes que colaboraram nesta pesquisa, podemos fazer uma classificação complementar das decisões que vai além das categorias de decisões fáceis, difíceis ou muito difíceis. Nos dois quadros a seguir destacamos que nos processos decisórios uma decisão se constrói a partir de alguns meios ou de alguns fins, que podem estar conjugados ou não.

Decisão pelos meios	Características
Elementos racionais	“Faço o resumo do caso, busco os argumentos de cada uma das partes, confronto as teses e finalmente formo meu juízo. A partir daí, busco a fundamentação técnica.”
Elementos não racionais	“Primeiro se decide por uma intuição do que é justo ou um impulso inconsciente; depois se busca os fundamentos legais para justificar a decisão”; “Os fatores que influenciam uma decisão são mais psicológicos do que técnicos.”
Identificação ou analogia pessoal	As experiências pelas quais o juiz passou ou situações que lhe são familiares são referência para a decisão. “No passado meu irmão teve um problema com uma concessionária de revenda de carros e na época eu o representei em uma ação. Essa experiência de quando eu era advogada me ajuda a analisar casos semelhantes.” “Tecnicamente eu poderia negar o pedido de autorização para obtenção do medicamento de alto custo porque faltava um documento na petição. Essa situação me fez lembrar que minha mãe pôde se curar porque teve a oportunidade de se submeter a um tratamento adequado.”

Decisão pelos fins	Características
Caráter educativo	Essas decisões refletem a postura política e ideológica do juiz. “o juiz precisa se preocupar com o impacto de suas decisões na sociedade”, “o ato de decidir tem um aspecto social, pois a decisão é um recado para a sociedade”
Garantir os direitos dos cidadãos	“O juiz precisa ter serenidade e respeitar o direito do cidadão, seja ele quem for.” “Sempre procuro ter uma postura de respeito diante do réu e de seus direitos, mas na escrita da sentença sou cuidadoso.”
Adequação social	“Não há um peso pela decisão, pois o foco não é a mudança da vida do indivíduo, mas a adequação social da conduta dos envolvidos no processo”.

No quadro seguinte apresentamos diferentes modalidades de decisão que, do nosso ponto de vista, podem ser reflexo da divisão subjetiva do julgador. Nesse sentido, algumas delas podem ser consideradas como variantes patológicas da decisão.

Tipos de decisão	Características
Individual	<p>A decisão do juiz é um ato solitário. Tem um peso pela responsabilidade.</p> <p>“Depois que li atentamente os autos, me tranquei no gabinete por meia hora para decidir”.</p>
Compartilhada ou coletiva	<p>A responsabilidade da decisão é dividida com profissionais de outras áreas: “Solicitei laudo médico para saber se houve abuso sexual ou não.”</p> <p>“Determinei avaliação psicossocial da genitora e da requerente a fim de obter mais elementos para a decisão de quem obterá a guarda da criança.”</p> <p>Outra possibilidade se dá pelos acordos entre as partes. O juiz assume a posição de mediador e não de julgador.</p> <p>“Se vocês entrarem num acordo, as duas partes se beneficiam. Se eu for tomar minha decisão, alguém vai perder.”</p>
Decisões criativas	<p>“Casos que não estão previstos na lei exigem um maior esforço hermenêutico do juiz”;</p> <p>“Quanto menos normatizada a matéria, mais espaço o juiz tem pra transitar”,</p> <p>“O juiz precisa arriscar e criar mais, não pode ficar preso à segurança jurídica, pelo bem do que considera mais justo”.</p>
Decisões padronizadas	<p>“Alguns casos são muito parecidos (ações por dano moral, regulamentação de benefício do INSS) então eu sigo um modelo padronizado, pelo grande volume de processos em andamento.”</p>
Exclusivamente técnicas	<p>“Numa situação em que fico confuso e não vejo saída, recorro ao técnico para decidir”</p> <p>“No direito penal, na dúvida a decisão é a favor do réu; no direito do consumidor na dúvida a decisão favorece o consumidor.”</p>
Legalistas	<p>Decisões que procuram garantir a segurança jurídica sem considerar o contexto da ação; não há abertura para o risco, algumas decisões podem estar dentro da legalidade jurídica, mas não necessariamente ser consideradas legítimas do ponto de vista do sujeito.</p> <p>“O juiz que se prende somente na técnica e no princípio de segurança jurídica é um covarde, desconsidera as particularidades do caso.”</p>
Artificiosa	<p>A decisão acontece com base em quem não produziu as provas, o juiz se retira da responsabilidade porque produz uma decisão indiferente ao que aconteceu.</p>

5.2 Vicissitudes da Decisão

Algumas circunstâncias parecem influenciar o processo de tomada de decisão, como por exemplo, as experiências pessoais anteriores ou as situações familiares ao juiz. Nesse sentido, a analogia pessoal ou a identificação com os casos afetam de forma imediata o curso da tomada de decisão. Isso não aparece propriamente como desvio de imparcialidade, mas como levantamento de suspeitas para o próprio magistrado que pode tornar seu processo mais lento e sujeito a verificações ou mais rápido, de modo a se desembaraçar da angústia.

Certas condições subjetivas do juiz - bom senso, maturidade e preparo psicológico - mostraram-se como fatores benéficos à produção de uma boa decisão, ao lado de elementos objetivos como a formação crítica, os conhecimentos multidisciplinares e a abertura para outros saberes. Ao mesmo tempo, entender o contexto social e os valores da época da ocorrência do fato, conhecer o histórico e a evolução das relações jurídicas, do estado social e das garantias de direitos, aparentemente, torna a decisão mais sólida.

Como esperado, o principal fator obstrutivo do processo decisório é a exiguidade do tempo face ao grande número de processos. Pressões externas (de advogados, de promotores, de outros juízes ou da própria instituição), provocações das partes, não produção de provas, questões emocionais fora do contexto de trabalho, são tidos também como vicissitudes que perturbam as condições necessárias para tomada de decisão. Outro fator complicador para a decisão é ter conhecimento prévio do processo antes de analisá-lo, pois compromete a imparcialidade. Já o insuficiente domínio da jurisprudência traz limitações ao trabalho de decisão.

Há outro grupo de problemas que se referem às circunstâncias incontornáveis no processo real de decisão: saber que uma das partes irá perder, mesmo que sua reivindicação seja legítima; a ausência de clareza na lei; os conflitos éticos ou dissonâncias agudas entre direito e justiça. A dificuldade de colocar-se no lugar do outro ou as possíveis intransigências morais do juiz são fatores que prejudicam o processo decisório.

Finalmente, há um terceiro grupo de dificuldades que emerge da novidade da tarefa, ou seja, quando se exige um esforço hermenêutico de construção da decisão, face às circunstâncias inéditas ou incomensuráveis. Aqui a postura do juiz diante da coisa a ser julgada torna-se instável, aparecendo certos qualificativos éticos como favorecedores do processo decisório - a coragem na decisão (ousar, criar, postura mais arrojada) que se contrapõem ao medo de errar e aos limites da segurança jurídica – ou elementos que

atropelam o trabalho de decisão como os estados de mal-estar e a angústia (mais em função do tipo de caso do que pela própria decisão).

Esses aspectos podem ser resumidos no quadro abaixo:

Como interfere no processo de decisão	Fatores objetivos	Fatores subjetivos
Favorece	<ul style="list-style-type: none"> -referência de casos anteriores - pesquisas de jurisprudência -conversar com colegas mais experientes -quando a lei é clara -avaliações técnicas, laudos técnicos 	<ul style="list-style-type: none"> -bom senso, maturidade e preparo psicológico do juiz -conhecimento de várias áreas - abertura para outros saberes -sensibilidade do juiz - colocar-se no lugar do outro - atitudes de respeito, de atenção e de proximidade dos jurisdicionados - equilíbrio entre razão e emoção
Dificulta	<ul style="list-style-type: none"> -ser juiz substituto -volume excessivo de processos -quando uma das partes não produz as provas necessárias -falta de clareza nos autos -ambiguidades da lei 	<ul style="list-style-type: none"> -tempo curto - pressão de várias fontes -provocações das partes -saber do processo de antemão -visão fragmentada dos processos - problemas emocionais fora do trabalho - conflitos éticos: direito x justiça - intransigências moralistas - dificuldade de colocar-se no lugar do outro - não saber o que realmente aconteceu
Pode favorecer ou dificultar	Falta de normatização de algumas matérias, brechas na lei	<ul style="list-style-type: none"> - Experiências passadas - Valores e ideologias pessoais - Situações que são familiares ao juiz <p>Razão x emoção Estados emocionais</p>

5.3. Efeitos do trabalho de decisão

A decisão tem um peso maior para o juiz quando focada nas pessoas que sofrerão os efeitos da decisão – “decidir a vida das pessoas pesa”; mas parece não ter a mesma carga, quando encarada como adequação social, pois o foco se desloca do individual para o coletivo.

Há juízes que se queixam de estados angústia durante as etapas da decisão, pelo medo de errar; contudo, depois que decidem, iniciam um processo rápido de desligamento e afastamento da decisão. É aqui que os casos críticos aparecem como aqueles que não podem ser facilmente esquecidos - seja pelo bom desfecho que apresentaram, seja pela sensação de culpa ou dúvida de ter tomado uma decisão que não foi correta.

A tranquilidade de saber que há uma instância superior ao juiz que pode reformar suas sentenças aparentemente reduz o temor ao erro; em contrapartida, essa tranquilidade também sinaliza o desejo de compartilhar sua responsabilidade pela decisão com um terceiro, o que contribui para o apaziguamento da angústia.

Interessante notar que a maioria dos magistrados não considerou o trabalho contínuo e extenso de decisão como fator de risco para eles mesmos. Nenhum deles vislumbrou um possível desgaste emocional decorrente dessa tarefa, apesar de falarem em angústia e aflição com certa recorrência. Por alguns comentários, inferimos que há uma negação dos riscos a que o magistrado está sujeito em um trabalho exaustivo de tomar decisões. Apenas uma entrevistada citou que o juiz pode vir a ter problemas de saúde e estresse em função dessa atividade. Entretanto, alguns mencionaram certas atitudes que podem manchar o ideal de juiz que eles cultivam como, por exemplo, o juiz tornar-se frio e insensível diante dos casos após alguns anos de profissão ou render-se às frustrações. Outros consideraram que “*se o magistrado não ficar atento, pode se deixar moldar por certo autoritarismo, mandar demais ou agir como juiz na vida pessoal*” ou “*ter o ego inflado*” e achar que sabe tudo. Curiosamente, três juízes afirmaram que, na visão deles, não há risco algum na prática decisória. Um deles, por acreditar que cada situação o faz refletir e é um aprendizado para ele; o outro, porque, na sua visão, o trabalho de decisão vai se tornando mecânico com o tempo, o que contradiz a ideia de que o juiz precisa ter um olhar particular para cada situação. O terceiro, porque considera que, terminado o processo, imediatamente ele se desliga do caso. Por esses aspectos, é possível imaginar que alguns juízes, mesmo novatos, precisam sentir-se inatingíveis em algum nível, como uma defesa contra os afetos que podem ser mobilizados em decorrência dessa atividade. É como se o juiz não pudesse se sentir ou se ver como fraco, por isso ele nem leva em consideração os riscos a que está sujeito.

A classificação retrospectiva dos tipos de decisão confirma a relativa exaustividade das categorias de nosso modelo:

	Instante de Ver “em casos simples ou mais corriqueiros, em geral a decisão é rápida - resumo, busca dos argumentos, confrontação das teses, formação do juízo”	Tempo de Compreender “em casos mais difíceis procuro conversar com colegas mais experientes, consultar livros, jurisprudência e referências de casos anteriores”	Momento de Concluir “decisão criativa, ousada, diante do que não está previsto em lei – o juiz assume o risco. para dar um recado para a sociedade (caráter educativo da decisão)”
Formação do Juízo	Crença Antecipação “de antemão já se sabe que alguém vai perder” “o tipo de matéria julgada ou a natureza da causa produz decisões diferentes”	Dúvida Comparação “há decisões estritamente baseadas na razão, por segurança jurídica, o juiz tem medo de errar, prende-se ao legalismo” “pesquisei bastante, os códigos, as jurisprudências” “quanto menos normatizada a matéria, mais espaço o juiz tem para transitar”	Certeza Convicção “a decisão é como uma espiral hermenêutica – o conhecimento da realidade ajuda na interpretação da lei que, por sua vez, modifica a realidade” “existem casos muito parecidos em que a decisão acaba sendo padronizada”
Posição do Sujeito	Precipitação Urgência “avalia-se o impacto na vida das pessoas envolvidas no processo e na sociedade” “É melhor decidir errado do que não decidir”	Procrastinação Conflito “os casos mais críticos exigem maior tempo de reflexão e ponderação, avaliação do impacto social da decisão - às vezes, provocam insônia, aflição” “Tinha a sensação de que eu iria escolher quem levaria a sentença de morte”	Pressa “lenta” “no ato de redação da sentença, muda a convicção prévia do justo” “decidi pela ordem de despejo e encaminhei a inquilina para o CRASS.”

Ato	Angústia Sinal Emoção “decidimos pela convicção do que é justo, a qual se forma por intuição ou impulso inconsciente, segundo os valores morais, princípios filosóficos e experiências pessoais do juiz” “entendi que a jovem era profissional do tráfico”	Inibição Turvação “há lacunas, ambiguidades e indeterminações na lei, a construção da decisão exige um esforço hermenêutico.” “em dilemas insolúveis – recorre-se ao conhecimento puramente técnico: no Direito penal, a decisão é a favor do réu, no Direito do consumidor a favor do consumidor”	Angústia Ontológica Divisão “primeiro “decide” pela intuição, depois se procura uma fundamentação jurídica - a decisão é mais psicológica do que jurídica, a questão jurídica é secundária” “Sou dura com crimes ligados ao tráfico de drogas, eles fomentam uma série de outros crimes”
------------	---	---	---

5.4 O tempo lógico da decisão judicial

No âmbito da magistratura, embora o tempo cronológico tenha uma importância capital, já que os procedimentos legais seguem ritos e prazos determinados por lei, pode-se dizer que, no exame dos autos, desde a instauração do processo até a promulgação da sentença, o juiz também lida com essa outra forma de temporalidade lógica, passando pelos três momentos de evidência: instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir.

Ao abordarmos as vicissitudes dos processos decisórios podemos pensar que as diferentes modalidades de decisão implicam em maior ou menor tempo de compreender. Aquelas aparentemente simples e corriqueiras parecem conjugar os três tempos e quase reduzi-los ao instante de ver. As decisões mais complexas, supostamente, exigem a extensão do tempo de meditação, contudo, se este for longo demais, corre-se o risco de atrasar o momento de concluir, se curto demais ou suprimido, o risco é a precipitação da conclusão.

Passemos agora para alguns exemplos que podem ser ilustrativos dos três momentos de evidência do tempo da decisão judicial.

Caso 01. Denúncia de abuso sexual contra uma criança de 10 anos. O processo demandou avaliação urgente da Vara de Infância e Juventude de uma comarca no interior do estado de São Paulo, pelo risco da continuidade da prática de abuso.

Uma menina de 10 anos acusou o padrasto de tê-la abusado sexualmente e manifestava o desejo de morar em São Paulo com uma tia de quem gostava muito. Ao tomar conhecimento do caso, o juiz responsável solicitou estudo psicossocial imediato para a apuração da denúncia. Verificou-se que a família, que no passado vivia na comarca onde foi aberto o processo, há pouco mais de um ano mudou-se para outro estado. Todos estavam em férias visitando os parentes e já prestes a retornar para a atual moradia. Com o laudo psicossocial em mãos, o juiz convocou todos da família para serem ouvidos em audiência: mãe, padrasto, pai e irmãs. Concluiu que o abuso não procedia e que a menina havia mentido por não gostar de morar na referida cidade, ela sentia-se sozinha, sem amigos e não entendia as razões da mudança. O juiz entendeu que ninguém da família havia explicado a ela os verdadeiros motivos da mudança de cidade e que, além disso, lhe haviam prometido coisas que não foram cumpridas. Mas a menina mantinha-se irredutível, fazendo escândalo e dizendo que se não fosse viver com sua tia se mataria. Diante dessa situação, o juiz ficou muito tenso, com medo de cometer um erro. Depois de ter ouvido a todos e lido o laudo técnico, fechou-se em seu gabinete e ficou sozinho por meia hora para pensar sobre o caso. Ao final, resolveu não ceder à chantagem da menina, porque ponderou que se fizesse isso comprometeria a formação do caráter dela – “ela iria aprender que para conseguir as coisas bastaria mentir e chantagear”. Decidiu pela improcedência da denúncia, determinou que a criança permanecesse com a família e arquivou o processo. Segundo o juiz, todos os procedimentos foram realizados no mesmo dia.

Nesse caso, os momentos de evidência poderiam ser identificados da seguinte forma:

- 1- Instante de ver – o juiz tomou conhecimento do teor da denúncia e pela gravidade da situação solicitou estudo técnico para aprofundamento do caso;
- 2- Tempo de compreender – analisou o laudo técnico, ouviu as partes envolvidas, fechou-se em seu gabinete para refletir e ponderar todos os elementos apresentados.
- 3- Momento de concluir – diante da urgência da demanda do outro enfrentou a angústia pelo medo de errar e chegou à certeza de que o abuso não ocorreu e que a criança deveria ficar com a família, arquivando o processo.

Caso 02 - Adoção e Destituição do Poder Familiar

A requerente à adoção e a genitora da criança conheceram-se na prisão. A requerente era a visitante e a genitora estava cumprindo pena. Com o tempo, ambas travaram uma amizade e a requerente passou a cuidar do filho da amiga. A requerente cuidou da criança por vários anos e, pelo vínculo que se constituiu, decidiu entrar com pedido de adoção. Depois de já ter cumprido sua pena, a mãe biológica, manifestou o desejo de reassumir a criança, alegava não dever mais nada à sociedade, ter vínculo empregatício e moradia fixa. A análise preliminar da juíza, decorrente da leitura dos autos e oitiva das partes em audiência, direcionavam-na a julgar a favor da requerente, por considerar que, aparentemente, ela estava oferecendo bons cuidados à criança e proporcionando-lhe boa formação, além de ter solidificado o vínculo afetivo com a criança. Mas

para dirimir algumas dúvidas e melhor fundamentar sua decisão, determinou estudo psicossocial do caso. Após alguns meses, terminados os procedimentos de rotina previstos em lei e com o laudo técnico favorável à requerente, reafirmou sua posição e sentenciou a favor do pedido de Adoção.

Nesse caso, o tempo de compreender parece ter-se estendido em dois momentos: na reflexão sobre os dados obtidos pela leitura dos autos e pela oitiva em audiência, que levou a uma conclusão provisória; e depois, por meio do apoio do laudo técnico, que levou à conclusão definitiva. Houve momentos de parada (escansão temporal) em que as dúvidas surgiram para, em seguida, se chegar ao momento de concluir o que havia sido previamente definido, porém não formalmente assumido.

Conforme apontado anteriormente,¹⁴⁴ é preciso lembrar que fatores extrajurídicos como a formação cultural e ideológica, os valores morais, filosóficos e religiosos, bem como as experiências pessoais, a estrutura psíquica do julgador e sua divisão subjetiva, participam dos processos de decisão e podem interferir nas situações a serem julgadas de modo a precipitar, interromper ou suspender o tempo de concluir.

É comum que os processos que envolvem questões humanas mais complexas, ou que coloquem em questão os valores pessoais do juiz, ou ainda que lhes tragam algum tipo de apelo emocional gerem maior angústia ao juiz do que aqueles relacionados a ações de ordem administrativa, indenizatórias, falência, direito do consumidor, etc. É claro que o que pode ser angustiante para um não o seja para outro; tudo vai depender da forma como o juiz lida com os efeitos de sua divisão subjetiva. Contudo, alguns dilemas podem ser vividos de forma intensa e, no limite, provocarem determinadas reações que se tornam obstrutivas ou impeditivas do processo decisório.

Para ilustrar o que queremos dizer, sugerimos nesse momento um exercício de imaginação. Convido o leitor a colocar-se no lugar de um juiz nas cenas que se seguem.

1º Dia

Essa semana foi terrível. Estou morto de cansado. Dormi pouquíssimo nos últimos dias para dar conta dos processos e audiências e não deixar nada em atraso. Ainda tenho vinte processos para finalizar. Também, não fiquei mais do que dois dias em cada Vara e aquela pilha de casos para resolver. Mas ainda bem que o fim de semana está chegando e vou poder descansar um pouco. Já é sexta-feira, quase final do expediente. Não vejo a hora de ir para casa, encontrar minha esposa, providenciar os últimos preparativos para a chegada do nosso bebê. Espero não levar tanto trabalho para casa dessa vez. É, vou ter de me organizar mais daqui para frente para conciliar as exigências do trabalho, o apoio à minha mulher e a ajuda nos cuidados com o meu filho. Meu primeiro filho...

¹⁴⁴ Ver capítulo... que trata da análise das entrevistas com juízes.

Será que serei um bom pai? Vou saber educá-lo, passar bons valores para ele? Quanta responsabilidade! A gravidez já está chegando ao final, logo, logo ele vai nascer...

— *Com licença, Doutor. Chegaram esses dois processos para o senhor decidir em caráter de urgência.*

— *Do que se trata?*

— *Pedido de autorização de aborto.*

— *Os dois?*

— *Os dois.*

— *Deixe-me ver. Medida liminar¹⁴⁵, de decidir isso em três ou quatro dias, no máximo. Esses casos parecem ser daqueles que me tiram o sono. Vou levá-los para casa e analisá-los com calma. Preciso estudar cada um e pensar bem sobre o que fazer. O problema é esse prazo tão curto.*

.....

2º Dia

Estou angustiado e com uma sensação de estar carregando um peso enorme em meus ombros. Já li e reli esses autos umas quatro ou cinco vezes e estou com dificuldade de me posicionar. Não sei qual dos dois casos está sendo mais complicado para mim: o do feto anencéfalo¹⁴⁶, que provavelmente terá poucas horas de sobrevivência após o nascimento ou da interrupção da gravidez da adolescente de 14 anos, em que há presunção de violência.

Não consigo dormir, meu estômago está doendo... Não imaginei que essa situação mexeria tanto comigo. Será que estou mais sensível diante da iminência do nascimento de meu filho? Será que de certo modo me deixei influenciar pela forte religiosidade da minha família? Mas há muito tempo me afastei dos temas espirituais, no início da faculdade me identifiquei com a ideologia de esquerda que vem norteando meus passos até aqui. Aliás, lembro que, por muito tempo, me considerei ateu. Mas hoje tenho dúvida se Deus existe! Às vezes acho que sim, às vezes acho que não.

Mas preciso decidir logo! Estou me sentindo pressionado por esse prazo tão enxuto. E quanto mais pressionado, parece que pior fica a minha capacidade de decidir. Não há tempo hábil para intimar as partes e ouvi-las, o que poderia me dar mais elementos para essa decisão. Será que deveria conversar com algum colega a respeito? Mas, se eu expuser minhas dúvidas em relação a esses casos, posso prejudicar minha imagem perante os outros juízes, eles podem achar que não estou querendo julgar. Acho que devo resolver isso sozinho, afinal um juiz sempre decide solitariamente. Preciso ler mais atentamente os processos e analisar cada detalhe dos casos, pois não devo ser injusto; ao mesmo tempo, não posso ser contra minha consciência.

.....

3º Dia

Não me sinto seguro de que a autorização dos abortos seja a melhor decisão. Estou em conflito. As questões espirituais estão me perturbando na avaliação desses casos, estou confuso.

¹⁴⁵ Medida liminar é um provimento judicial de caráter emergencial que visa garantir o direito do requerente, cuja ação, se não for assegurado de imediato, poderá incorrer em prejuízo irrecuperável à parte, tornando inócua a concessão tardia da segurança desejada ou impossível de ser exercido o direito reconhecido. No caso de um pedido de autorização de aborto, se o processo seguir o tempo normal, poderá implicar na impossibilidade de realização do procedimento médico pelo risco de morte à gestante.

¹⁴⁶ Essa estória supõe que a lei que aprovou o aborto de fetos anencéfalos ainda não teria sido aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, como foi recentemente, em 2012.

Afinal de contas, seriam vidas interrompidas. Será que eu tenho o direito de interferir no curso da vida de alguém, nesse nível?

Se Deus existe e eu me manifesto a favor dos pedidos de aborto, estarei cometendo um erro grave, autorizando um ato que vai contra a continuidade da vida. Por outro lado, se eu tivesse a firme convicção quanto a não existência de Deus, talvez fosse mais fácil me manifestar a favor dos pedidos, pois existem elementos justificáveis que apontam nessa direção. Não sei, penso no meu filho que logo vai nascer. Caso decida contra a autorização, quais seriam as consequências para as pessoas envolvidas? Tento me colocar no lugar delas. Como deve se sentir uma gestante carregando um feto que, de antemão, já se sabe que não irá sobreviver? Imagino que seja um imenso sofrimento. E a adolescente? Suspeito de que ela consentiu no ato sexual e que é a mãe dela quem a está pressionando a fazer o aborto, não sendo um desejo verdadeiro da jovem. Mas como me certificar disso? Por outro lado, pela idade dela há a presunção de violência. E se, de fato, ela foi violentada? Como ela se vincularia a esse filho que é fruto de uma experiência tão traumática e que por isso já está sendo rejeitado antes de nascer, não só por ela, mas também pela avó? Será que essa jovem teria maturidade e estrutura psicológica para assumir os cuidados do bebê e dar-lhe o afeto necessário?

.....

4º Dia

Passados quatro dias, não posso adiar a decisão; e encaminhar esses casos para outro colega está fora de cogitação. Percebo que estou num dilema moral: manter-me fiel aos valores que me formaram, sendo contrário ao pedido; ou aderir às alternativas que a lei propõe nesses casos e posicionar-me favoravelmente. Embora haja jurisprudência em casos de anencefalia, não me sentiria em paz com minha consciência caso permitisse o aborto. Não posso ser responsável pela interrupção de uma vida. O mesmo acontece em relação à adolescente. Diante disso, resolvi negar os pedidos, mas deixarei brechas nas sentenças que permitam recurso imediato. O curioso é que, mesmo encontrando fundamentos legais consistentes para justificar minha decisão, ainda continuo angustiado. Por quê? Será que fiz a escolha certa?

Apesar de seu conteúdo ficcional, a situação apresentada acima não está distante da realidade judicante e é perfeitamente possível de ser vivenciada por qualquer juiz, seja ele novato ou muito experiente, por que coloca em questão valores pessoais.

Existem diferentes circunstâncias que eventualmente podem capturar os juízes e, por conseguinte trazer-lhes dificuldades, embaraços e até mesmo algum bloqueio no processo de tomada de decisão, por melhor que seja sua capacidade decisória. O sujeito se vê atravessado por algo que está para além de seu controle racional e consciente e que denuncia um não saber sobre si mesmo e sua divisão subjetiva; surgem pontos obscuros de sua personalidade que, por vezes, lhe provocam sensação de estranhamento, de estar em descompasso com aquilo que se espera dele ou de não se reconhecer na forma de agir, o que lhe provoca mal-estar.

Em alguns momentos, as certezas ficam abaladas e a angústia aflora. Entendemos que é até interessante que assim o seja, e que seria importante que as pessoas que trabalham cotidianamente com tomadas de decisão não se furtassem a esse tipo de vivência, pois, em

tese, as possibilidades de reflexão se abrem, diminuindo o risco de imposturas ou atitudes autoritárias. Espera-se que, em uma decisão judicial, o magistrado analise e pondere os vários elementos do caso concreto tendo suficiente abertura e flexibilidade de pensamento para examinar a situação apresentada dentro do contexto social, histórico e cultural em que está inserida. Mas também é interessante que ele fique atento não só aos aspectos objetivos do caso e à racionalidade que lhe é necessária empreender para a sua solução, mas também aos seus conteúdos subjetivos, ou seja, as reações físicas e emocionais relacionadas à situação a ser julgada (afetos, inseguranças, dúvidas, preconceitos) e procure entender o sentido que isto pode ter no seu trabalho de decisão – seria uma identificação com alguma questão pessoal pendente, um desejo onipotente de ser super-herói, um preconceito? Portanto, é desejável que o julgador não se restrinja a um único aspecto ou que não se refugie no texto da lei de forma defensiva, como forma de aplacar sua angústia ou de eximir-se da responsabilidade de sua decisão.

Nossa fábula, tal como foi construída, parece exemplar no sentido de que o personagem se colocou em uma posição que assinala sua paralisia diante de um problema e sua impossibilidade de avaliar os vários elementos envolvidos na questão, atendo-se a um único ponto.

Nessa situação criada, nosso juiz se viu diante de um caso polêmico que o mobilizou de tal forma, tornando evidentes os conflitos decorrentes de sua posição fantasmática diante do Outro (Deus x Lei). Não obstante, o conflito social envolvendo o aborto é real, amplamente indeterminado e assinala vivamente que a lei não é uma abstração perene e idêntica a si mesma ao longo do tempo. A lei se transforma, e isso ocorre também graças às reformulações e aos critérios práticos de decisão. Tomado pela angústia, seu tempo de compreender pareceu insuficiente para dirimir suas dúvidas ou fazer com que se distanciasse minimamente de seus valores pessoais e rompesse com suas identificações. Também não conseguiu confrontar diferentes ideias e posicionamentos. É como se tivesse ficado absorvido pelo instante de ver. Embora tenha havido hesitações e suspensões em seu movimento decisório, ele não chegou a uma certeza antecipada que lhe permitisse assumir sua posição de fato, pois ficou preso na dúvida. Apesar de sua sentença ter sido proferida dentro de estrita legalidade, o juiz não ficou tranquilo com a decisão tomada, não ficou “em paz com sua consciência”; as dúvidas e a angústia permaneceram. Nesse caso, sua decisão parece ter sido resultado de uma conclusão precipitada diante da urgência da demanda do Outro, nos termos de Maria Rita Kehl, ou de um momento de concluir que ficou em suspenso.

Aqui cabe uma pergunta: do ponto de vista do sujeito, será que o fato de se tomar uma decisão amparada na lei necessariamente a torna legítima? Pensamos que não. Acreditamos que em razão de uma divisão subjetiva que não é eliminável - já que sempre haverá um sujeito do enunciado e um sujeito da enunciação - frequentemente os magistrados enfrentam dilemas entre o que é legal e o que é legítimo, o que é moral e o que é ético, o que é estar de acordo com o Direito e o que é fazer Justiça, porque, muitas vezes, as alegações apresentadas pelas partes são igualmente justificáveis e o juiz precisa eleger quem vai receber um determinado benefício e quem sofrerá as sanções legais, por exemplo.

Voltando ao nosso personagem, em razão de um dilema que lhe parecia insolúvel e na tentativa de aplacar sua angústia e amenizar a culpa por um provável erro de sua parte, ele recorreu a uma solução de compromisso: decidiu contra o pedido, para não contrariar seus valores espiritualistas, mas deixou em aberto a possibilidade de um recurso que torne possível uma nova decisão, desta vez, a favor do pedido, o que o tornaria coerente com sua postura ideológica. De certo modo, é como se informalmente esse juiz tivesse deslocado ou adiado sua implicação na decisão e transferido indiretamente sua responsabilidade para um terceiro.

Será que, se nosso personagem tivesse um prazo mais extenso, a decisão seria outra? A urgência do tempo o pressionou de tal maneira que ele não conseguiu se desvencilhar da demanda do Outro, não pôde conversar com as partes, nem consultar colegas para confrontar diferentes formas de apreciar a questão. É improvável que mais tempo mudasse os polos do conflito, pelo contrário, a subjetivação do tempo ao modo da urgência, neste caso, é apenas a expressão de que ele sabe que seu juízo será “imperfeito”, e a exiguidade do tempo surge como objetivação racionalizante desta imperfeição. Esse aspecto é relevante especialmente se considerarmos que na realidade dos Tribunais de nosso país, de fato, os juízes sofrem grande pressão em relação à produtividade das decisões, em razão do tempo escasso e o grande número de processos em andamento, o que nos faz supor que muitas decisões acabam por ser precipitadas. É claro que não se tem a vida toda para se tomar uma decisão, já que a vida das pessoas não pode ficar em suspenso indefinidamente. Contudo, suspeitamos que a pressa alucinante conduz a efeitos subjetivos que prejudicam o trabalho de decisão.

Maria Rita Kehl, em sua análise da atualidade, faz uma afirmação que nos parece pertinente, especialmente quando pensamos em situações que exigem decisões:

A temporalidade tecida de uma sequência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação, não sustentados pelo saber que advém de uma prévia experiência de duração, é uma temporalidade vazia, na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido. A

verdade do encontro com o saber inconsciente depende não apenas do impulso, mas da dialética entre duração e conclusão [...] ¹⁴⁷

Considerando a passagem acima, nos perguntamos se é possível que certos contextos que exigem alta produtividade de decisões, como no âmbito dos processos judiciais, por exemplo, de fato, levam em conta a importância do tempo de duração ou se seriam propulsores de *acting outs* ¹⁴⁸[47] ou mesmo de *passagens ao ato*, em razão da velocidade alucinante que se impõe nos julgamentos. Assim, a ideia de “pressa lenta”, trazida como referência pela autora, nos parece sugestiva para pensarmos sobre os processos de decisão a partir de outra perspectiva.

Vamos tentar entender minimamente o que vem a ser esse tempo de duração.

Embora a expressão “duração do tempo de meditação” tenha sido referida por Lacan em sua argumentação sobre o tempo de compreender, o conceito de duração não foi trabalhado no artigo sobre o tempo lógico. Outro termo que também passa quase que despercebido na leitura desse artigo lacaniano, mas que para nossa pesquisa sobre a decisão parece interessante de se trabalhar é intuição.

Duração e intuição são conceitos correlacionados que formam a base da filosofia de Henri Bergson (1859 – 1941). Façamos uma ligeira aproximação do contexto histórico em que viveu esse autor e de alguns pontos de sua teoria.

A obra do filósofo e diplomata francês, contemporâneo de Freud, exerceu grande influência na primeira metade do século XX. Embora imerso numa cultura essencialmente positivista, Bergson era um importante crítico da produção científica da época, cujos pressupostos metodológicos valorizavam o uso exclusivo de dados mensuráveis, submetidos às leis da causalidade, tendo a Física como principal modelo. Dentro desse espírito, a Psicologia desse período buscava quantificar os fenômenos psíquicos e explicá-los recorrendo a causas físicas, numa redução do mental ao cerebral, o que veio a reforçar o ramo da psicofísica. Bergson não aceitava o determinismo psicológico preconizado pela psicofísica, que entendia os fatos ligados à consciência como sendo de natureza física e por isso defendia que a investigação em psicologia deveria ser empreendida para além do campo material. O filósofo considerava que os cientistas da época confundiam os conceitos de tempo e espaço,

¹⁴⁷ KEHL, M. R. - Os tempos do Outro. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**, cap. V, p. 116 – Boitempo Editoria, 2009, São Paulo.

¹⁴⁸ *Acting out* é um “termo usado em psicanálise para designar as ações que apresentam, a maior parte das vezes, um caráter impulsivo, rompendo relativamente com os sistemas de motivação habituais do indivíduo, relativamente isolável no decurso de suas atividades e que toma muitas vezes uma forma auto ou hetero-agressiva.”(LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Acting out. Vocabulário da Psicanálise*. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo, p. 28. 1967/ 1986.)

interioridade e exterioridade o que levava a uma “justaposição numérica e espacial dos estados psicológicos” ¹⁴⁹[48], de natureza interna e caracterizados por multiplicidades qualitativas e temporais.

Ao longo de seus estudos, Bergson interessou-se pelo problema do tempo e sua duração. Ele concebeu modalidades de tempo diferenciadas e que coexistem sempre, apesar de apresentarem características incompatíveis. Para ele a temporalidade é apreendida de duas maneiras:

1- objetiva ou pelo conhecimento exterior (relativo) que se dá por intermédio da consciência, da inteligência, através de medições e que pode ser exprimível pela linguagem e seus conceitos. É o tempo dos físicos e dos matemáticos, compreendido como uma linha imóvel e irreversível que permite medir a duração das coisas, numa sucessão múltipla de eventos que acontecem num espaço homogêneo, no qual os fatos se alinham e se justapõem. Esse é o tempo espacializado, um tempo considerado por ele como fictício.

2- subjetiva ou pelo conhecimento interior que advém da intuição, dos estados afetivos, dos movimentos corporais ou das lembranças e que não pode ser traduzido em forma discursiva. É o que ele chama de tempo real, de tempo vivido, tempo da duração, o “próprio tecido do real”. Esse tempo é relacionado ao eu e à experiência individual; por ser subjetivo, é qualitativo, reversível (pelos atos de memória) e não mensurável. O tempo de duração é aberto, fluido, escoia indefinidamente, por isso não compreende limites e está em constante mutação.¹⁵⁰[49]. É um tempo heterogêneo e que Bergson considera como sucessão, continuidade, mudança, memória e criação.¹⁵¹[50]

Na visão de Bergson, o tempo é a condição fundamental da ação, ou melhor, o tempo é a própria ação. E é pela ação que é possível conhecer as coisas: seja por um conhecimento exterior e relativo, ligado ao eu superficial que trabalha com a inteligência operacional e atende às exigências da vida social e prática; seja por um conhecimento interior, voltado para o absoluto, ligado ao eu profundo que permite ver a totalidade das coisas. O eu superficial se caracterizaria por ser imóvel, rígido, limitado e situado pela matéria, enquanto eu profundo ou, eu interior, seria fluido, movente e sem fronteiras. Para Bergson, o eu interior é aquele

¹⁴⁹ ROSSETTI, R. Bergson e a natureza temporal da vida psíquica. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. Vol. 14(3), p. 617, 2001.

¹⁵⁰ MELLO, I.C.A.P. – Henri Bergson, o filósofo do tempo. **Infinito instante**: um olhar bergsoniano sobre o tempo nas fotos de Hiroshi Sugimoto. Tese de Doutorado, cap. II, pp. 25-32. PUC RJ, 2009.

¹⁵¹ COELHO, J. G. – Ser do tempo em Bergson. **Revista Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v.8, n.15, p.234, mar/ago 2004.

“que sente e se apaixona, o que delibera e decide, é uma força cujos estados e modificações se penetram intimamente.”¹⁵²

Portanto, no entendimento de Bergson, a vida psíquica tem uma qualidade exclusivamente temporal, interior, de pura intensidade; diferente do espaço cuja qualidade é exterior, extensa e mensurável. Para o filósofo, a realidade psicológica experimentada como plena duração revela-se como uma “sucessão indistinta da multiplicidade qualitativa dos estados da consciência que se interpenetram em constante e contínua mudança.”¹⁵³ A duração pode ser entendida também como a criação permanente do novo, ou seja, nada é permanente a não ser a diferença e a mudança. A duração é um processo contínuo em que um ser vai se diferenciando de si mesmo. Nesse sentido, é um momento de liberdade e de experimentação.

A duração também é definida como a passagem que liga o presente ao futuro, é “a qualidade psíquica que une as sucessivas transições que ocorrem entre os instantes *antes* e os *depois*.”¹⁵⁴ Essa passagem se revela como um intervalo de indeterminação. Nas palavras de Jô Gondar,

[...] um intervalo de indeterminação [...] a ele Bergson vai fornecer mais um nome: ‘subjetividade’. Ou seja, subjetividade é tempo, é indeterminação, é ação retardada. Quanto mais um ser vivo é complexo, numa escala evolutiva, maior será o seu intervalo de indeterminação — menos o seu comportamento será automático, determinado, e mais chance ele terá de hesitar, esperar, escolher, inventar.¹⁵⁵

Nesse sentido, o presente só pode ser entendido como um decorrer; ao mesmo tempo, o presente é identificado com a própria consciência, pois, na visão de Bergson, a consciência tem a função de propiciar a impressão de continuidade entre o passado e o futuro, já que ela é a memória do passado e a antecipação do futuro¹⁵⁶. Segundo Bergson, a “duração não existe

¹⁵² BERGSON, H.(1889/1988) - *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução Gama, J.S. Lisboa: Edições 70, apud ROSSETTI, R. – Bergson e a natureza temporal da vida psíquica. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**. Vol. 14(3), 2001, p. 618.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ KEHL, M. R. Os tempos do Outro. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões, cap. V, p. 128 – Boitempo Editoria, 2009, São Paulo.

¹⁵⁵ GONDAR, J. – Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Revista Ágora**. Vol. IX, n.1, jan-jun/ 2006, p.113.

¹⁵⁶ Deve-se ressaltar que o conceito de consciência em Bergson difere do apresentado por Freud em sua metapsicologia. Em *Além do Princípio do Prazer* [51], Freud afirma que há uma incompatibilidade entre consciência e memória. “A consciência se caracterizaria, portanto, por uma particularidade: o processo estimulador não deixa nele qualquer modificação duradoura de seus elementos, como acontece em outros sistemas psíquicos, porém como que se esfumaça no fenômeno da conscientização. [...]. A conscientização e a permanência do traço mnêmico são incompatíveis em um mesmo sistema.” (Freud apud Kehl, op. cit, p. 173).

fora daquilo que dura [...] não há um único ritmo da duração: cada ritmo mede um grau diferente de tensão ou relaxamento da consciência”¹⁵⁷, por isso, temos diferentes sensações em relação à passagem do tempo – ora achamos que o tempo voou, ora temos a impressão de que está se arrastando.

Outra propriedade ligada ao tempo de duração é a memória “que prolonga o antes no depois e os impede de serem puros instantâneos que aparecem e desaparecem num presente que renasceria incessantemente”¹⁵⁸.

Segundo Bergson, a duração, como fluxo do tempo só pode ser apreendida por meio da intuição e não pela inteligência.

A intuição, no pensamento de Bergson, também pode ser compreendida por duas vias interdependentes e complementares: de um lado, é uma faculdade irracional do conhecimento que se opõe à inteligência; de outro, um método filosófico que se utiliza de procedimentos intelectuais que a favorecem e a valorizam¹⁵⁹[52]. Na leitura de Gilles Deleuze, expoente comentador de Bergson, a intuição é um método rigoroso dotado de “regras estritas” as quais tornam a filosofia “uma disciplina absolutamente precisa”; ou seja, a intuição nessa segunda acepção é o próprio “método do bergsonismo”, um método irracional de conhecimento. Segundo Deleuze, a intuição foge ao sentido ordinário do termo, não sendo “nem um sentimento, nem uma inspiração, nem uma simpatia confusa”, mas o fio condutor que permite compreender a articulação entre os principais conceitos da filosofia bergsoniana: duração, memória e *élan* vital. Apesar de seu entendimento refutar a noção de simpatia, deve-se ressaltar que o próprio Bergson qualificava o conhecimento intuitivo como sentimento, inspiração, instinto e simpatia, pois na sua visão a intuição é a faculdade que permite ao indivíduo ter uma visão mais direta da realidade, tal como os artistas que apreendem coisas que geralmente as pessoas comuns não percebem naturalmente. Nesse sentido, para Bergson, o conhecimento que advém da intuição é uma forma de “colocar-se simpaticamente no

No entendimento de Kehl, “A consciência seria um sistema fundamental para a defesa do aparelho psíquico, mas um sistema pobre do ponto de vista da produção, fixação e associação de representações. A consciência é um aparato defensivo que, em última instância, permite que o sujeito viva no mundo, sob as mais diferentes condições.” Já para Bergson a consciência é equivalente à percepção.

¹⁵⁷ KEHL, M.R., op.cit., p. 139.

¹⁵⁸ BERGSON, H. A natureza do tempo. **Duração e simultaneidade** apud KEHL, M. R., op.cit., p. 128.

¹⁵⁹ COELHO, J. G. – Bergson: intuição e método intuitivo. **Revista Trans/Form/Ação**. Vol. 21/22, pp 151-164. São Paulo, 1998/1999.

interior da realidade” e de cada objeto, de modo a apreender o que ele tem de “único e inexprimível”.¹⁶⁰

O método intuitivo de Bergson é uma forma de conhecimento que visa desprender-se “de todo pressuposto de relação e de comparação”¹⁶¹ próprio do pensamento racional; é um esforço da inteligência que favorece a “distração” da consciência de modo que a intuição entre em ação e outros aspectos da realidade, até então ignorados, sejam captados.¹⁶² É um tipo de conhecimento que “consiste num modo de apreensão imediata, na identificação, na coincidência com o particular, com o que não é, portanto, traduzível em conceitos, constituindo-se como uma visão direta da realidade.”¹⁶³ Desse modo, o método intuitivo provoca uma inversão do “percurso natural do trabalho de pensamento, para se colocar imediatamente, por uma dilatação do espírito, na coisa que se estuda, enfim, para ir da realidade aos conceitos”.¹⁶⁴ Nesse sentido, é como se a inteligência paradoxalmente trabalhasse em oposição a ela mesma, isto é, a inteligência faz uso de recursos racionais que buscam outro tipo de conhecimento, o intuitivo. Será que os magistrados não poderiam se beneficiar dessa “distração da consciência” em algum momento de sua prática de decisão? Isso não significa que devam abandonar suas análises racionais, as provas e evidências, as quais são imprescindíveis, mas que talvez eles pudessem adotar uma espécie de “atenção flutuante”, num jogo de aproximação e afastamento da situação, a fim de captar o que não é tão evidente ou esclarecer o que está obscuro.

Assim, a intuição trabalha em conjunto com a inteligência, pois ilumina o que estava obscurecido por ela mesma: “É uma lâmpada quase extinta, que só se reacende vez por outra, por alguns instantes apenas.”¹⁶⁵

Enquanto a inteligência trabalha com conceitos, a intuição está mais voltada para as imagens. Essas imagens, que derivam da intuição, são indispensáveis para apreendê-la. Elas são necessárias para “obter o signo decisivo, a indicação da atitude a tomar e do ponto para

¹⁶⁰ Ibid., p. 155.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Sobre a ideia de “distração da consciência” não podemos deixar de nos lembrar da famosa recomendação de Freud sobre a importância de os analistas manterem a atenção flutuante no curso do tratamento para que apreendam melhor os elementos inconscientes presentes no discurso dos pacientes em análise de modo que o trabalho de interpretação seja mais eficaz.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ BERGSON, H. – *La pensée et Le mouvant*. 1993, apud Coelho, J. G., op. cit.

¹⁶⁵ BERGSON, H. – *L'évolution créatrice*, 1991, apud COELHO, J. G., op. cit.

onde olhar”¹⁶⁶. Nesse sentido, Bergson considera que as imagens são superiores aos conceitos, como modo de apreensão e expressão do dado intuitivo.

As ideias de Bergson do tempo de duração e de intuição parecem fazer um contraponto a esse imperativo da pressa no mundo atual em que as decisões precisam ser tomadas imediatamente, numa lógica de consumo.

Ora, como vimos na teoria do tempo lógico, o tempo de compreender em sua relação com o momento de concluir depende de duas escansões. Se levarmos em conta a noção de duração, perceberemos que a primeira escansão é a objetivação da duração na forma do atraso, enquanto a segunda escansão é uma subjetivação da duração antes objetivada na forma de certeza. Lembremos que na situação do dilema dos prisioneiros, segundo o tempo lógico, os sujeitos precipitam-se rumo à saída apenas por “medo que o outro o faça” pensando tratar-se de um caso do tipo (2) (um preto e dois brancos). Ou seja, no primeiro caso, a duração é “percebida” como um fato objetivo e coletivo e não apenas individual. Mas quando os três prisioneiros interrompem sua marcha em direção à saída, pois percebem que perderam a certeza, ao notarem o movimento simultâneo dos outros dois, ocorre outra forma de assimilar a duração, ou seja, não se trata apenas de uma duração compartilhada objetiva e coletivamente, mas de uma duração “equivocada”, pois não está referida ao que pensavam inicialmente (a situação dois brancos e um preto), mas a outra situação remanescente (três brancos). Poderíamos falar aqui de “duração negativa”, pois ela implica em dar-se conta do “tempo perdido”. Encontramos, assim, uma maneira de distinguir a duração objetiva (a pressão por prazos, a demanda de processos, que afeta a todos objetiva e indistintamente) da subjetivação desta demanda como defesa contra o ato ou como articulação da visão subjetiva ao ato (que afeta a cada um como sentimento de “duração negativa”).

5.5 Patologias da decisão

É preciso esclarecer que entendemos a patologia da decisão como um efeito da divisão subjetiva do juiz que produz uma correlação problemática entre a formação de juízo, o tempo, a angústia e o ato no trabalho de decisão.

¹⁶⁶ COELHO, J.G., op.cit, p.130. 1998/1999.

Ao afirmarmos que a patologia do processo de decisão resulta de uma divisão subjetiva, nos referimos que há um atravessamento dos mecanismos inconscientes no percurso decisório, sob a forma de atos que causam surpresa ou certo estranhamento, mas que fogem ao entendimento consciente. Mas a divisão subjetiva não é uma patologia no sentido de uma particularidade incidental, mas um atributo universal do sujeito. Portanto, o que pode vir a se caracterizar como patológico são as maneiras estereotipadas, exageradas ou diminuídas dos processos de “solução” ou de “destino”, ainda que parcial ou circunstancial a esta divisão, evocada pelo processo judicativo. Contudo, o que nossas observações revelaram é que não podemos separar os processos formais, abstratos e puramente cognitivos de formação de juízos, dos processos particulares e circunstanciais dos conteúdos psíquicos nos quais estes se apresentam. É, portanto, uma separação forçada, exagerada ou desimplicativa entre estas duas dimensões que constitui uma patologia da decisão.

Nesse sentido, na prática judicante, alguns impulsos ou atitudes podem surgir durante o trabalho de decisão sem que o juiz consiga ter um controle racional sobre eles. Independentemente da qualidade técnica, da maturidade profissional e do equilíbrio psicológico do magistrado, ele não está isento de tomar uma decisão equivocada, isto é, ele pode chegar a uma solução pouco adequada para as particularidades do caso, mesmo que esteja legalmente correta. É admissível que as situações que mais embaraçam os juízes no seu percurso decisório estejam relacionadas com conteúdos psíquicos inacessíveis à sua consciência. Dependendo da situação a ser julgada, algum elemento do caso poderá se conectar aos seus conteúdos fantasmáticos ou às suas vivências particulares e vir a perturbar de algum modo seu percurso decisório – seja produzindo algum sinal de angústia, seja inibindo seu envolvimento com a ação em curso.

Como definimos anteriormente, há pelo menos três condições que evidenciam uma psicopatologia do processo decisório: o exagero ou a anulação das etapas que compõem o trabalho de decisão; a suspensão, o retardamento ou a aceleração dos tempos da decisão; e a presença (ou ausência) de angústia excessivamente pregnante ou recorrente na passagem de uma fase a outra durante o curso da decisão.

Pelos relatos dos juízes, deduzimos que vários fatores subjetivos podem perturbar o trabalho de decisão, alterando o curso de seu tempo, produzindo angústia ou ainda uma reação de fuga desse afeto, de modo que nem sempre a decisão se revela como resultado de uma conclusão. Os exemplos apresentados nos deram uma pequena amostra de eventuais perturbações que podem ocorrer no processo decisório:

1- A identificação do juiz ao caso, por analogia com experiências pessoais. Esse mecanismo pode levá-lo a abandonar a equidistância necessária a um bom julgamento. O fato de o juiz remeter-se a uma situação vivenciada no passado e que possa ser usada como referência para refletir sobre a decisão a ser tomada no presente não a torna necessariamente patológica. Mas quando essa vivência se sobrepõe a outros elementos a serem considerados, aí concebemos essa possibilidade. Observemos que o contrário desta condição, ou seja, o juiz que não consegue reconhecer ou identificar situações pessoais no curso de uma decisão, eventualmente, representa o caso patológico inverso e complementar.

2- O distanciamento excessivo do juiz diante de uma situação, a dificuldade de colocar-se no lugar do outro e as decisões meramente burocráticas e tecnicistas podem indicar insensibilidade ou pouco envolvimento do juiz com o caso por uma recusa de aderir ao trabalho de decisão, ou ainda podem ser uma forma de evitar uma angústia que se anunciou previamente. Novamente, tanto a ausência absoluta de angústia, quanto a paralisação defensiva diante de sua emergência são casos patológicos de um fenômeno esperado que é a ligação entre a divisão do sujeito e sua expressão como angústia.

3- A insegurança do magistrado diante de uma situação inusitada para a qual ele não se sente preparado para enfrentar pode promover uma fixação demasiada ao texto legal, sem considerar outros aspectos do problema; ou uma busca obstinada por certezas arrastando a conclusão do caso; ou ainda impulsionar o juiz a adotar certas atitudes que fogem de suas atribuições judicantes, como forma de amenizar a angústia. Eventualmente, um juiz novato pode limitar sua análise e refugiar-se nas normas legais, deixando de examinar as várias nuances de uma situação por simples falta de experiência. Nesse caso, espera-se que ao longo do tempo a prática profissional o ajude a ter mais segurança de modo a fazer análises mais abrangentes. Mas se isso se torna recorrente e perdura ao longo da carreira, ou por um período considerável, podemos pensar na insegurança como um elemento patológico que faz parte de seu processo decisório. Trata-se aqui do caso no qual o agente da decisão (o julgador) vê-se diante da inversão de seu ato, ele será julgado, pelos pares, pelos advogados e, no limite, por sua própria consciência. O patológico não está nesta inversão, mas na impossibilidade de realizá-la (fixando-se à posição do julgador sem juiz) ou na paralisação caracterizada por inversões que não se realizam em um ato conclusivo.

4- O apego excessivo do juiz às suas convicções ideológicas e aos seus valores morais pode gerar conflitos incontornáveis entre fazer justiça e aplicar o Direito, entre o que é legal e o que é legítimo, entre o que é moral e o que é ético levando por vezes a uma postura

moralista, que se traduziria em excesso de legalismo ou permissiva demais, que poderia ser expressa pelo abrandamento das penalidades aplicadas, por exemplo.

É preciso lembrar que frequentemente o magistrado, como qualquer profissional, enfrenta situações pessoais ou ligadas ao cotidiano do trabalho que momentaneamente alteram seu equilíbrio psicológico e lhe trazem inquietações, causando um desvio de foco na função de decidir. Além disso, os traços de sua própria personalidade, que definem seu estilo de trabalho - arrojado ou conservador, reservado ou comunicativo, pouco ativo ou dinâmico, metódico ou prático, controlador ou que costuma delegar – podem revelar-se com mais intensidade, por exemplo, em circunstâncias geradoras de conflito de valores ou que representem um dilema maior.

Imaginemos um juiz que esteja passando por um processo doloroso de separação; talvez, em razão dessa circunstância, ele fique mais afetado ao julgar as ações de divórcio litigioso, por exemplo. Dependendo de seus conteúdos fantasmáticos ou de seu estado emocional, o juiz poderá manter-se atento para evitar que seus conflitos pessoais não atrapalhem o julgamento da questão, contornando as circunstâncias desfavoráveis para que consiga julgar o caso com serenidade e tomar sua decisão de forma consistente; ou, sem que se aperceba, ele poderá identificar-se ao sofrimento de uma das partes e perder sua imparcialidade no momento de julgar a ação ou manter-se indeciso ou em conflito durante o trabalho decisório ou ainda sentir-se culpado ou frustrado diante de uma decisão tomada.

Em minha experiência em casos de adoção, testemunhei que o elemento que motiva uma decisão equivocada, às vezes, está relacionado a um conflito entre os valores do juiz e a legalidade da propositura da ação. Lembro de um juiz que, na época não era muito simpático à adoção homoparental. Ele ateve-se a um detalhe técnico do processo que o levou a determinar sua extinção, sem que apreciasse o mérito da ação. De certo modo, esse juiz se retirou da decisão, num ato precipitado. A determinação de extinguir o processo pareceu ser um recurso para não ter de julgar um pedido de adoção que talvez inconscientemente não fosse aceitável dentro de seus valores pessoais. A solução dada ao caso, naquele momento, estava correta, do ponto de vista jurídico, mas mostrou-se inadequada, pois a situação retornou tempos depois; os requerentes moveram outra ação em que pediam a guarda definitiva da criança que era sobrinho de um deles. Dessa vez não houve meio de não enfrentar a situação.

Outra situação problemática é quando o juiz se deixa tomar pelo apelo emocional do outro. Por exemplo, Dr. X, era um profissional dedicado e bastante criterioso em suas decisões. Mas havia um problema, quando ele ouvia em audiência mães que precisariam ser

afastadas dos filhos por negligência ou maus-tratos e elas começavam a chorar, pedindo para não perderem os filhos, ele cedia e dava mais uma chance, porque não conseguia separar as crianças de suas mães. Parecia que a cena que se apresentava diante dele o paralisava de algum modo. Talvez ele quisesse se preservar da culpa por considerar-se o responsável pela dor causada nessas mães.

Tais circunstâncias provavelmente ocorrem na prática cotidiana de qualquer magistrado, seja novato ou muito experiente, independentemente de seu estilo de atuação profissional. Uma medida para minimizar esses efeitos seria o juiz pensar sua prática decisória, não somente pelo lado do aperfeiçoamento jurídico ou pelo desenvolvimento de métodos que permitam tornar o trabalho de decisão mais ágil, mas pelo reconhecimento de que entre suas disposições subjetivas existem reações e atitudes que trabalham a favor de mecanismos de defesa no processo de decisão.

6. Conclusão

O estudo que realizamos sobre os processos de tomada de decisão nos permitiu ampliar o entendimento sobre esse tema. Pudemos apreender que, dependendo da situação, o trabalho decisório pode envolver maior ou menor complexidade e estar sujeito à influência de vários fatores, sejam eles de ordem externa como interna ao sujeito que decide. A noção de que, para se chegar a uma boa decisão é preciso fazer uso de modelos exclusivamente racionais, cujas etapas são ordenadas de forma linear e sequencial – primeiro, a apresentação do problema; depois, a análise e a comparação dos argumentos ou fatos, seguida pela formação de um juízo; e, finalmente a conclusão que definirá uma ação – reflete uma leitura parcial da questão. Existem decisões que não passam necessariamente pela consciência, podendo ser tomadas de forma automática ou reflexa. Em contrapartida, há aquelas em que a lógica da decisão pode se alterar, de tal modo, que uma conclusão pode anteceder a formação de um juízo, ou, o ato decisório resultar de um processo judicativo pouco claro. Há decisões que dependem ou se definem por deliberações que foram tomadas previamente (metadecisões). Outras estão vinculadas a uma intrincada rede de codeterminações, nas quais as escolhas variam e se afetam mutuamente. Ademais, nada garante que o percurso da decisão conduzirá necessariamente a conclusões satisfatórias ou a ações diretas, visto que, em algumas circunstâncias, o curso decisório pode sofrer impedimentos, adiamentos ou suspensões, por vezes, devido às dificuldades enfrentadas pelo próprio sujeito da decisão.

Embora as análises racionais e objetivas tenham um peso bastante significativo, na maior parte das tomadas de decisão, vimos que a pura racionalidade é insuficiente para que se faça a escolha mais acertada, uma vez que tal faculdade tem limites e seu uso isolado pode induzir o sujeito ao erro. Estudos nas áreas de neurociências e de psicologia cognitiva mostraram que, ao contrário do senso comum, a emoção, a intuição e as experiências de aprendizagem, pelas quais um indivíduo passa ao longo da vida, são componentes fundamentais nos processos decisórios e exercem funções complementares à razão, por permitirem uma apreensão mais rápida e direta de alguns fenômenos, promovendo assim maior economia do trabalho envolvido no curso das tomadas de decisão. Num certo sentido, esse ponto de vista confirmou-se por meio dos relatos de experiências, relacionadas à judicatura, apresentados pelos juízes que colaboraram com esta pesquisa.

Os casos mencionados ilustraram as diferentes nuances do problema da decisão, no contexto judiciário, mas que podem ser extensivas para outras profissões e atividades, cujas práticas impõem o exercício constante de tomar decisões. Assim, pudemos verificar que,

quando algumas situações se apresentam de forma clara e transparente, o processo de tomada de decisão torna-se relativamente simples e rápido. Em contrapartida, as decisões são mais complexas e exigem maior tempo de elaboração em casos cuja matéria é menos normatizada e seu texto legal apresenta ambiguidades e indeterminações; ou quando os processos judiciais contam com pontos obscuros que dificultam seu entendimento; ou, ainda, quando há dilemas éticos ou conflitos de valores que levam o magistrado a pensar sobre o problema com mais cuidado. Esses são casos que exigem um maior empenho e esforço dos juízes em sua atividade interpretativa. Em algumas ocasiões, o conhecimento técnico-jurídico parece ser suficiente para solucionar um problema; em outras, é necessário o suporte de outros saberes, de modo que a decisão seja solidamente embasada e, portanto, mais segura. Na maioria das vezes, a decisão é um ato solitário do juiz que não pode ser dividido com ninguém; mas em certos momentos, fazer uma escolha só se torna possível se houver a possibilidade de se compartilhar a questão com outros profissionais ou colegas, de modo que as indeterminações sejam minimizadas. Contudo, em qualquer modalidade de decisão, mesmo que se queira ter o controle de todas as variáveis relacionadas ao assunto em exame, sempre haverá o risco de a escolha não ser a mais adequada. Assim, por mais seguro que o magistrado se sinta durante o julgamento, a incerteza é um elemento que o acompanha continuamente, tal como a perspectiva do erro.

Nosso estudo procurou privilegiar os aspectos preponderantes nos processos de tomada de decisão relacionados ao sujeito da decisão. Desse modo, acreditamos ter oferecido outro olhar para o problema decisional e afastamo-nos de uma visão limitante que o aborda unicamente pela via da racionalidade ou das abordagens que enfatizam a descrição ou a criação de métodos e técnicas de decisão. A partir de uma leitura psicanalítica, demonstramos que a tarefa de decidir é também influenciada por fatores relacionados à lógica do inconsciente, os quais expressam a divisão do sujeito da decisão (cujas referências são o desejo inconsciente e a lógica temporal) e revelam sua posição fantasmática em relação ao Outro.

Nesse sentido, apesar de o contexto da magistratura convocar constantemente a suspensão das disposições pessoais e particulares da subjetividade do juiz, a fim de que ele tenha maior distância e isenção nos julgamentos, a busca pelo ideal de neutralidade ou imparcialidade torna-se claudicante à medida que, no cotidiano da atividade decisória, o magistrado se apresenta munido de seus valores, de sua cultura, de suas convicções ideológicas como também de seus desejos, suas preferências e experiências de vida, os quais interferem em suas decisões, sem que, muitas vezes, ele se aperceba disso.

Contudo, entendemos que, quando há uma intrusão excessiva da subjetividade no trabalho decisório, sinais patológicos, no curso do processo de decisão, tendem a surgir e a comprometer a produção do trabalho e o tempo lógico da decisão, impedindo ou suspendendo, atrasando ou precipitando a conclusão dos julgamentos. Isso não implica necessariamente em erros jurídicos. Não obstante, ainda que, legalmente, uma decisão seja considerada correta, em termos psicanalíticos, o ato decisório pode ser resultado de certas condições psicopatológicas em relação às quais o processo de decisão encontra-se vulnerável.

Do nosso ponto de vista, a irrupção da subjetividade nos processos de decisão pode ser fruto de reações defensivas do juiz tanto pelo temor de assumir a tarefa de decidir e vir a fracassar, como também pela natureza dos casos, que podem gerar experiências de estranhamento, estados de angústia ou a emergência de conteúdos inconscientes inaceitáveis para o juiz. Por outro lado, os eventuais movimentos patológicos no trabalho decisório também são indicativos das dificuldades de o agente da decisão em lidar com as consequências de sua divisão subjetiva.

Portanto, se pensarmos nos fatores que motivam uma decisão judicial (para além dos imprescindíveis procedimentos garantidos pelos princípios do ordenamento jurídico), não se pode desconsiderar aqueles relacionados às determinações do inconsciente, os quais obviamente escapam ao controle da consciência do julgador, como identificações, conflitos, reações defensivas, formações sintomáticas, inibições, angústia, perturbações da lógica temporal ou a produção de *acting outs*.

A análise de nosso material de pesquisa levantou alguns problemas decorrentes da prática continuada de decisões. Assim, o julgador pode oscilar entre uma posição na qual se mantém refém de sua divisão subjetiva - permanecendo constantemente em dúvida e fixando-se em sua indecisão, atitude que o impede de avançar - e outra, em que procura elidir sua condição de sujeito dividido, evitando colocar-se em dúvida ou recusando-se a enfrentar o processo decisório como também o trabalho psíquico e os estados de angústia, derivados da própria divisão subjetiva.

Em determinadas circunstâncias, a suspensão generalizada das disposições de personalidade do magistrado e a obstinação por manter uma atitude absolutamente neutra e distanciada das situações sugerem um enrijecimento de posições defensivas e idealizadas, em relação ao processo decisório, ao mesmo tempo em que revelam dificuldades para enfrentar situações inesperadas que eventualmente mobilizam angústia, podendo acarretar posicionamentos legalistas e excessivamente formais.

Uma decisão pode ser influenciada pela identificação com as experiências pessoais do magistrado ou pelo acentuado apego às suas crenças, valores e posicionamentos ideológicos, expressando o sintoma do julgador.

Em algumas situações, o magistrado extrapola o exercício de suas funções, desviando-se de seu papel por meio de impulsos reparadores. Aqui podemos entender que a reação à divisão subjetiva se manifesta como culpa, em vez de angústia.

Há certos casos em que a forte presença de afeto motiva a decisão turvando a visão do julgador e levando a posicionamentos precipitados, sendo que muitos dos atos decisórios podem ser comparados aos *acting outs*.

Certas decisões podem ainda ser impulsionadas pela necessidade de o juiz atender à urgência da demanda do Outro, por vezes, deixando-se absorver por uma sucessão de atos repetitivos e protocolares, a partir de fórmulas padronizadas que suprimem a passagem pelo tempo de duração e desconsideram o contexto ao qual o caso está inserido. Nesse caso, também se pode pensar que há uma recusa em lidar com a angústia ou uma dificuldade do sujeito em colocar-se em divisão.

Como foi explorado ao longo do trabalho, o tempo é um elemento crucial no trabalho de decisão, especialmente na decisão judicial - tanto o tempo objetivo, que estabelece prazos para cada etapa da ação em curso, quanto o tempo subjetivo e lógico, com suas escansões e hesitações que antecipam a certeza.

Arriscamo-nos a sugerir que o trabalho na magistratura deveria levar em conta a temporalidade, não somente a partir da pressa e da urgência na resolução das demandas judiciais. O juiz precisa ter um tempo muito particular, não pode se prolongar excessivamente, pelo custo social que isto representaria, nem abreviá-lo ao extremo, sob pena de fazer um julgamento descuidado aos moldes de uma lógica consumista. Ele precisa de um tempo especial em que se permita passar por suas modulações (instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir), absorver o tempo de duração e captar aquilo que não se mostra de forma explícita.

Ao final deste estudo, chegamos ao entendimento de que a possibilidade de o juiz entrar em contato com essa outra forma de apreender o trabalho de decisão, tal como apresentamos aqui, poderá ajudá-lo a identificar mais facilmente as situações que se transformam em impasses ou dilemas. Assim, ele poderá ter um questionamento não somente em relação à verdade dos fatos, que definiriam o caminho da decisão, mas também sobre sua verdade enquanto sujeito e como esta pode interferir em sua prática decisória. Do nosso ponto de vista, reconhecer que os elementos relacionados à dinâmica do inconsciente operam

regularmente nos processos decisórios possibilitaria ao juiz identificar e elaborar seus pontos de resistência em relação ao caso examinado ou ao próprio trabalho de decisão. Ao mesmo tempo, permitiria que ele avaliasse as situações de forma mais abrangente e livre.

O trabalho cotidiano de tomada de decisão é extenuante e de alta exigência subjetiva. Embora os magistrados dificilmente reconheçam os riscos aos quais ficam expostos pelo contínuo exercício dessa atividade, entendemos que, a fim de preservarem sua saúde mental, seria conveniente que tivessem um olhar distanciado em relação à sua prática diária, de modo a perguntar-se sobre seu desejo, seu lugar e sua função como uma forma de ressignificar sua escolha profissional. Reconhecer as diferentes reações que a tarefa de decidir pode lhes provocar (dúvida, conflito, temor, insegurança, angústia, culpa) como também os diversos movimentos que realiza a partir de sua divisão subjetiva (de negação, exclusão, impedimento), procurando observar como esta interfere em seu trabalho de decisão, talvez tornem menos árduo o enfrentamento dos desafios que a carreira judicante impõe. Podemos considerar que, do ponto de vista ético, também cabe ao juiz admitir para si mesmo que existe um movimento psíquico que foge ao seu controle racional e consciente e que interfere no trabalho de decisão. Como em qualquer profissão, existem pontos de vulnerabilidade em sua prática que precisam ser admitidos para que seja possível superá-los de alguma forma. Isto não representa nenhuma fraqueza moral, ao contrário, tal atitude permite que o magistrado se aproprie melhor de seu lugar e de sua função social, tendo maior clareza de seus limites bem como evita que ele fique capturado na imagem de intocabilidade e de onipotência que alimenta posições cristalizadas.

Sejam quais forem as vicissitudes de um complexo processo de tomada de decisão, sua travessia não se faz sem angústia. Isso, por si, já justifica o cuidado que o agente da decisão precisa ter para com as próprias condições subjetivas. Nesse sentido, é aconselhável que os magistrados, assim como outros profissionais que enfrentam os desafios relacionados à atividade decisional, tenham abertura para falar a um Outro, a partir de uma posição diferenciada e que possa ser questionada. Para tanto, consideramos que um trabalho analítico ou psicoterápico é altamente recomendável.

Um último comentário sobre a produção desta dissertação. Embora eu tenha me arriscado a apresentar uma visão diferente sobre a decisão, inspirada na Psicanálise, não considero que este trabalho esteja de fato concluído. Talvez, ele seja apenas um esboço sobre o problema. Certamente, interessantes aspectos ficaram excluídos na minha experiência de escrita como, por exemplo, comentários sobre a responsabilidade do juiz e sua função social. Talvez muitos pontos tenham sido pouco aprofundados e merecessem uma leitura teórica

mais consistente. Eu poderia alegar que isso se deu, em parte, pelos meus próprios movimentos patológicos de decisão e pelas dificuldades de traçar os caminhos de uma pesquisa, que, de fato, existiram. Mas, em determinado momento desse processo, fui obrigada a fazer uma escolha. Optei por valorizar o aspecto prático da decisão. Acredito que, se esse trabalho pode ser interessante, de algum modo, isto se deve às experiências relatadas pelos juízes em relação à sua prática decisional cotidiana. Penso que os casos apresentados trouxeram uma riqueza ao trabalho que talvez se perdesse se eu tivesse me direcionado prioritariamente para uma pesquisa teórica mais exaustiva.

Portanto, considero que há muito a avançar no estudo sobre as decisões. Quem sabe, num segundo tempo?

Anexo 01

Apresentamos aqui as principais composições da estrutura organizacional e hierárquica do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Ressaltamos que para cada uma delas existem funções, normas e ritos específicos. O TJSP é composto por:

I – Tribunal Pleno - formado por desembargadores originários da corte e por desembargadores oriundos do Ministério Público Estadual (MP) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme previsto pelo V Constitucional¹⁶⁷.

II - Órgão Especial - formado por vinte e cinco desembargadores: o Presidente, doze desembargadores mais antigos e doze desembargadores eleitos pelos pares.

III - Conselho Superior da Magistratura - Presidente, Vice-Presidente Corregedor, Decano e os Presidentes das Sessões de Direito Criminal, Direito Público e Direito Privado. Entre outras atribuições, tem a responsabilidade por aprovar ou não o vitaliciamento dos juízes ingressantes.

IV - Presidente

V - Vice-Presidente

VI - Decano - desembargador mais antigo do Tribunal cuja função é substituir os membros da cúpula quando necessário, além de participar ativamente de várias comissões.

VII- Corregedor Geral da Justiça - procede às atividades de fiscalização das diversas varas de primeira instância e ainda é responsável pelo acompanhamento de juízes em vitaliciamento, bem como pela investigação e instauração de procedimentos contra juízes de primeira instância, quando há denúncia procedente; também estão sob seu comando a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), as Varas de Infância e Juventude da capital e do interior, os Juizados Especiais, as Varas Criminais e de Execuções Penais.

¹⁶⁷ Segundo o art. 94 da Constituição Brasileira, em todos os Tribunais do país, 1/5 dos assentos devem ser reservados a membros do MP e da OAB que tenham mais de 10 anos de carreira, “notório saber jurídico” e “reputação ilibada”. Eles são indicados em lista sêxtupla pelas respectivas entidades de classe. Essa lista é submetida ao Tribunal para a escolha de três nomes a serem encaminhados ao Poder Executivo. O chefe do poder Executivo escolherá um de seus integrantes para a nomeação.

VIII - Seções de Direito Criminal, de Direito Privado e de Direito Público:

- Seção de Direito Criminal: formada pela Turma Especial mais dezesseis câmaras divididas em oito pares de grupos;
- Seção de Direito Privado: composta por trinta e oito câmaras, perfazendo o total de cento e noventa desembargadores e trinta e oito juízes substitutos de segundo grau;
- Seção de Direito Público: composta por dezenove câmaras com noventa e um desembargadores e juízes de segundo grau; destas, treze são ligadas à área pública, duas julgam matérias acidentárias, três tratam de tributos municipais e duas são voltadas para o meio ambiente.

IX - Turmas Especiais das Seções de Direito Criminal, de Direito Privado e de Direito Público;

X -Presidentes das Seções Criminal, de Direito Privado e de Direito Público;

XI - Grupos de Câmaras;

XII – Câmara Especial - Vice-Presidente, Decano, Presidentes das Seções de Direito Público, Privado e Criminal e 05 juízes de 2º grau;

XIII - Câmaras ordinárias, especializadas e reservadas : Câmara Reservada ao Meio Ambiente e Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, formadas por 06 desembargadores em média cada uma;

XIV - Comissões permanentes e temporárias. As comissões permanentes são:

1. Comissão de Organização Judiciária
2. Comissão de Honraria e Mérito
3. Comissão de Jurisprudência
4. Comissão de Regimento Interno
5. Comissão de Redação
6. Comissão de Assuntos Administrativos
7. Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças
8. Comissão Salarial
9. Comissão de Arquivo e Memória Bibliográfica
10. Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI);

XV – Desembargadores;

XVI - Magistrados de primeira e de segunda instâncias;

XVII - Unidades Administrativas e Cartorárias – formada por diretor de cartório, escrevente chefe, escrevente técnico judiciário, auxiliar judiciário, estagiários, oficial de justiça.

Também estão inseridos na estrutura organizacional do Tribunal de São Paulo, entre outros departamentos:

- Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, responsável pela implantação de atividades de Mediação e Conciliação.

- Coordenadoria da Infância e Juventude, criada em 2007, inclui o Núcleo de Apoio aos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça, desenvolve projetos ligados à infância e juventude como, por exemplo, o de Justiça Restaurativa.

- Setores Técnicos ligados às Varas de Infância e Juventude, Varas de Família, Varas Especiais (que atendem adolescentes em conflito com a lei, somente na capital).

- Serviço Psicossocial Clínico, criado há dezoito anos, realiza atendimentos em psicoterapia breve e aconselhamento aos servidores do Tribunal de Justiça, extensivo aos magistrados.

- Serviço Psicossocial Vocacional, fundado há quinze anos, é formado por equipe de psicólogos e assistentes sociais que avaliam candidatos à Magistratura, realizam o acompanhamento funcional de juízes iniciantes e prestam serviço de orientação profissional a filhos e netos de servidores do Tribunal de Justiça.

Referências¹⁶⁸

01. Whitaker, C. **O Campo Infracional:** sistema de justiça e prática judiciária à luz da Psicanálise. Casa do Psicólogo. São Paulo. 2010.
02. FREUD, S. A Cisão do Eu no processo de defesa. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud:** Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente - Vol. 03. Tradução de HANNIS, L.A. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1938/2004.
03. MEYER, G.R. Algumas considerações sobre o sujeito na psicose. **Revista Ágora**, Vol. XI, nº 02, pp. 299-312. Rio de Janeiro. Jul-Dez/2008.
04. FINK, B. **O sujeito lacaniano:** entre a linguagem e o gozo. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1998.
05. PAIM, R.M. de O. A escolha profissional sob um olhar psicanalítico. **Revista Recrearte**, nº 07, seção VI. Jul/07. (texto recolhido pela internet em www.revistarecrearte.net em 06.04.12).
06. BARCELLOS, A. L. B. A Sentença judicial e sua fundamentação. **Revista da Escola de Direito**. Pelotas. Jan-Dez/2004.
07. PRADO, L. R. A. **O juiz e a emoção:** aspectos da lógica da decisão judicial. Editora Millenium. Campinas/SP. 2003.
08. FIGUEIREDO, V.V. Legalidade/Subjetividade dos operadores da Lei. VESCOVI, R. C (Org.). **A lei em Tempos sombrios**. Cia de Freud. Rio de Janeiro. 2008.
09. FREUD, S. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. **Obras completas**. Vol. VI. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1901/1977.
10. ROSA, M. D. Prefácio *in* MIRANDA Jr., H. C. **A Psicanálise e o discurso jurídico:** avessos no Tribunal de Família. 2010. (versão cedida pela autora).
11. HOUAISS. **Dicionário eletrônico**. www.houaiss.uol.com.br.
12. ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Editora Martins Fontes, São Paulo. 1998.
13. FREUD, S. A interpretação dos sonhos. **Obras completas**. Vol. IV. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1900/1977.
14. PORTO, M. A. G; BANDEIRA, A. A. O processo decisório nas organizações. **Anais do XIII SIMPEP**. UNESP. Bauru. Nov/ 2006.

¹⁶⁸ De acordo com as regras da ABNT.

15. CRUZ, E. P.; COVA, C. J. G. Considerações sobre a teoria das decisões. **Anais do XIII SIMPEP**. UNESP. Nov/ 2006.
16. PEREIRA, F. C. M; BARBOSA, R. G. Modelos de tomada de decisão em empresa de pequeno porte: estudo de caso em uma escola de atendimento especializado em Belo Horizonte. **DataGramaZero Revista de Ciência da Informação**, vol. 09, nº04. Ago/2008.
17. DAMÁSIO, A. **O Erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano**. Cia. Das Letras, São Paulo. 2006.
18. ESPERIDIÃO, A.V. et al. Neurobiologia das emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica USP**, vol 35, n. 02, p-55-65. 2008.
19. KAHNEMAN, D. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro. 2011.
20. CAFFÉ, M. **Psicanálise e Direito: a escuta analítica e a função normativa jurídica**. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo. 2003.
21. ROSA, A. M. **Decisão no Processo Penal como bricolagem de significantes**. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2004.
22. PERELMAN, C. Considerações sobre uma lógica jurídica, palestra publicada originalmente em *Bulletin de la classe des lettres et des sciences morales e politics*. Academie Royale de Belgique, Bruxelas, 5ª série, t. LXII, pp. 155/167. 1976/1990. Traduzido por BUENO, C. S. **Revista de Pós-Graduandos da PUC- SP**.
23. ROSA, A. M. Kafka: o Gozo dos Assistentes. **Revista de Direito e Psicanálise: interseções a partir de O Processo de Kafka**. Lumen Juris Editora. 2007.
24. FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente. **Obras completas**. Vol. VIII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1905/1977.
25. FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do acontecer psíquico. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente - Vol. 01**. Tradução de HANNS, L. A. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1911/2004.
26. FREUD, S. Tipos de desencadeamento da neurose. **Obras completas**. Vol. XII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1912/1977.
27. FREUD, S. A disposição à neurose obsessiva – uma contribuição ao problema da escolha da neurose. **Obras completas**. Vol. XII. Editora Imago. São Paulo. 1913/1977.
28. FREUD, S. Sobre o narcisismo: uma introdução. **Obras completas**. Vol. XIV. Editora Imago. São Paulo. 1914/1977.

29. FREUD, S. O manejo da interpretação dos sonhos na psicanálise. **Obras completas-** Vol. XII. Editora Imago. São Paulo. 1911/1977.
30. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. **Obras completas.** Vol. XII. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1914/1977.
31. FREUD, S. A negativa. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud:** Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol. 03. Tradução HANS, L. A. Editora Imago. 1925/2007.
32. FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. **Obras completas.** Vol. I. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1950 [1895]/1977.
33. FREUD, S. Notas sobre um caso de neurose obsessiva. **Obras completas.** Vol. X. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1909/1977.
34. GABBI Jr., O. F. **Notas a projeto de uma psicologia:** as origens utilitaristas da psicanálise. Editora Imago. Rio de Janeiro. 2003.
35. LACAN, J. Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. **Escritos.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro. 1998/1996.
36. KEHL, M. R. **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões. Boitempo Editorial. São Paulo. 2009.
37. QUINET, A. Que tempo para a análise? **As 4+1 condições da análise.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1997.
38. GONDAR, J. Winnicott, Bergson, Lacan: tempo e psicanálise. **Revista Ágora.** Vol. IX, nº 1. Jan-Jun/ 2006.
39. PORGE, E. **Psicanálise e tempo:** o tempo lógico de Lacan. Companhia das Letras. Rio de Janeiro. 1998.
40. PORGE, E. Tempo. Kaufmann, P. - **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise:** o legado de Freud e Lacan. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1996.
41. ISCOVICH, L. La prisa y la salida. **Anais do Congresso Os tempos do sujeito do inconsciente**, p. 40-45. Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano - IF-EPFCL. São Paulo. Jul/2008.
42. WERLE, M. A. A angústia, o nada e a morte em Heidegger in **Revista Trans/Form/Ação**, vol. 26(1), pp. 97-113. São Paulo. 2003.
43. DUNKER, C. I. L. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica:** uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. Annablume Editora. 2011.
44. FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. **Obras completas.** Vol. XX. Editora Imago. Rio de Janeiro. 1926 [1925]/1977.

45. LACAN, J. Seminário X. **A Angústia**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1962-1963/2004.
46. LACAN, J. Seminário VIII. **A Transferência**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1960-1961/1992.
47. LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da Psicanálise**. Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo. 1967/1986.
48. ROSSETTI, R. Bergson e a natureza temporal da vida psíquica. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. Vol. 14(3). pp. 627-633. 2001.
49. MELLO, I.C.A.P. Henri Bergson, o filósofo do tempo. **Infinito instante**: um olhar bergsoniano sobre o tempo nas fotos de Hiroshi Sugimoto. Tese de Doutorado. PUC RJ. 2009.
50. COELHO, J. G. Ser do tempo em Bergson. **Revista Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v.8, n.15, pp. 233-46, Mar/Ago 2004.
51. FREUD, S. Além do Princípio do Prazer. **Obras Psicológicas de Sigmund Freud**: Escritos sobre a psicologia do inconsciente, Vol. 02. Tradução HANS, L. A. Editora Imago. 1920/2007.
52. COELHO, J. G. Bergson: intuição e método intuitivo. **Revista Trans/Form/Ação**. Vol. 21/22, pp. 151-164. São Paulo, 1998/1999.